



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós- Graduação em Serviço Social

Domingas Monteiro de Sousa

UNIVERSIDADE DA MATURIDADE:
“UMA” metodologia de atenção ao processo de envelhecimento humano na
Universidade Federal do Tocantins.

Belém – Pará
2013

Dados Internacionais de Catalogação na-Publicação (CIP)

MONTEIRO-SOUSA. Domingas

Universidade da Maturidade: “UMA” metodologia de atenção ao processo de envelhecimento humano na Universidade Federal do Tocantins. /Domingas Monteiro de Sousa. Belém, 2013

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social / Instituto de Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Federal do Pará, 2013.

1. Universidade da Maturidade; 2. Metodologia de atenção; 3. Envelhecimento Humano

Bibliotecária - Documentarista:

Domingas Monteiro de Sousa

**UNIVERSIDADE DA MATURIDADE:
“UMA” metodologia de atenção ao processo de envelhecimento humano na
Universidade Federal do Tocantins.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Grupo de Pesquisa: Senectus – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heliana Baía Evelin Soria

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Neila Barbosa Osório

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autor: Domingas Monteiro de Sousa

**Título: UNIVERSIDADE DA MATURIDADE:
“UMA” metodologia de atenção ao processo de envelhecimento humano na
Universidade Federal do Tocantins.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, na área de concentração: Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Heliana Baía Evelin Soria (PPGSS-UFPA)

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Neila Barbosa Osório (PPGE-UFT)

Examinadora: Prof.^a Dr.^a. Sandra Helena Ribeiro Cruz (PPGSS/UFPA)

Conceito: _____

Belém, 29 de novembro de 2013.

DEDICATÓRIA

Aos meus inesquecíveis pais: Francisco Monteiro de Sousa e Maria Vieira de Sousa (In memoriam).

Sempre presentes nos meus pensamentos e momentos de alegria e prazer, com saudade, a minha admiração e amor contínuo.



Na vida há grandes mistérios...

Quanto tempo se passou desde que vesti o primeiro uniforme para ir a escola. Lembro com saudade do brilhante olhar de felicidade que sentiam cada vez que eu e meus irmãos concluíamos uma “série”... Imaginei talvez, que vocês me acompanhariam, mas me enganei, perdi vocês no meio do caminho, mas não me perdi porque me ensinaram desde cedo que eu precisava aprender a caminhar sozinha também.

O tempo passa velozmente, mas no meu percurso continuam presentes. No lugar do medo e insegurança, eu sinto apenas gratidão. A quem devo o meu existir e os exemplos de coragem, dignidade e o aprendizado de saber caminhar por lugares desconhecidos. A vocês, que muitas vezes renunciaram seus próprios sonhos para que os meus pudessem ser realizados, tudo que eu expor aqui ou em algures, não descreveria os meus sentimentos. Dedico a vocês as glórias da vitória conquistada. O meu eterno, sublime e emocionado OBRIGADA. Amarei sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Que na sua incomparável e infinita bondade, compreendeu os meus anseios e me deu a necessária coragem para alcançar meus objetivos. Sei que pela existência de sua força maior, que eu acredito, me conduziu por este caminho mais perto do fim. Ofereço o meu porvir e peço forças para seguir em frente por qualquer direção! Infinitos louvores e agradecimentos ao Ser supremo que me ilumina e abençoa. Que me faz acreditar nos seus sonhos e os torna meus.

Aos seletos que direta ou indiretamente fizeram parte desta minha conquista pelo carinho e compreensão. Nesta lista incluí os meus familiares e amigos que embora cobrasse as minhas visitas souberam entender e apoiar.

A minha irmã Teresinha Sousa Silva e aos meus sobrinhos, que mesmo distantes, estiveram sempre presentes nos momentos difíceis. Por serem filhos do coração, demonstram a admiração e apoio tornando unânime a simples frase: “Quando crescer quero ser igual a tia Minga”. Especial agradecimento ao Hítalo Árlon e Dannylo Monteiro que sempre me socorreram nos momentos de necessidades técnicas e Náthaly Isabella por tornar-se símbolo da intergeracionalidade na UMA. Obrigada!

Na vida deparamos com pessoas marcantes, por isso não poderia esquecer o apoio, carinho e cuidados “especiais” das que nesse período me receberam e se fizeram minha família. Rita Alves de Almeida do Carmo Maria Laura Alves da Silva,

Aos colegas e os bolsistas que conviveram com a UMA em especial a Maíra Sá pela sua permanência, disposição e lealdade.

Agradeço os acadêmicos da UMA/Araguaína, pelo carinho e compreensão no momento em que precisei afastar-me e pelo amor que me receberam e dedicam cotidianamente.

Prof.^a Dr.^a. Mara Peixoto - Obrigada pelo apoio pedagógico na finalização do trabalho.

A todos os professores por partilhar conhecimentos.

Gratidão aos que compartilham comigo desse momento.

Prof.^a Dr.^a. Sandra Helena Ribeiro Cruz (PPGSS/UFPA)

Á minha Orientadora Profa. Dra. Heliana Baía Evelin Soria.



Meus aplausos pela magia do momento sublime que nos aproximamos. Pelos ensinamentos transmitidos e pelo conhecimento compartilhado, mesclado a arte de ensinar com o dom da convivência, transmitidos pelas experiências que me ajudaram a admirar.

Minha querida e exímia **Prof^a. Dr^a Neila Barbosa Osório**



Que em mais uma etapa de minha vida, bondosamente soube compartilhar o seu conhecimento, ensinando-me a encontrar o caminho.

Na vida encontramos pessoas especiais. Alguém que muda sua vida simplesmente por estar nela. Alguém que te dar asas e te ensina a voar, raízes para te estruturar. Alguém que te ensina caminhar e que sempre segura sua mão e diz: vai ficar tudo bem. Alguém que parece ser para sempre e, para sempre não tem fim.

Obrigada pela sua singularidade e capacidade de dividir seus valiosos saberes, acreditando sempre em mim e, por se fazer tão especial. Gratidão eterna.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

A BUSCA PELO CONHECIMENTO

FIGURA 1-ATIVIDADE DE SOCIALIZAÇÃO DOS ACADÊMICOS DA UMA/UFT NO CAMPUS ARAGUAÍNA.....	22
FIGURA 2- CICLO DAS PÓLÍTICAS PÚBLICAS. (RUA)	75
FIGURA 3- CONFIGURAÇÃO DOS POLOS DA UMA/UFT.	116
FIGURA 4- ACOLHIDA AFETIVA NA UNIVERSIDADE.....	119
FIGURA 5- UMA LIGA DE GERAÇÕES.....	123
FIGURA 6- PiriUMAs: GRANDES TALENTOS.....	129
FIGURA 7- UMA POTENCIALIZANDO VIDAS.	138
FIGURA 8- DEVER CUMPRIDO E DIREITO ADQUIRIDO..	139
FIGURA 09- APRENDIZADO E REENCONTROS.	140
FIGURA 10- SEDE DA UMA EM PALMAS/TO.....	144
FIGURA 11- PATRIOTISMO NO ENVELHECER.	150
FIGURA 12- EXPRESSÃO DA HETEROGENEIDADE HUMANA NA UMA.....	153

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DOS TEMAS, ÁREAS E AUTORES.	23
QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DA METODOLOGIA DA PESQUISA E AUTORES.....	24
QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DA METODOLOGIA PROPOSTA.	24
QUADRO 4 - SÍNTESE HISTÓRICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA DA POLÍTICA SOCIAL PARA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL.....	55
QUADRO 5 - CONCLUINTE DOS CURSOS: UMA/UFT – 2006-2012.....	120
QUADRO 6 - DESENHO CURRICULAR DA UMA/UFT/ARAGUAÍNA.	124
QUADRO 7 - DEMONSTRATIVO DOS PARTICIPANTES (ACADÊMICOS) DA PESQUISA.	149
QUADRO 8 - DETERMINANTES PARA MENSURAR A EFETIVIDADE DE MUDANÇAS PESSOAIS ADVINDAS DA PARTICIPAÇÃO DOS ADULTOS E VELHOS PARTICIPANTES DA UMA.....	156

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS 1940 A 2000.	58
TABELA 2 BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE	59
TABELA 3 - TOCANTINS DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE.	110
TABELA 4 - DETERMINANTES À EFETIVIDADE DE MUDANÇAS PESSOAIS ADVINDAS DA PARTICIPAÇÃO DOS ADULTOS E VELHOS PARTICIAPANTES DO PROGRAMA UMA.	158
TABELA 5 - DETERMINANTES DAS AVALIAÇÕES DOS DOCENTES ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA.	159
TABELA 6 - DETERMINANTE DA PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DA UMA, NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES (REITORES, PRÓ-REITORES, DRETORES QUE ACOMPANHAM O PROGRAMA).	160

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO EM NÚMEROS – NÚMERO DE IDOSOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA	145
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE CIDADES ATENDIDAS PELO PROGRAMA	145
GRÁFICO 3 - PASSOAL TÉCNICO DO PROGRAMA.	146

LISTA DE SIGLAS

ABCMI - Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade.

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

ANG - Associação Nacional de Gerontologia

ANTT- Associação Nacional de Transportes Terrestres

ATR - Agência Tocantinense de Regulação e Fiscalização

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CEI-SP - Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo

CEL – Centro de Esporte e Lazer SESC

CNDI - Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

CONAE – Conferência Nacional da Educação

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DETRAN/TO - Departamento de Trânsito do Tocantins

ECOSOC- Conselho Econômico e Social

EDUFPA - Editora da Universidade Federal do Pará

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FAMA - Faculdade da Maturidade

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

HUJBB - Hospital Universitário João de Barros Barreto

IAG – Associação Internacional de Gerontologia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituição de Ensino Superior

INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social

ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MAPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

MAS - Ministério da Assistência Social

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MS - Ministério da Saúde

NETI - Núcleo de Estudos da Terceira Idade -

NOB - Norma Operacional Básica

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNI - Política Nacional do Idoso

PNSPI - Política Nacional da Pessoa Idosa

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PROEST- Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX - Pró- Reitoria de Extensão

PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SEDES - Secretaria do Desenvolvimento Social

SEDH-PR - Secretaria dos Direitos Humano do Paraná

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SENECTUS - Grupo de Pesquisa sobre Envelhecimento na Região Amazônica

SERPRO - Serviço Social de Processamento de Dados

SESC - Serviço Social do Comércio

SETAS - Secretaria do Trabalho e Assistência Social

SIMAE - Serviço Integrado e Multiprofissional de Assuntos Estudantis

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TO - Tocantins

TSI - Trabalho Social do Idoso

UFPA - Universidade Federal de Santa Catarina

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UMA - Universidade da Maturidade

UNESCO - Organização das Nações Unidas

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNIENVA - Universidade do Envelhecimento de Araguaína

UNITERCI - Universidade da Terceira Idade

UNITINS - Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I.....	23
1. MATERIAIS E MÉTODOS	23
1.1. A Pesquisa Descritiva	25
1.2. O Estudo de Caso.....	27
1.3. A Entrevista Semiestruturada	28
1.4. Diário de Campo	28
1.5. Registro Fotográfico	28
1.6. A Análise dos Dados.....	29
1.7. A Análise e interpretação das informações.....	29
1.8. Abordagem Quanti-Qualitativa.....	29
1.9. Questionário e Protocolo de coleta de dados	30
Outros.....	30
CAPÍTULO 2	31
2-ENVELHECIMENTO HUMANO, SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL NO TOCANTINS.	31
2.1.1- Arcabouço legal e protocolos internacionais: diálogo entre países na formação da política social para a população de velhos.	40
2.2. Serviço Social e sua influência interventiva nas políticas sociais para o velho.....	61
2.2.1- Política Pública Social e Serviço Social.	61
2.2.2 Serviço Social, Política Social e Envelhecimento.....	65
2.3. Política Pública Social no Tocantins.	69
2.3.1- Política Pública Social: dimensões conceituais com o envelhecimento.	70
2.3.2- Breves concepções a respeito da análise das políticas públicas sociais à velhice.	73
2.3.3. Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso: institutos de referência ao planejamento das políticas sociais destinadas a população idosa.	83
2.3.4- Um olhar sobre a velhice na Amazônia Legal.	91
2.3.5 - Política Pública Social no Tocantins: projetos e programas sociais em Serviço Social.....	98
2.3.6 - Políticas e Programas Sociais para Idosos em Araguaína	100
CAPÍTULO 3	108

3. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	108
3.1. Breve Histórico das Universidades da Terceira Idade	111
3.2. Contexto Histórico da Universidade da Maturidade – UMA	112
3.3. Perspectivas da Universidade da Maturidade de Araguaína.....	124
3.4. Especificidades dos polos do interior da UMA/UFT.....	126
3.5. Relato da experiência de Serviço Social no Polo de Araguaína	135
3.6. Narrativas de acadêmicos.	138
CAPÍTULO 4	142
4. Sistematização e resultados obtidos com a metodologia usada no Programa Universidade da Maturidade.....	142
4.1. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE: uma proposta de educação para adultos e velhos	142
4.2- UMA como proposta de Política Nacional.....	147
4.3. Análise e Interpretação das Informações	148
4.3.1 Os participantes do estudo.....	149
4.3.2 Amostra dos sujeitos	154
4.3.3 Instrumento.....	155
4.3.4 Coleta dos dados.....	156
4.3.5 Análise dos dados.....	156
4.3.6 Resultados determinantes das questões na UMA/UFT	157
4.3.7- Discussão	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	168
APÊNDICES:	178
APÊNDICE 1	178
APÊNDICE 2-	180

RESUMO

Nesta dissertação, verificou-se com base nas indagações formuladas e as reflexões realizadas a partir da compreensão de que o envelhecimento da população brasileira se configura num fenômeno social e irreversível apresentou-se a questão norteadora desta pesquisa: A metodologia usada para trabalhar com adultos e velhos no Programa Universidade da Maturidade constitui-se em um paradigma para o desenvolvimento social do velho no Estado do Tocantins. A busca da resposta a essa indagação encaminhou a pesquisa para o estudo e compreensão do objetivo geral desta dissertação que foi conhecer os benefícios realizados na UMA para a implementação das políticas públicas sociais no Estado do Tocantins. Perseguiram-se os objetivos específicos que visaram reconhecer o caminho metodológico da UMA/UFT desenvolvido em todos os polos do Tocantins; conhecer o perfil dos acadêmicos da UMA/UFT. Para alcançar os objetivos fez-se um estudo de caso, com abordagem quanti-qualitativa. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, diário de campo, questionário e registro fotográfico. O campo de pesquisa foi o Programa Universidade da Maturidade - UMA polo de Araguaína e os participantes do estudo foram acadêmicos, e docentes da UMA/Araguaína, gestores (reitor, pró-reitores, diretores da UFT) que vivenciam a metodologia do objeto estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento, Políticas Sociais, Velho.

ABSTRACT

In this dissertation, it was found, based on the questions raised and the reflections from the understanding, that the aging of the population is configured in a real and irreversible phenomenon, it was presented the guiding question of this research: The methodology used to working with adults and old people of the program University of Maturity constitutes a paradigm for the social development of the elderly in the state of Tocantins. The search for the answer to this question guided the research for the studying and understanding of the overall purpose of this dissertation which was to understand the benefits achieved at the UMA for the implementation of public social policies in the State of Tocantins. The specific objectives were chased aiming to recognize the methodological path of UMA / UFT developed in all poles of Tocantins; know the academic profile of the UMA / UFT. To achieve the objectives a case study was developed with quantitative and qualitative approach. Data were collected through semi-structured interviews, field diary, questionnaire and photographic record. The research field was the Program University of Maturity Araguaína - UMA polo and the participants were students and professors from UMA / Araguaína managers (dean, pro- deans of UFT) who experience the methodology of the studied object.

KEYWORDS: Aging, Social Policies, Old People.

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas aos velhos têm alcançado grande relevância no cenário nacional e mundial, tendo em vista o envelhecimento populacional como um fenômeno global que provoca repercussões no campo social e econômico, visibilizado especialmente nos países desenvolvidos.

Estudos referentes à problemática do envelhecimento têm atraído inúmeras áreas do conhecimento além da Geriatria e Gerontologia, como Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, várias especialidades da Medicina, Educação Física e afins. Por isso, diversas Universidades estão investindo nos trabalhos direcionados aos adultos e velhos que estavam à margem da sociedade, em um mundo onde a segmentação tende a separar as diferentes gerações.

Contudo, há uma mudança nas políticas públicas. Existe uma necessidade de gerar conhecimento local sobre o envelhecer, tendo em vista as diferentes realidades nas várias regiões do país e de outros países. No Brasil, o Estatuto do Idoso no Cap. V artigo 21 prevê que “O poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”. (BRASIL, 2003, p. 14).

Dentre as instituições públicas e privadas, a Universidade deve ser, no momento, a mais adequada e capaz de se estruturar para responder às necessidades específicas para pessoas acima de 45 anos, com atividades e construção de conhecimentos nas áreas biopsicossociais, culturais e políticas para subsidiar políticas públicas. (OSÓRIO, 2006).

O trabalho realizado com esta concepção significa uma alternativa para as pessoas adultas e velhas que a sociedade brasileira ainda estigmatiza, numa fase da vida em que detém experiência acumulada, saberes e sabedoria. É um espaço de convivência social de aquisição de novos conhecimentos voltados para o envelhecer sadio e digno e, sobretudo na tomada de consciência da importância de participação do velho na sociedade enquanto sujeito histórico.

Abre-se, portanto, um espaço para discussão sobre a qualidade de vida do velho, de acordo com o artigo 230 da Constituição Federal de 1988, o qual assegura que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua dignidade e bem-estar garantindo-lhe direito à vida”, artigo este regulamentado pela

lei 8.842 de 04 de fevereiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso que objetiva "assegurar os direitos sociais criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade". A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1948 de 03 de julho de 1996.

Fazendo um paralelo com a comunidade Tocantinense, registra-se, o Programa Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins que se inscreve em um processo organizativo de pessoas a partir de 45 anos, evidenciado pelas suas conquistas e realizações político-sociais e culturais. É nesse sentido que esse estudo poderá contribuir na mudança da representação social dessas pessoas e sobre como essa faixa etária é vista pela sociedade.

Visando atender uma parcela da população de adultos e velhos do Estado do Tocantins, a Profa. Dra. Neila Barbosa Osório, da Universidade Federal do Tocantins criou a Universidade da Maturidade - UMA que se configura no Programa de Extensão voltado para pessoas com idade igual ou superior a 45 anos. Constitui-se um espaço sócio pedagógico no qual são ofertados aos participantes, oportunidades para ampliar conhecimentos, socializar vivências e experiências individuais e coletivas, quanto ao nível de reflexão crítica do conhecimento gerontológico e sobre o cotidiano.

No que se refere ao reconhecimento da necessidade de assistência direcionada ao velho a autora do Programa UMA tem experiência desde 1996, na cidade de Campo Grande - MS onde iniciou seus estudos gerontológicos e, em 2006, criou a UMA em Palmas – Tocantins.

A autora desta Dissertação tem uma experiência desde o ano 2006 no polo de Palmas e desde 2012 no polo de Araguaína, com uma articulação combativa com os demais membros da equipe técnica e de parceiros efervescidos pelo interesse de, junto à universidade promotora da UMA, estabelecer compromisso assistencial, educacional e de responsabilidade social à população de velhos araguainenses.

Com formação acadêmica em Serviço Social, procurei sempre intervir junto aos segmentos no sentido de tornar expressiva a posição destes no cenário social, na luta pela garantia de direitos e a valorização dos sujeitos enquanto construtores de sua própria história.

Meus primeiros ensaios acadêmicos foram enfatizados na política da criança e do adolescente, especificamente no processo de adoção de crianças na cidade de Palmas - TO, impulsionada pelo sentimento de maternagem, oriunda da relação afetiva com meu

irmão que tem deficiência intelectual moderada e comigo precisou morar após a perda de nossos pais.

Passada a fase da Graduação, logo incentivada pela Professora Doutora Neila Barbosa Osório, iniciei a Especialização em Gerontologia. Nesta, aflorou ainda mais o compromisso profissional e pessoal de, junto aos segmentos sociais, cumprir o prescrito no Código de Ética da profissão, assim como a essência que permeia os genéticos veios humanos, que é perceber o ser independente da faixa etária a qual pertence.

Uma presença expressiva em minha infância foi sem dúvida, o arquétipo de sabedoria e a formação pessoal emanada das experiências de meus pais. A mãe não tinha domínio das letras, mas continha a honra de escrever seu nome e sentir a felicidade de realizar sua cidadania por meio do voto. Deixou também o maior exemplo de determinação.

Meu pai, com contagiante senso de humor, dotado de um conhecimento nato da vida, ensinou os filhos a viverem com dignidade e respeito em qualquer situação que a vida lhes proporcione.

O reflexo da experiência dos anos vividos por meus pais transmite-me a força que diuturnamente me impulsiona a seguir as suas pisadas. Isso faz crer que a minha atração pelo “SER” velho, está alicerçada e reflete o que de mais rico os meus genitores me outorgaram como herança que pode ser resumida, como respeito, valorização e dignidade. Esses três vocábulos expressam o meu interesse pela temática estudada e tem pauta neste trabalho.

Portanto, experiências pessoais e profissionais na área do envelhecimento foram as primeiras, o privilégio de acompanhar meus pais na velhice e absorver os mais valiosos recursos estruturais que um ser pode transmitir a outrem, procurar a cada dia ser uma pessoa melhor.

Profissionalmente, tive meu primeiro contato com a temática do envelhecimento na Pós-Graduação em Gerontologia e quando, na criação da Universidade da Maturidade, ombreei-me junto aos idealizadores na execução de atividades de docência, especificamente na disciplina Tanatologia. Desde então, minha trajetória com o tema em questão floresceu tanto pessoal quanto profissionalmente.

De forma que, trabalhar com o envelhecimento e ser sujeito participante do crescimento da UMA em Araguaína, revela o contorno de uma vida pautada na busca pela garantia de direitos e a valorização dos velhos enquanto construtores da sua história e, como construtor, poder proferir o grito silencioso rumo à liberdade que outrora

suprimida, agora se torna expressiva pelo poder ser e poder falar numa sociedade ainda carregada de preconceitos e estereótipos.

A experiência vivenciada e compartilhada com o velho tornou meu interesse ainda mais elevado e ditoso. Concordando com Osório (2006): “(...) ao velho precisa se dar vez e voz com autonomia e respeito perante a sociedade”. Diante destas experiências e com a consciência dos vínculos com a temática, definiu-se a questão norteadora, os objetivos da pesquisa e os procedimentos adotados para alcançá-los.

Assim, com base nas indagações formuladas e as reflexões realizadas a partir da compreensão de que o envelhecimento da população brasileira se configura num fenômeno social e irreversível apresenta-se a seguinte questão norteadora desta pesquisa: A metodologia usada para trabalhar com adultos e velhos no Programa Universidade da Maturidade constitui-se em um paradigma para o desenvolvimento social do velho no Estado do Tocantins?

A busca de resposta a essa indagação encaminha a pesquisa para o estudo e compreensão do objetivo geral dessa dissertação: Conhecer os benefícios realizados na UMA para a implementação das políticas públicas sociais no Estado do Tocantins.

A partir disso, perseguiu-se os objetivos específicos que visaram reconhecer o caminho metodológico da UMA/UFT desenvolvido em todos os polos do Tocantins; conhecer o perfil dos acadêmicos da UMA/UFT.

Para alcançar os objetivos fez-se um estudo de caso, com abordagem quanti-qualitativa. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, diário de campo, questionário e registro fotográfico.

O campo de pesquisa foi o Programa Universidade da Maturidade-UMA polo de Araguaína e os participantes do estudo foram acadêmicos, docentes, gestores (reitor, pró-reitores da UFT) que vivenciam a metodologia do objeto estudado.

Esta dissertação está estruturada em duas partes: a primeira, destinada à construção da metodologia da pesquisa; a segunda, referente à revisão bibliográfica da temática expressa, em dois capítulos (no primeiro), apresenta-se Envelhecimento Humano, Serviço Social e Política Pública Social no Tocantins; (no segundo), debate-se a realidade da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins, no que concerne o Contexto Histórico da Universidade da Maturidade; Especificidades dos polos do interior da UMA/UFT; Relato da experiência de Serviço Social no Polo de Araguaína e Narrativas de acadêmicos da UMA/Araguaína.

Na segunda parte da dissertação, detalhou-se em dois capítulos, a pesquisa realizada seguida o estudo de caso e a sistematização e resultados obtidos com a metodologia usada no Programa Universidade da Maturidade, para então apresentarem-se as considerações finais, recomendações do estudo e a bibliografia utilizada.

A BUSCA PELO CONHECIMENTO

FIGURA 1: Atividade de socialização dos Acadêmicos da UMA/UFT no Campus Araguaína



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2013.

CAPÍTULO I

1. MATERIAIS E MÉTODOS

Neste capítulo apresenta-se o material utilizado e os procedimentos realizados no desenvolvimento da pesquisa.

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DOS TEMAS, ÁREAS E AUTORES.

TEMA	ÁREA	AUTORES
Envelhecimento Humano	Gerontologia	Goffman (1961); Bosi (1994); Beauvoir (1990); Pretti (1991); Ferrari (1991); Costa (1992); Conselho Estadual do Idoso/RS (1994); Andrade (1995); Treméia (1998). Debert (1999); Sinésio (1999); Both (1999). Ávila (2001); Teixeira (2008); Eisenstadt (1976); Lopes (2008) Osório (2002); Osório (2006).
Avaliação de Projetos Sociais	Política Social	Constituição Federal (1988); Melo Rico (1998); Cohen (1998); Behring (2011); Programa Nacional dos Direitos Humanos; Constituição Federal (1988); Estatuto do Idoso; Política Nacional do Idoso (PNI)
Desenvolvimento Social	Política Pública	Rua (2009); Marshal (1967); e Faleiros (2004).

Fonte: Sousa, Domingas Monteiro de. Belém, PPGSS/UFPA, 2013.

O quadro que segue apresenta os autores que embasaram a construção do referencial da metodologia da pesquisa desta dissertação. Os quadros a seguir apresentam os autores (**Quadro 2**) que embasaram a construção do referencial (**Quadro 3**) da metodologia da pesquisa da dissertação.

QUADRO 2- DEMONSTRATIVO DA METODOLOGIA DA PESQUISA E AUTORES

METODOLOGIA DA PESQUISA	AUTORES
Abordagem qualitativa	Ludke e André (1986), Triviños
Estudo de caso	(2012), Andrade (1996): Minayo
Coleta de dados e informações	(2002), Markoni e Lakatos (1990),
Interpretação de informações	Rocha & Deusdará (2005), Bardin
Análise do Discurso	(1997), Lakatos (2011).

Fonte: Sousa, Domingas Monteiro de. Belém, PPGSS/UFPA, 2013.

QUADRO 3 DEMONSTRATIVO DA METODOLOGIA PROPOSTA

TIPO DE PESQUISA	DESCRIÇÃO
Forma Assumida	Estudo de Caso
Instrumentos de coleta	Entrevista Semiestruturada, Questionário, Diário de Campo, Registro Fotográfico.
Análise dos dados e informações	Análise do Discurso
Participantes do estudo	Acadêmicos e docentes da UMA do Polo de Araguaína, Gestores (reitor, pró-reitores, diretores) da Universidade Federal do Tocantins.
Abordagem	Quanti-Qualitativa

Fonte: Sousa, Domingas Monteiro de. Belém, PPGSS/UFPA, 2013.

Para alcançar os objetivos fez-se um estudo de caso com abordagem qualitativa. As informações foram coletadas com entrevistas semiestruturadas, diário de campo e registro fotográfico. Participaram do estudo:

- Acadêmicos¹participantes das atividades da UMA/UFT/Araguaína.
- Gestores (reitor, pró-reitores da UFT e docentes do polo da UMA/Araguaína).

O percurso da construção do Capítulo I é demonstrado, nos subtítulos de sua estruturação. Dessa forma, passa-se a justificar os motivos desta escolha com os escritos que seguem.

¹ACADÊMICOS adultos e velhos participantes da UMA-Universidade da Maturidade-UFT.

1.1. A Pesquisa Descritiva

A metodologia aplicada na pesquisa depende diretamente do objeto em estudo, de sua natureza, amplitude e dos objetivos do pesquisador. Geralmente, a intenção dos pesquisadores em ciências sociais não é só descrever, mas compreender os fenômenos e, para tanto, torna-se necessário recolher informações que mostrem o fenômeno de forma compreensível. Dessa forma, apreende-se que uma tese teórica é aquela que se propõe incidir um problema contemplativo que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões.

Nesse aspecto, Gil (1993: 45) classifica as pesquisas com base em dois diferentes critérios. A primeira classificação dá-se com base em seus objetivos gerais, útil para o estabelecimento de seu fundamento teórico, divididas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Contudo, para a concreção desse estudo, procurou-se deter a segunda.

Assim, considera-se que a pesquisa descritiva estabelece como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Aquela visa observar, registrar analisar e correlacionar fenômenos ou fatos, sem interferência ao ambiente analisado. É o tipo mais utilizado nas ciências sociais e pode assumir diversas formas como:

- Estudos exploratórios: utiliza-se quando existe pouco conhecimento sobre o assunto;
- Estudos descritivos: consiste na análise e descrição de características ou propriedades, ou ainda das relações entre estas propriedades em determinado fenômeno;
- Estudos de Caso: busca analisar os múltiplos aspectos de um indivíduo, ou grupo delimitado de indivíduos;
- Pesquisa de Opinião: objetiva detectar atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas pesquisadas em relação a um determinado problema.

Para Triviños (1987: 101) a fundamentação teórica do estudo ou revisão da literatura, tem o seu papel bem definido como fundamento que orientará a pesquisa e é um componente indispensável a qualquer tipo de pesquisa. Lembra que a palavra teoria, em sua etimologia grega significava observar, contemplar. Portanto, os instrumentos utilizados na pesquisa, para a coleta de informações como o questionário, a entrevista e outros, são clarificados pelos conceitos de uma teoria.

Confere-se, portanto que o estudo descritivo busca descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade e, ainda, pode estabelecer relações entre as variáveis e, neste caso, denomina-se estudo descritivo e correlacional.

As variáveis são definidas como sendo "características observáveis de algo que podem apresentar diversos valores". Podem ser variáveis independentes - aquelas que são explicativas e atuam sobre as outras - ou variáveis dependentes, aquelas que sofrem os efeitos das primeiras. Na pesquisa quantitativa, a variável deve ser medida; na pesquisa qualitativa, a variável é descrita. (TRIVIÑOS, *op. cit.*p.107).

Pode ainda assumir a forma de estudos de casos, que têm por meta aprofundar a descrição de determinada realidade. Neste tipo de estudo os resultados só são válidos para o caso estudado e, quando a análise é quantitativa, o tratamento estatístico dos dados é simples. Se exige análise qualitativa, esta pode ter apoio quantitativo.

Também se considera forma de estudos descritivos a análise documental, aquela onde uma situação é descrita com base em uma grande quantidade de documentos, bem como o estudo que procura determinar como é o fenômeno, de que maneira e por que ocorre, quando o controle da variável independente não é possível.

Neste caso é denominado estudo causal comparativo ou estudo *post facto*. Pesquisa *ex-post-facto*, onde o experimento ocorre baseado num fato já ocorrido; o levantamento, que consiste na interrogação direta das pessoas que são o foco da pesquisa; o estudo de caso, que se caracteriza por um estudo profundo e completo de um ou poucos indivíduos, a fim de aumentar o conhecimento a respeito destes indivíduos ou seu comportamento.

Segundo Ludke e André (1986), este tipo de pesquisa surgiu na década de setenta, privilegiando a consciência do sujeito e entendendo a realidade social como uma construção humana.

Assim, a interpretação dos dados surgiu da totalidade de uma investigação fundamentada na percepção de um acontecimento em processo. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis. TRIVIÑOS (2012).

A Pesquisa Descritiva proposta foi na configuração de um Estudo de Caso na UMA/UFT. Os participantes foram 08 ACADÊMICOS da UMA, sendo 06 do sexo feminino e 02 do sexo masculino, na faixa etária entre 53 a 74 anos, para garantir a representatividade da amostra.

A escolha dos participantes foi intencionalmente, entre acadêmicos integrantes do programa, seguindo a disponibilidade de cada um. A população referida é considerada acessível, porque a pesquisadora é membro deste programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

O local da pesquisa foi no primeiro momento, durante as aulas na UMA/UFT/Araguaína. No segundo momento nas entrevistas conforme o agendamento pelas partes envolvidas.

1.2. Estudo de Caso

A forma de estudo de caso proposta nesta pesquisa é aquela que tem a finalidade de indagar com profundidade um aspecto ou um ciclo de vida de um indivíduo, grupo ou instituição. Depois analisou-se as suas sequências e inter-relações.

O estudo de caso foi a forma assumida por este estudo, o qual buscou observar os fenômenos em sua evolução e suas relações estruturais fundamentais das pessoas, na afirmação de Andrade (1996): “O estudo de caso deve ser sempre bem pontuado, devendo ter seus âmbitos claramente elaborados no decorrer da pesquisa.”.

Nesta dissertação o caso estudado é a metodologia do trabalho realizado na UMA/UFT e sua contribuição para a implementação das políticas destinadas às pessoas adultas e velhas no Estado do Tocantins, dos acadêmicos que participam das ações e atividades oferecidas pelo programa para a construção da cidadania.

O estudo de caso aqui proposto, segundo as características fundamentais apresentadas por Lüdke & André (1986, p. 19-24), buscou verificar como os envolvidos nas atividades da Universidade da Maturidade de Araguaína Tocantins, percebem a mudança de comportamento após o ingresso no Programa:

Consideram-se as novas informações que surgiram no decorrer da pesquisa; consentindo ao referencial teórico tão-somente o suporte porque novas perguntas e respostas permearam o estudo;

Neste trabalho, utilizou-se informações, como: a) a interação entre os participantes nas aulas; b) em ocasiões de festa ou de solidariedade em momentos de dor; c) o conviver; d) o relacionar.

A associação das experiências pessoais com as informações obtidas aconteceu em função dos conhecimentos e tudo decorreu num clima natural e repleto de descrições capazes de retratar a realidade de forma complexa e completa;

A centralidade foi na compreensão de uma instância única em que o sujeito estudado foi exclusivo: Neste caso, acadêmicos da UMA de Araguaína Tocantins/UFT.

Para atingir os objetivos propostos e chegar a uma compreensão mais completa do objeto estudado, realizou-se uma análise sistemática de todas as ocorrências, vivências e

mudanças de comportamento dos acadêmicos e bem como a compreensão dos docentes e gestores (reitor, pró-reitores, diretores) que participaram desta pesquisa na UFT - Universidade Federal do Tocantins campus de Araguaína/TO.

Foi elaborado um diário de campo que delimitou os numerosos aspectos relevantes, por meio de um recorte do que pareceu não necessário para a problemática estudada. Não se ignorou o conhecimento formal de onde a pesquisadora retirou novos conceitos, valores e compreensão do fenômeno.

1.3 A Entrevista Semiestruturada

Por meio da entrevista semiestruturada (**Apêndice1**) possibilitou um clima de familiaridade e simpatia com os entrevistados para que eles sentissem a importância de sua presença neste trabalho e participassem com interesse no desenrolar da investigação. Foi utilizado um esquema básico, porém não rígido. Triviños (2012). Todas as informações foram por um questionário com perguntas abertas, nas quais os entrevistados puderam responder livremente. As entrevistas foram feitas pela autora da pesquisa.

1.4 Diário de Campo

Além dos instrumentos mencionados, foi utilizada a documentação existente na UMA/UFT - Universidade da Maturidade que descreve o processo de implantação e desenvolvimento das ações, assim como artigos publicados que abordaram o tema do envelhecimento no estado do Tocantins.

1.5 Registro Fotográfico

O registro fotográfico foi composto por fotos feitas pela autora desse estudo e os próprios acadêmicos da Universidade da Maturidade-UFT. Esse recurso metodológico contribuiu para o conhecimento e aprofundamento do tema em algum momento, possível concretizar diferentes situações, costumes e atitudes dos entrevistados.

Esclarece Barthes sobre este instrumento in Andrade (1996, p: 145) que: “Uma fotografia é um documento virtual, um registro que mostra que algo aconteceu. O que está na foto não se pode negar que aconteceu, é um testemunho, como é a palavra empenhada, fala por si mesmo”.

1.6 A Análise dos Dados

Definida por Rocha (2005) como as técnicas de análise das comunicações que aposta no rigor do método como forma de não se perder na diversidade de informações.

Inicialmente foi efetuada a coleta de dados e informações, em paralelo com a revisão bibliográfica, no segundo momento foi feito o cruzamento dos elementos levantados nas entrevistas e observações com os pressupostos teóricos.

Bardin (1997, p. 42) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

1.7 A Análise e interpretação das informações.

Baseada na Análise de Conteúdo definida por Rocha (2005) como as técnicas de análise das comunicações que apostam no rigor do método como forma de não se perder na diversidade de informações. Rocha E Deusdará posicionam-se favoráveis à Análise do Discurso. No primeiro momento foi efetuada a coleta de dados e informações, em paralelo a revisão bibliográfica, no segundo momento o cruzamento dos elementos levantados nas entrevistas e observações com os pressupostos teóricos.

1.8 Abordagem Quanti-Qualitativa

Foi de uma pesquisa quanti-qualitativa, seguido um processo que buscou a interação dinâmica e de retroalimentação constante. Os dados quantitativos foram coletados junto a documentos, questionários e entrevistas. Posteriormente foram interpretados com o uso da estatística, não empregando, no entanto, modelos sofisticados de análise. Os dados qualitativos foram coletados com o auxílio de entrevistas, observações e aplicação de questionários. TRIVIÑOS (2012).

Esta técnica de retroalimentação e de reformulação constante exige uma visão não estática. Para Minayo (2002) os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

1.9 Questionário e Protocolo de coleta de dados

Na apreciação de Markoni e Lakatos (1990) o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito. Esse instrumento de coleta comunga três objetivos: i) traduzir a informação desejada em um conjunto de questões que o respondente tenha condições de responder; ii) deve motivar e incentivar o respondente, envolvendo-o com o assunto; iii) deve buscar minimizar o erro na resposta.

Para a construção do protocolo de coleta de dados foi utilizado o Método de *Checklist*, combinado à Escala Likert² de mensuração. Esta escala (**APÊNDICE 2**) permite proceder à mensuração das respostas atribuídas aos itens do Checklist propostos para as atitudes sociais dos respondentes em relação à efetividade de mudança de comportamento dos velhos participantes da UMA diante do envelhecer.

Projetado com pontuações favoráveis e desfavoráveis em relação aos itens, o *Checklist* pode oferecer meio estatístico apropriado à mensuração de atitudes sociais, bem como à percepção de mudanças dessas atitudes nos seus respondentes.

Às respostas favoráveis foram atribuídos valores mais altos. O valor dos itens decresceu em combinação com a nota de desfavorabilidade atribuída pelos respondentes aos respectivos itens do *Checklist*. Assim, quanto maior a favorabilidade do respondente ao item mencionado, maior foi o valor atribuído ao item. Dessa forma, ficaram estabelecidos os itens: a) Discordo Totalmente (**DT**); b) Discordo Parcialmente (**DP**); c) Sou Neutro (**SN**); d) Concordo Parcialmente (**CP**); e) Concordo Totalmente (**CT**).

Os valores deste *Checklist* foram, doravante, atribuídos da seguinte forma; a) DT= -5; b) DP= -4; c) SN= -3; d) CP= -2; e) CT= 1

Outros

Além dos instrumentos referidos, utilizaram-se, também, as documentações existentes na Universidade que narram a sua trajetória, artigos que descrevem a criação do Programa de extensão Universidade da Maturidade na - UFT, relatos de coordenadores e acadêmicos participantes do programa, artigos de jornais e revistas que abordaram este trabalho e nosso diário de campo.

²LIKERT Rensis. (1932) *Técnica para a medida de atitudes ArchPsico*. Vol. 22, No. 140

CAPÍTULO 2

2-ENVELHECIMENTO HUMANO, SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL NO TOCANTINS.

Historicamente, a humanidade na fase da chamada pré-história, revela que todos os povos definiam o circuito da vida de qualquer ser vivo, sendo atribuídos dois significados de existência, o biológico e o social, em três momentos: nascer, viver e morrer. O primeiro que configura o crescimento, culmina com o rito de passagem. O segundo, da fase adulta ou da inteira participação em atividades de ordem social. Já o terceiro referente à velhice, normalmente definido como o tempo da sabedoria.

Os conhecimentos aludidos nesse espaço teórico estão embasados em revisão de literatura no qual se aborda assuntos concernentes ao Envelhecimento, nos seus aspectos, humano e populacional. Assim como, Serviço Social e Política Pública Social no Tocantins e a Universidade da Maturidade como proposta de Política Social para o desenvolvimento social da população de adultos e velhos no Estado do Tocantins. Sendo o último, tema do terceiro capítulo.

2.1- Envelhecimento Humano: aspectos e limitações.

Beauvoir (1990) expõe que, antes do século XVIII, a velhice era considerada insignificante e, por vezes, motivo de escárnio; no século XIX, como condição de sabedoria; e, no século XX, surge uma valorização do aspecto estético do velho. Neste, a indústria da beleza vende: a eterna juventude e nega o envelhecimento; vende a aparência e nega o interior, e associa o envelhecimento a modificações no corpo, que ocorrem ao longo do tempo envoltas em questões genéticas, estilo de vida e estar sujeito ao ambiente em que a pessoa vive, sendo esse processo natural a todos os seres humanos.

Assim, tanto o estilo de vida da pessoa, quanto o ambiente em que ela vive, pode contribuir e determinar o seu envelhecimento. Mercadante (2002, p. 2) salienta a importância de compreendermos o envelhecimento como um processo natural e cultural; “é natural se apreendida como um fenômeno biológico, mas é também imediatamente um fato cultural na medida em que é revestida de conteúdos simbólicos, evidenciando formas diversas de ação e representação”.

O envelhecimento fisiológico, não impede uma pessoa de ser social e intelectualmente ativo e, a saúde intelectual e física nesse processo é de grande valia, o

que demonstra que o emprego de parâmetros somente voltados à idade cronológica não é o mais preciso: Há um consenso implícito de que, a partir dos 60 anos havia uma significativa degradação das faculdades psicológicas e das funções orgânicas. Sabe-se, entretanto, que essa situação está limitada às circunstâncias e não necessariamente à natureza das pessoas que envelhecem (BOTH, 1997, p. 9).

Normalmente, com o decorrer dos anos os desgastes se tornam comuns a todos. No processo de envelhecimento essa questão pode se intensificar e ser mais recorrente, o que indica inclusive uma recuperação mais vagarosa. O envelhecimento, portanto, pode ser analisado a partir dos pontos de vista cronológico, biológico, psíquico, social, fenomenológico e funcional, cada qual com suas especificidades e respondendo diferentemente aos questionamentos em relação ao processo de envelhecer.

Conforme Santos (2003), as modificações biológicas são na verdade, as morfológicas, reveladas por aparecimento de rugas, cabelos brancos e outras; as fisiológicas, relacionadas às alterações das funções orgânicas; as bioquímicas estão diretamente ligadas às transformações das reações químicas que se processam no organismo.

As modificações psicológicas ocorrem quando, ao envelhecer, o ser humano precisa adaptar-se a novas situações do seu cotidiano. Já as modificações sociais, conforme o autor são notificadas quando as relações sociais tornam-se alteradas em função da diminuição da produtividade e, principalmente, do poder físico e econômico, sendo a alteração social mais evidente em países de economia capitalista como no Brasil.

Para Paiva (2010, p. 01) a “qualidade de vida de um indivíduo idoso está diretamente relacionada ao seu conceito de envelhecimento ativo”. Ou seja, se o idoso deve engajar-se em algum tipo de atividade ou em grupos sociais, o que pode proporcionar ainda, é uma mudança quanto ao conceito de velhice, porque nos grupos é possível encontrar idosos ativos, autônomos, satisfeitos, realizados com sua condição geral, que se relacionam bem com outras pessoas de qualquer faixa etária.

Estas atividades geram autoconfiança, satisfação e bem estar, incluindo-o socialmente a partir de mudanças no seu estilo de vida. Para tanto, deve-se levar em conta que o equilíbrio entre as limitações e potencialidades do idoso contribui para que ele lide com as inevitáveis perdas decorrentes do processo de envelhecimento.

Segundo Papália (2006), o crescimento físico do ser humano perpassa pelas fases Pré-natal (Concepção do ser), 1ª infância (do nascimento aos 3 anos), 2ª infância (3 aos 6 anos), com diminuição na 3ª infância (6 aos 11 anos). A adolescência vai dos (11 aos

aproximadamente 20 anos). Na faixa dos (20 aos 40 anos) jovem ou adulta. Meia idade³ - dos 40 aos 65.

Dos 65 anos em diante, ou conforme a autora “terceira idade”. Nas competências cognitivas, embora a inteligência e a memória possam se deteriorar em algumas áreas, a maioria mantém a mente alerta a encontrar forma de compensação. Enquanto que os desenvolvimentos psicossociais tem a aposentadoria como forma para utilização do tempo; o entendimento das perdas pessoais e da morte é iminente; cresce a procura ao apoio da família e dos amigos íntimos e a busca de significados na vida assume importância central.

Chama atenção nessa discriminação etária, que a redução das habilidades físicas das pessoas, nos estágios da vida, não os impede de reinventar novas formas de encontrar saídas para o alcance de uma vivência agradável.

Na idade madura e na velhice, conta-se com o melhoramento dos desenvolvimentos cognitivos e psicossociais das pessoas desta faixa etária, que por meio das vivências e experiências adquiridas pelos “anos”, tem a lucidez de no caminho, buscar desvelar os significados dos dias que lhes são acrescidos.

Ramos (2000, p. 36) “ressalta que envelhecemos como vivemos; nem melhor; nem pior. Trata-se de equilibrarmos as duas noções: a aquisição (positivo) e a perda (negativo)”. Considerando que uma perda não é sempre um fim, muitas vezes produz uma conquista. Dessa maneira vale dimensionar o envelhecimento a uma perspectiva de conhecimento de si, para o aceite das limitações e busca de melhorias na qualidade de vida diante de um cenário de modificações.

Belsky (2010) divide o desenvolvimento humano em: Nascimento, Primeira e Segunda Infância, Adolescência, Idade Adulta e Velhice. Salienta que o envelhecer e suas etapas são considerados processo único e particular de cada indivíduo, sendo influenciado pelos aspectos sociais e culturais no qual este se encontra.

No contexto do envelhecimento, entender o “envelhecer” possibilita as pessoas usufruir as potencialidades e utilizar-se da capacidade de adaptar-se às mudanças do desenvolvimento humano emergentes na contemporaneidade, pensar, repensar e auto avaliar as atitudes, valores, conhecimentos e mudanças derivadas desta fase da vida.

³ [...] uma das marcas da cultura contemporânea é, sem dúvida, a criação de uma série de etapas no interior da vida adulta ou no interior desse espaço que separa a juventude da velhice como a “meia idade”, a “idade da loba”, a “terceira idade”, a “aposentadoria ativa”. [...] Trata-se antes, de encorajar a variedade de experiências em um contexto no qual a idade cronológica é pura maleabilidade, receptáculo de um número praticamente ilimitado de significações e, por isso, um mecanismo extremamente eficiente na constituição de novos mercados de consumo e de atores políticos. DEBERT (1999, p. 65).

Saber Envelhecer, de Cícero (1997), filósofo, tribuno e político romano, foi a primeira obra dedicada ao envelhecimento. O autor mostra por meio de fatos como pessoas da elite social em idade avançada conservavam o vigor, as capacidades produtivas e, ainda eram fontes de alta sabedoria, paradigmas para os mais jovens.

Assim, para compreender o espaço social dos velhos, é necessário perceber a maneira como a sociedade organiza a estrutura, as funções e os papéis de cada grupo etário específico.

Segundo Minayo (2002), os estudos antropológicos demonstram que a infância, a adolescência, a vida adulta e a velhice, não constituem propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o aumento da idade cronológica, pelo contrário, o envelhecimento biológico é real e pode ser reconhecido por sinais exógenos do corpo.

Uma abordagem antropológica das questões relativas à velhice e ao envelhecimento deve, desde o início, situá-las em contextos sociais e culturais específicos, como expõem os autores Uchôa, Firmo e Lima-Costa apud Corin (2002, p. 27), “a antropologia deve interrogar sobre o papel de fatos socioculturais mais gerais na construção de uma representação da velhice enraizada nas ideias de deterioração e perda”. Dessa maneira, a Antropologia trata de investigar a interação entre parâmetros culturais, traços individuais e marcadores biológicos na construção de representações da velhice e do envelhecimento.

O pesquisador antropólogo tenta penetrar o interior de uma cultura para descobrir como os dados relativos ao envelhecimento são organizados, assim, adquire significados dos aspectos estruturais, culturais e experiências do envelhecimento, humano. Nessa perspectiva, a Antropologia substitui o estudo estático dos fenômenos culturais por uma abordagem processual.

O envelhecimento não é mais encarado como um estado ao qual o indivíduo se submete passivamente, mas como um fenômeno biológico ao qual ele reage com base em suas referências pessoais e culturais.

A constituição do envelhecimento humano, relativamente recente, é incluída como uma parte importante da Geriatria e da Gerontologia. Esta não trata apenas do velho ou da velhice, mas inclui o estudo dos fenômenos relacionados com o envelhecimento humano que levam a ela. A Geriatria, por sua vez, trata das doenças dos velhos e se preocupa também, com as prevenções.

O termo envelhecimento, embora seja um substantivo, conota movimento. Constitui-se no processo de chegar à velhice, ou de tornar-se velho. A sua semântica não

unívoca depende de quem a aplica. No que diz respeito aos seres vivos, o processo de envelhecimento significa aproximar-se do fim da vida. Referidos a objetos pode significar a aquisição de uma qualidade superior como um vinho envelhecido, instituições, países ou cidades envelhecidas.

Nessa abordagem evidencia-se o conceito de movimento em direção a uma fase futura da vida, ou seja, a passagem da vida adulta ou madura para a velhice, das fases infância para a juventude desta para a maturidade e da maturidade para a velhice.

Desde sua concepção o organismo humano passa por diferentes fases de evolução. Ao nascer, a criança se desenvolve, passa pela puberdade, a maturidade e chega ao envelhecimento, processo demarcado por diversas etapas que se realizam na trajetória da existência humana.

No cenário das representações os termos e as expressões classificam o ser como velho, velhote, idoso e terceira idade que são responsáveis pela construção de uma identidade estigmatizada, empregados para reforçar uma situação de exclusão daqueles que eram “distanciados” de *status social*.

Já a qualificação de idoso limitava-se aos indivíduos que tinham *status social* advindo de sua experiência em cargos políticos, decorrente de posição financeira privilegiada ou de atividade valorizada socialmente.

Segundo Peixoto (1998) a expressão Terceira Idade, surgiu na França, a partir de 1962, em virtude da introdução de uma política de integração social da velhice com vista à variação da imagem das pessoas envelhecidas e da velhice pautada na exclusão social, com o marco principal, o asilo.

A autora assinala ainda que, a partir dos anos 1960, há na nova política social francesa para a velhice um aumento nas pensões e com isso o prestígio dos aposentados. Os termos velho e velhote são substituídos nos textos oficiais. No Brasil, essas mudanças repercutiram positivamente. E o termo dos utilizado também nos textos oficiais em substituição aos anteriores.

Nesse aspecto a terceira idade convoca às práticas de atenção e cuidados com a saúde, exercício da cidadania na busca de qualidade de vida ligado a uma autoimagem positiva associada ao lazer, aos sonhos e desejos não realizados por circunstâncias adversas no percurso da vida.

Neste trabalho, foi utilizada a terminologia “velho” por entender que esta não denigre as capacidades do ser humano que envelhece, haja vista que a velhice apresenta interfaces e diferenças individuais. A expressão também é raiz do termo envelhecimento

e envelhecer, o que não diminui a responsabilidade o respeito e a valorização que a sociedade deve assumir com as pessoas que estão envelhecendo pela utilização de uma terminologia “melhorada”, com base no status social do “ser”.

É notório que cada fase da vida carrega consigo suas diferenças e significados. Denota que o processo de envelhecer assim como as experiências humanas difere entre pessoas. Os fatores internos e externos têm influência no processo de envelhecimento, tanto nos aspectos sociopolíticos quanto culturais.

Apesar do envelhecimento se apresentar como um processo blindado por aquisições fortemente individuais transcorre pela esfera do coletivo, sofre influência da sociedade, haja vista a vida ser tanto biológica quanto social e culturalmente construída com seus diferentes significados e duração. Segundo Bosi (1998), na sociedade industrial a velhice tem sido vista de maneira maléfica, sendo aquela, além de um destino do indivíduo, uma categoria social.

Questões culturais relacionadas aos velhos, como a “marginalização social”, “morte em vida”, sujeitos estigmatizados e submetidos a estereótipos negativos, bem como os efeitos psicológicos, como solidão, depressão e outros, conseqüentemente são fatores causados e não definitivos da velhice, são resultantes das condições objetivas e subjetivas que interferem no seu modo de viver. Influenciados tanto por acontecimentos de ordem biológica, como psicológica, social e cultural.

Para Geertz (1989, p. 64), o homem não pode ser definido nem apenas por suas possibilidades inatas, como fazia o iluminismo, nem apenas por seu comportamento real, como o faz grande parte da ciência social contemporânea, mas sim pelo elo entre eles, pela forma em que o primeiro é transformado no segundo.

Para Borges (2003), a velhice nunca será uma generalidade, no singular, mas “velhices”, dada a pluralidade de manifestações dentro de uma mesma formação social, relacionadas às de vida e de trabalho das pessoas.

O envelhecimento do organismo como um todo está relacionado com o fato das células somáticas do corpo morrer uma após outra e não serem substituídas por novas como acontece na juventude. O envelhecimento pode ser apreendido como a consequência da passagem do tempo ou como o processo cronológico pelo qual um indivíduo se torna mais velho.

Nesse contexto, na busca pela compreensão das pessoas adultas na maturidade e na velhice, como aspiração de melhor qualidade de vida cabe referenciar que esta é uma resultante do equilíbrio entre saúde física, estado psicológico, nível de independência nas

relações sociais e relação com o meio ambiente, o que exige um grau de informação e conhecimento pessoal e coletivo ao alcance de uma consciência crítica a respeito do fenômeno.

A Gerontologia Social estuda os fenômenos associados ao envelhecer, nos aspectos psicossociais, inerentes ao ser humano, podendo se encontrar três concepções de velhice:

A *Velhice Cronológica* que é objetiva quanto ao dado numérico em relação à idade, porém vazia quando não considera o impacto do tempo de cada ser, como a história de vida, as vivências, estado de saúde, dedicação às atividades laborais e de lazer dentre outros aspectos que diferenciam as pessoas, impossibilitando que se torne somente a referência da idade.

Na *Velhice Funcional* é estabelecido ao velho o conceito de incapaz ou limitado. Contudo, a velhice não representa, necessariamente, incapacidade. Mesmo com a redução na capacidade funcional, que acontece em qualquer organismo vivo, não há impedimento para vida plena. Normalmente, as avaliações externas da família e da sociedade são que instigam ao velho assumir sua incapacidade e dependência.

A *Velhice Vital* apresenta a concepção mais moderna e equilibrada. Constitui uma etapa na experiência humana, assim como considera ser uma fase positiva do desenvolvimento individual e social. As mudanças corporais e até mesmo as limitações funcionais, não paralisam sentidos cognitivos da pessoa e nem a impedem de tornar-se um sujeito crítico.

Simone de Beauvoir (1990) diz que “a involução senil de um homem produz-se sempre no seio da sociedade; ela depende estreitamente da natureza dessa sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo em questão” e problematiza a relação entre o homem e a sociedade, apontando a questão social do envelhecimento humano como decorrência dessa relação.

Assim, pensar na qualidade de vida significa garantir ações inclusivas, preservando autonomia, com exercício de cidadania e ressignificando o viver. Importante trabalhar as relações intergeracionais, evidenciar o dever da família de não olhar a velhice unicamente como a célula protetora.

Minayo et al (2000, p. 08) interpreta qualidade de vida como: “O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto [sic] uma construção social com a marca da relatividade cultural.”

Capacidades humanas como a aprendizagem, memória, criatividade, e outras são isentas do selo da data de validade, embora tenha uma ideia de finitude pelo desconhecimento do processo do envelhecimento.

Dessa maneira, pode-se avaliar que o envelhecimento humano não leva o ser humano a limitações avançadas, ainda que reduza as reservas orgânicas e funcionais do organismo previsto dentro da evolução natural dos seres vivos no entendimento de que além dos fatores biológicos, os psicológicos e culturais também criam distinção no modo como se envelhece, tornando o envelhecimento em um fenômeno biopsicossocial.

De acordo com Nascimento (2011, p.01), o termo qualidade de vida está atrelado ao conjunto de fatores que envolvem o bem estar físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e também a saúde, educação, condições socioeconômicas e outras circunstâncias da vida. E este, não deve ser confundido com padrão de vida, uma medida que quantifica a qualidade e quantidade de bens individuais ou de uma comunidade.

Goyaz (2003, p. 41), assinala que:

[...] as atividades direcionadas ao idoso devem ser organizadas considerando as suas particularidades e realizadas de forma gradual. Elas também devem promover a aproximação social, ter caráter lúdico, com intensidade moderada e de baixo impacto, ser diversificadas; considerar a memória e o conhecimento acumulado pelo idoso para que o mesmo possa partilhar e reviver situações que lhe dão prazer.

Partindo dessas concepções sobre qualidade de vida, percebe-se o quanto é complexo e contraditório chegar a um consenso do que seria “aquela” para o ser humano. Entretanto, baseando-se nas análises dos autores mencionados, pode-se de fato alegar que o termo “qualidade de vida” está amplamente ligado ao bem estar físico, social, emocional e espiritual do indivíduo.

Sabe-se que até década de 70, o Brasil foi considerado um país de jovens e, as próprias características demográficas da população brasileira foram utilizadas pelo sistema do regime vigente, o que fortalecia a imagem discriminatória em relação ao velho. Nesse sentido, a imagem do velho, presente no imaginário da sociedade, foi se impregnando de valores estigmatizadores, evidenciando os aspectos negativos da velhice, dando ênfase à imagem do jovem.

Destaca-se, portanto, a doença, a inatividade, o abandono, as rugas e flacidez do corpo e até mesmo a solidão como algumas das características definidoras do “ser velho”.

Enquanto que os atributos opostos foram creditados como bonificações pertencentes aos jovens.

Acontece que as mudanças na aparência do indivíduo vão se operando no decorrer do tempo, contudo, o sentimento de juventude permanece no interior do “ser” e o olhar do outro é que vai mensurar a exata dimensão da passagem dos anos que, por conseguinte, pode passar despercebida pelo indivíduo.

Beauvoir (1990 p. 358) retrata: "O indivíduo idoso sente-se velho através do outro, sem ter experimentado sérias mutações; interiormente não adere à etiqueta que se cola a ele: não sabe mais quem é [...]: o herói não percebe mais seu reflexo nos espelhos; não é mais capaz de se ver”.

Envelhecer significa, portanto, lidar com perdas decorrentes principalmente, de alteração na aparência física, tais como: Embranquecimento dos cabelos, redução da acuidade visual e auditiva, a formação de gorduras localizadas, especialmente nas mulheres, são alguns sinais facilmente percebidos e associados à ideia de desgaste e enfraquecimento.

São mutações próprias da velhice, o que não se podem considerar aspectos patológicos, embora interfiram na autoestima da pessoa que vive o processo de envelhecimento, podendo originar problemas como a depressão.

Contudo, o envelhecer pode também expressar investimento capaz de ser alcançado por meio das experiências acumuladas pelos anos. Nesse aspecto, considera-se o envelhecimento um processo natural do ciclo da vida podendo adotá-lo com dignidade por evidenciar as vivências de anos anteriores.

É relevante compreender que as perdas não se restringem a velhice, mas que ocorre em todas as etapas da vida, ou seja, do início ao fim.

Percebe-se que a sociedade ainda valoriza muito mais a juventude e reserva à velhice a categoria de falta de expectativas, fazendo com que o próprio velho se atenha ao passado e desista de projetar o futuro.

Contudo, pode se perceber que lentamente, o conceito de velhice tem sofrido mutações e estabelecido uma nova relação do envelhecimento com a cultura, o que facilita ao velho a liberdade de se expressar por meio do conhecimento e da valorização pessoal e que, não obstante o avanço da idade é possível viver de maneira prazerosa e bela.

O crescente número de velhos, no âmbito da população em geral, produz demandas junto ao poder público e da sociedade civil, na formulação de programas e

projetos direcionados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos de idade. O que concede a essas pessoas a oportunidade de desenvolver novas e enriquecedoras experiências, abarcadas por inovada percepção a respeito da velhice que deverá influenciar futuras gerações.

Assim, descreve-se a baixo as modificações ocorridas na sociedade pelo fator qualidade de vida, que tem se apresentado como principal indicador nas projeções populacionais como resposta ao significativo crescimento da população que está envelhecendo.

2.1.1- Arcabouço legal e protocolos internacionais: diálogo entre países na formação da política social para a população de velhos.

Pretende-se nesse item descrever resumidamente, a trajetória do tema envelhecimento como componente da agenda da política pública social para a população de velhos no Brasil, a fim de compreender o desenvolvimento histórico e político desta agenda.

De acordo com a ONU (2012) “o mundo está no centro de uma transição do processo demográfico único e irreversível que irá resultar em populações mais velhas em todos os lugares”.

[...] um relatório de uma agência ligada à ONU afirmou que, nos próximos dez anos, o número de pessoas com mais de 60 anos no planeta vai aumentar em quase 200 milhões, superando a marca de 1 bilhão de pessoas. Em 2050, os idosos chegarão a 2 bilhões de pessoas -- ou 20% da população mundial. O documento do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês) faz previsões sobre o perfil demográfico global e reflete o aumento da expectativa de vida em diversos países do mundo. A tendência é que os idosos se tornem cada vez mais numerosos em relação às pessoas mais jovens. Em 2000, a população idosa do planeta superou pela primeira vez o número de crianças com menos de 5 anos. PORTAL DA GLOBO-G1 (2012),

Para a UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas, o envelhecimento da população é mais perceptível em países emergentes. Atualmente, cerca de 66% da população acima de 60 anos vivem em países em desenvolvimento. Em 2050, essa proporção subirá para quase 80%.

A agência da ONU (2012) diz que o aumento da expectativa de vida no planeta é "motivo de celebração", mas alerta para alguns riscos econômicos do envelhecimento da população.

Também existem mitos comuns sobre idosos que nem sempre são amparados pelos números, as pessoas mais velhas têm, cada vez mais, sido vistas como contribuintes para o desenvolvimento, e suas habilidades para melhorar suas vidas e suas sociedades devem ser transformadas em políticas e programas em todos os níveis. Atualmente, 64% de todas as pessoas mais velhas vivem em regiões menos desenvolvidas – um número que deverá aproximar-se de 80% em 2050. ONU (2012).

A UNFPA alerta que o desafio para muitos países emergentes com grande número de jovens é encontrar políticas públicas para lidar com o envelhecimento desta população nas próximas quatro décadas. No Brasil, a previsão é que o número de idosos triplique até 2050 - passando de 21 para 64 milhões. Por essas previsões, a proporção de pessoas mais velhas no total da população brasileira passaria de 10%, em 2012, para 29%, em 2050.

Não obstante, a origem da inquietação oficial pelo envelhecimento tenha sido identificada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que defende o acesso universal de todas as pessoas – sem qualquer discriminação de credo, cor, raça, idade, sexo, entre outras, nota-se que a insurgência da instituição do envelhecimento nas agendas internacionais se deu, de fato, a partir da constatação de que o crescimento de pessoas idosas no mundo se apresenta para a sociedade e para o Estado, como um fenômeno irreversível e desafiador.

O debate acerca do envelhecimento era tratado até 1997, como tópico secundário pela Organização das Nações Unidas (ONU) de forma marginal e nunca ocupava a centralidade. Neste mesmo ano, diante da patente visibilidade do envelhecimento da população mundial, tendo visto a vulnerabilidade do segmento do idoso no contexto político e econômico do pós-guerra, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), adotou a Resolução 32/132, que recomendava aos membros, convocar uma Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Um ano depois foi realizada a convocação na 33ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pelas vias da Resolução 33/52 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2002).

Para abordar estas questões e considerando o marco histórico do debate internacional sobre o tema do envelhecimento, a Assembleia Geral convocou no ano de 1982, em Viena na Áustria, a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, que produziu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Este,

estruturado em forma de 66 recomendações para os estados membros referentes a sete áreas: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem estar social, previdência social, trabalho e educação e a coleta e análise de dados de pesquisa afirmados pela ONU (2012).

O primeiro Plano Internacional de Ação tinha como objetivo: a) fomentar a compreensão nacional e internacional das consequências econômicas, sociais e culturais do envelhecimento populacional no processo de desenvolvimento; b) promover a compreensão nacional e internacional das questões humanitárias de desenvolvimento relacionadas com o envelhecimento; c) propor e estimular políticas públicas e programas destinados a garantir a segurança social e econômica das pessoas idosas, bem como dar-lhes oportunidades de contribuir com o desenvolvimento e compartilhar seus benefícios; d) apresentar alternativas e opções de política compatíveis com os valores e metas nacionais, assim como os princípios reconhecidos internacionalmente a respeito do envelhecimento populacional e as necessidades das próprias pessoas idosas; e, por fim, e) estimular ao desenvolvimento de propostas de ensino, capacitação e investigação adequados para lidar com o envelhecimento da população mundial e fomentar o intercâmbio internacional de atitudes e conhecimentos nesta esfera.

Sem dúvida, o principal artifício da Assembleia de Viena e do Plano de Ação, foi a inserção do envelhecimento na agenda internacional. O que despertou o interesse dos Estados nacionais para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população idosa.

Contudo, na observação de Camarano e Pasianato (2004), as discussões ainda focalizavam mais o aspecto econômico⁴ do que propriamente o social e, sendo assim, parte das recomendações orientavam para a promoção da independência, autonomia física e, principalmente, financeira da pessoa idosa, com estímulo ao estabelecimento de políticas intensamente fundamentadas no mundo do trabalho.

Segundo Alves (1995), os temas sociais não ocupavam o mesmo lugar dos planos econômicos e políticos dentro das Nações Unidas. Nem os direitos humanos recebiam um tratamento adequado e Governos da América Latina modificaram suas constituições em

⁴Isso afirma que a maioria dos temas sociais, naquela época, “era tratado na ONU em comissões de natureza econômica- de maneira subordinada- ou política – no sentido estrito do termo, concernentes às formas de exercício do poder estatal, sem claras implicações sociais [...]. Àquela altura, [faltava ainda] alçar os temas sociais ao mesmo status dos temas políticos e econômicos. Os direitos humanos tampouco recebiam tratamento adequado [...]. A subordinação dos direitos humanos e dos temas sociais à perspectiva economicista seria aclamada pelos regimes de exceção, que empregavam a equivocada fórmula de que primeiro seria necessário fazer crescer o bolo, para depois poder dividi-lo num segundo tempo que não chegava nunca. Num quadro de tensões, todos os direitos e as liberdades seriam relegadas a um segundo plano de pouca visibilidade. Os direitos dos idosos não seriam exceção.” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2002, p.6-7).

graus diferenciados, criando leis que favoreciam a população idosa. **Brasil** (1988), **Peru** (1993), **Bolívia** (1994), **Equador** (1998), **Venezuela** (1999).

1980 - Década Áurea, pela consciência da existência de “velhos” na sociedade e participação destes em encontros nacionais, regionais, estaduais e municipais.

1985 - No Brasil – organização técnica científica de estudiosos de gerontologia – surge a 1ª representatividade científica – SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

1988- No Brasil é aprovada e sancionada a Constituição Federal/Cidadã fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

1991 - Por meio da resolução 46/91 de 16/12/1991, a ONU - Organização das Nações Unidas adotou 18 princípios ancorados na noção de direitos para tratar do tema do envelhecimento e orientar a elaboração de políticas públicas em favor da população idosa, agrupada em cinco grandes temas: independência, participação, cuidados, auto realização e dignidade.

1992 - A Conferência Internacional sobre o Envelhecimento reuniu-se para dar seguimento ao Plano de Ação, adotando a Proclamação do Envelhecimento. Seguindo a recomendação da Conferência, a Assembleia Geral da ONU declarou 1999 o Ano Internacional da Pessoa Idosa, sob o lema “uma sociedade para todas as idades”. A proclamação teve por objetivo dar visibilidade ao fenômeno do envelhecimento e promover a incorporação do tema nas diferentes áreas de atuação das políticas públicas, com destaque nos seguintes aspectos: o desenvolvimento individual ao longo da vida, as relações entre as diferentes gerações, a relação entre o envelhecimento e o desenvolvimento das sociedades e deste com a situação social da população idosa.

Segundo Camarano e Pasinato (2004), estes acontecimentos contribuíram para incluir o tema do envelhecimento na agenda de discussões dos diferentes fóruns internacionais como nas conferências sobre população, gênero, meio ambiente – e das subáreas da ONU, com isso, o debate acerca do modo como a velhice deve ser percebida pela sociedade e pelo Estado, ampliou-se, proporcionando uma gradual mudança de ótica em relação à população idosa como subgrupo vulnerável e ameaçador, passando a ser reconhecido como um segmento ativo, participante e potencializado de desenvolvimento para a sociedade como um todo.

1993 - No Brasil, foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social que insere a Assistência Social como política pública no contexto da Seguridade Social em conjunto com a Saúde e a Previdência Social. Concede o Benefício de Prestação Continuada - BPC

para idosos que não possuem meios para prover sua própria subsistência, nem tê-la provida pela família, a partir de 65 anos.

1994 –É aprovada a Política Nacional do Idoso - PNI – Lei nº. 8.842/94 em 04/01/1994.

1996 - É regulamentada a PNI por meio do Decreto Governamental nº. 1.948 de 03/07/1996 com proposições concretas para viabilizar a sua implementação. Lançamento do Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da PNI – documento norteador da integração das políticas sociais em uma gestão de rede, intersetorial e articulado, indicando competências e ações de sete ministérios e uma secretaria.

Para a implantação deste Plano foram realizados Fóruns Regionais em Brasília, São Paulo, Fortaleza e Florianópolis. Na Carta de Florianópolis, o teor de reivindicação era que os fóruns fossem permanentes.

1997 - Foi realizado em Fortaleza/CE, o I Fórum Nacional Permanente com a participação de 1.380 pessoas dentre técnicos, líderes de movimentos, representantes de segmento e gestores públicos da Secretaria de Assistência Social do MPAS e a ANG. Também foi realizado o II Fórum Regional/ Sergipe-Aracaju em outubro.

1999 - A OMS passou a utilizar o conceito de “Envelhecimento Ativo”, buscando incluir além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o envelhecimento.

2002 - A ONU por meio da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento realizou em Madri, com a participação de 150 países, aprovou o 2º Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (de Madri), com o objetivo de “garantir que em todas as partes a população possa envelhecer com segurança e dignidade e que os idosos, possam continuar participando em suas respectivas sociedades como cidadãos com plenos direitos” nos níveis, nacional e internacional em três direções prioritárias:

1- Intitulada Pessoas idosas e desenvolvimento que recomenda a incorporação do envelhecimento no planejamento de todas as políticas setoriais e a promoção de oportunidades para que as pessoas idosas possam participar das estratégias e decisões que concorrem para o desenvolvimento socioeconômico, destacando os seguintes pontos:

a) A importância da participação social da população idosa nas diferentes esferas das relações em sociedade; b) o acesso da pessoa idosa ao mercado de trabalho e o envelhecimento da mão de obra; c) o desenvolvimento rural, a migração e a urbanização; d) acesso da população idosa ao conhecimento, educação e capacitação; e) a solidariedade entre gerações e o esforço em relação à erradicação da pobreza entre a

população idosa; f) atenção e o cuidado com as pessoas idosas em situação de emergência e de calamidades humanitárias, uma vez que este grupo populacional é naturalmente propenso à vulnerabilidade dessa natureza.

2 – Denomina-se saúde e bem estar na velhice, tem destaque na promoção de ações voltadas para a saúde e o bem estar físico e mental na fase da velhice. Chama atenção para o conceito de envelhecimento ativo, manutenção da independência e capacidade funcional por meio da promoção da saúde e o bem estar durante toda a vida.

Também a importância do acesso universal e equitativo da população idosa aos serviços de assistência à saúde, a necessidade e importância da sociedade e do governo da atenção especial ao problema da AIDS, à saúde mental e às incapacidades na velhice. E para o fomento à capacitação dos recursos humanos em saúde para lidar com o envelhecimento e a velhice.

3 - Criação de ambiente propício e favorável é a terceira direção. Esta suscita a atenção dos governos para criar ambientes que possibilitem e mantenha a inclusão social da pessoa idosa, o que prevê: diálogo intergeracional, o acesso a serviços e bens sociais, cidades, meios de transporte e moradia adequados às condições da velhice, bem como apoio e orientações às famílias e às pessoas que administram cuidados com a pessoa idosa (cuidadores de idosos).

2003 - O Brasil Sedia o III Encontro Mercoseti (de 11 a 14/08/2003) com o tema “O idoso e os desafios para o desenvolvimento sustentável no terceiro Milênio” participaram representantes do (Brasil, Argentina, Chile, Moçambique, Espanha, México e Costa Rica) – fundamentado no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento e nas Recomendações estratégicas de intervenção para as pessoas idosas da América Latina e do Caribe, gerando: recomendações, acordos e compromissos como: Aprovação do Estatuto do Idoso consolidando direitos assegurados na Constituição Federal e na PNI. Campanha da Fraternidade sob o tema “Fraternidade e Pessoas Idosas – Vida, Dignidade e Esperança” registro de 495.534 pessoas acima de 60 anos.

2004 - No Brasil entra em vigor o Estatuto do Idoso, como um instrumento que reconhece o idoso como cidadão de direitos, protagonista no contexto social. Cria-se a Pastoral da Pessoa Idosa em que a Dra. Zilda Arns foi designada para organizar e coordenar por um período de três anos.

2005 - Acontece no Brasil, o Seminário Internacional de Direitos Humanos e Envelhecimento de 6 a 8/12/2005 em Brasília. I Assembleia Nacional da Pastoral da Pessoa Idosa Plano de Ação Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa – com

respaldo nas recomendações e diretrizes do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, com o objetivo de construir uma Rede de Serviços de Defesa e Proteção à Pessoa Idosa; Lançamento do documento: Controle Democrático como garantia de Direitos – SEDH –PR; Lançamento do Programa “Brasil Saudável (MS) com base no documento da OMS – Envelhecimento Saudável – uma política de saúde”.

2006 - No Brasil, são instituídos os atos legais como o Decreto nº 6.934 de 18/10/2006, que estabelece mecanismos e critérios a serem adotados na aplicação do disposto no art. 40 do Estatuto do Idoso (PR); Resolução nº1. 692 – dispõem sobre procedimentos a serem observados na aplicação do Estatuto do Idoso no âmbito dos serviços de transporte rodoviários interestadual de passageiros de 24/10/2006 (ANTT); Lei nº 11.433 de 28/12/2006 a qual dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso a ser celebrado no dia 1º de outubro de cada ano (PR).

No mesmo ano no Brasil, o Governo Federal publicou o Pacto pela Saúde – Consolidação do SUS – definida três esferas de ação: Pacto pela Vida; Pacto em Defesa do SUS; Pacto de Gestão do SUS.

O Pacto pela Vida prioriza a saúde do idoso com vista à implantação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), tendo como referência a rede de serviços especializados de média e alta complexidade. Conferências: Nacional, Municipais e Estaduais.

2007 – No Brasil ocorre o Estudo da versão preliminar do Guia do Líder da Pastoral da Pessoa Idosa; aprovação e capacitação de líderes; Reuniões técnicas de monitoramento do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007-2010) – SEDH –PR- Direitos Humanos e Cidadania;

2008- Conferências Municipais e Estaduais.

2009- Encontro Nacional de Conselhos e Encontros Regional e Nacional dos Fóruns.

Com o escopo de desenvolver uma política internacional para o envelhecimento no século XXI, a Assembleia adotou uma Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid. Este pedia mudanças de atitudes políticas e práticas em todos os níveis para satisfazer as enormes potencialidades do envelhecimento deste século. Suas recomendações específicas para ação dão prioridade às pessoas mais velhas e desenvolvimento, melhorando a saúde e o bem estar na velhice, e assegurando habilitação e ambientes de apoio ONU (2012).

Concomitante à II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento foi realizados: O Fórum Mundial das Organizações Governamentais; o Fórum Científico Internacional e o ciclo de Diálogos 2020 sobre o futuro do envelhecimento, bem como a apresentação dos documentos: Envelhecimento ativo: um marco político da Saúde apresentado pela OMS e o da Organização Internacional do Trabalho (OIT) intitulado “Uma sociedade para uma população que envelhece: o desafio do emprego e proteção social”.

Como resultado do Fórum Mundial, foi extraído um documento contendo a declaração final da Assembleia Geral, acompanhada de um conjunto de propostas e recomendações. Nestas, chama a atenção dos Governos e da sociedade civil para alguns aspectos da realidade do envelhecimento que devem ser considerados na elaboração e implementação de políticas públicas.

Os aspectos são concernentes às condições de pobreza experimentada por uma parte da população idosa e que é transmitida para as gerações seguintes; a feminização da velhice, observando as condições da mulher na sociedade, seu papel no processo de envelhecimento populacional e as próprias peculiaridades do seu envelhecimento; a importância do sistema de seguridade social como meio de prover os recursos necessários adequados ao bem estar da população idosa e sua família; o irrestrito acesso aos serviços de saúde; a participação social da política como fator chave da inclusão social da população idosa e do desenvolvimento da humanidade.

Outros aspectos, diz respeito às condições de segurança, consumo e ambiente adequado como elementos indispensáveis a um envelhecimento ativo e saudável, isso (cabe promover um entorno acessível e que facilite a permanência das pessoas idosas nos lugares de sua preferência, o acesso às novas tecnologias e principalmente ao mercado de trabalho).

Proteção legal é outro aspecto que significa propiciar o acesso à informação e assessoria jurídica à pessoa idosa; ainda as condições de envelhecimento dos segmentos populacionais que histórica e estruturalmente são mais vulneráveis, como os negros, índios, deficientes físicos, entre outros.

Por fim, o meio ambiente, destacando que um ambiente saudável e o consumo são alguns aspectos que afetam diretamente a vida das pessoas idosas, tendo em vista que uma parte das suas enfermidades tem origem na deterioração ambiental.

Dentre outras propostas e recomendações do Fórum Mundial chamam atenção: instituição de uma Convenção da Pessoa Idosa pela ONU destinada a eliminar as diferentes formas de discriminação da pessoa idosa, bem como estabelece um acordo

internacional de defesa e proteção dos direitos humanos da população idosa; responsabilidade dos governos sobre as políticas destinadas à defesa, proteção e atenção da pessoa idosa em cada Estado nacional; estabelecimento do envelhecimento ativo como princípio norteador das políticas de saúde em todos os âmbitos: locais, nacionais e internacionais.

O Fórum Científico Internacional foi realizado pela ONU, em parceria com a Associação Internacional de Gerontologia (IAG) que teve como objetivo, elaborar o “Programa de investigação sobre envelhecimento para o século XX”. O Programa apresentado na II Assembleia Mundial de Madri oferece orientação a respeito das prioridades da investigação, pesquisas e busca de dados sobre as políticas destinadas à população idosa (agenda de pesquisa). Nesse sentido, o Programa estabelece prioridades investigativas nos eixos a seguir:

1) Pessoas idosas e desenvolvimento – compreende a necessidade de investigar o processo de participação, a integração social, a segurança econômica da população idosa, assim como as transformações e a evolução macrossocial das estruturas familiares, das trocas intergeracionais e os novos modelos de funcionamento familiar e institucional;

2) Saúde e bem estar na velhice – apontam os fatores que competem para o envelhecimento saudável; a Biomedicina, relacionada aos mecanismos biológicos básicos e de enfermidades associadas à idade; a funcionalidade física e mental; e a qualidade de vida na velhice nas diferentes situações culturais, socioeconômicas e ambientais.

3) Criação de um entorno propício e favorável, que prioriza os sistemas de assistência social e as mudanças na estrutura e função da família e da comunidade;

4) Ainda, o fomento e apoio às pesquisas sobre o processo de implantação, implementação, formação, avaliação, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas destinadas à população idosa, apresentando um conjunto de prioridades e orientações metodológicas para a investigação.

O ciclo de Diálogos 2020 sobre o envelhecimento teve o objetivo de instigar o diálogo entre a comunidade de especialistas e pesquisadores, a sociedade civil e os representantes do governo em torno dos desafios do processo de envelhecimento nos diferentes campos do saber e da economia. Concluiu-se que este ciclo de debates despertou atenção para a necessidade de os países assumirem compromisso com políticas garantidoras da proteção social e dos direitos da população idosa.

Assim o marco político do “envelhecimento ativo” é um documento desenvolvido pelo Programa de Envelhecimento e o ciclo Vital da Organização Mundial de Saúde

(OMS). Para sua elaboração teve a apreciação de diferentes países entre os quais o Brasil. Participaram especialistas de 21 países, constituindo-se numa espécie de “tratado” sobre o envelhecimento, com o intuito de introjetar o “envelhecimento ativo” como princípio de orientação da formulação e implementação das políticas públicas.

O ciclo Vital da OMS abriga também informações a respeito dos aspectos demográficos, conceito e fundamento do envelhecimento ativo, ao tempo que define fatores que concorrem para que as pessoas envelheçam ativamente, indica desafios do envelhecimento populacional e apresenta respostas políticas para dar conta não só dos desafios, mas, sobretudo para proporcionar a todos um envelhecimento ativo.

Segundo a OMS (2005, p. 14) o envelhecimento ativo é um processo pelo qual se oportuniza ao máximo as condições de saúde, participação e segurança das pessoas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que elas envelhecem. Adota o termo “ativo” como sinônimo de participação contínua do sujeito nas dimensões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, concepção que extrapola o tratamento do idoso apenas sob o aspecto de estar fisicamente ativo ou fazer parte da força de trabalho.

Nesse sentido, a OMS advoga que para nortear a elaboração das políticas públicas o termo “envelhecimento ativo” é mais adequado que o “envelhecimento saudável”, haja vista que extrapola as dimensões saúde e bem estar físico/mental/social e considera vida saudável e a qualidade de vida conquistas relacionadas aos direitos humanos de todas as pessoas independente da idade. Essas conquistas em relação à pessoa idosa associam-se também à definição de uma política social capaz de enfrentar os desafios emergentes do envelhecimento humano e populacional.

De acordo com a OMS (2002) os desafios que emergem do envelhecimento humano e populacional estão associados aos fatores:

1) a transformação nos padrões de enfermidade que levam principalmente as sociedades dos países periféricos a conviverem com uma dupla carga de doenças infecciosas não transmissíveis ou enfermidades crônicas. Significa que essas políticas devem investir tanto na erradicação das primeiras quanto adotar medidas que minimizam e/ou detém o avanço das segundas.

2) a suscetibilidade à deficiência e à dependência cognitiva e física, que pode ser resultado do próprio processo natural do envelhecimento humano, o de acometimento por doenças crônicas, exigindo das autoridades ações para prevenir ou postergar os riscos.

3) prestação de assistência, cuidado e atenção às pessoas idosas - envolve ações de promoção e apoio ao auto cuidado, assim como o cuidado informal (quando familiares e

pessoas mais próximas são aliados importantes no cuidado e atenção ao idoso). O cuidado formal (tem provisão do Estado), que deverá estar atento, principalmente às mudanças demográficas, conjunturais e de comportamento que afetam os arranjos familiares, o que causa impacto na disponibilidade da rede de apoio informal.

4) saber lidar adequadamente com o fenômeno da feminização da velhice - há de se pensar sobre os efeitos das mudanças estruturais e culturais que afetam a família e o próprio papel da mulher nesta instituição. Haja vista que o fato das mulheres experimentarem maior longevidade as deixa mais expostas e suscetíveis aos efeitos deletérios do envelhecimento, sofrendo maior risco de deficiência e dependência.

5) promoção da ética e enfrentamento das desigualdades como ponto central da decisão em política pública. A ética diz respeito às maneiras como a sociedade deve lidar com o processo de envelhecimento no contexto da realidade biopsicossocial. Implica respeitar os limites da velhice sem exagerar ou minimizar as questões a ela relacionadas, bem como manter a integridade da pessoa idosa qualquer que seja o seu estado físico e emocional.

A desigualdade por sua vez, é uma iniquidade cuja história indica que aspectos como etnia, gênero, idade e outros, são fatores de vulnerabilidade social. Nesse contexto, as políticas sociais se formuladas e implementadas com ética e justiça social oferecem possibilidade de alterar ou diminuir essa vulnerabilidade.

6) o impacto econômico do processo de envelhecimento populacional associado à possibilidade de haver explosão da demanda nas áreas da saúde, assistência e previdência social. Possibilita exigir das políticas públicas ações inovadoras e substantivas no sentido de: prevenção dos riscos à saúde associados ao envelhecimento, maior eficiência na gestão e planejamento em seguridade social e estímulo ao acesso ao mercado de trabalho das pessoas idosas que desejam manter-se na atividade produtiva.

7) estabelecimento de um novo paradigma para a velhice com o escopo de superar a visão empírica de que o envelhecimento é um evento da vida associado à enfermidade, à dependência e à aposentadoria⁵. Implica que as políticas públicas, além de adotar mecanismos que rompam com essa associação, promovam ações que permitam a população idosa participar e desfrutar do desenvolvimento social.

⁵A aposentadoria é um direito social. Mas, é também, o momento em que o indivíduo deixa o mercado de trabalho. Isso de maneira geral coincide com a velhice e, com isso, o padrão socioeconômico contemporâneo associa tal momento à improdutividade e ociosidade, criando mitos e preconceitos sobre a capacidade laborativa e de contribuição social da pessoa idosa. SALGADO (1999).

Afirma no Marco Político do envelhecimento Ativo que o Governo e sociedade, especialmente os próprios idosos e os meios de comunicação, devem tomar:

La iniciativa para forjar una imagen nueva y positiva del envejecimiento. El reconocimiento político y social de las contribuciones que las personas de edad hacen y la inclusión de hombres y mujeres de edad em lós pepes directivos apoyarán esta nueva imagen y ayudará a deshacer los estereótipos negativos. Educar a los jóvenes com respecto as envejecimiento y prestar una cuidadosa atención al mantenimiento de los derechos de las personas de edad e ayudará y eliminar la discriminación y el abuso. (OMS 2002).

Diante dos desafios às respostas políticas para o processo de envelhecimento ativo, devem ser consideradas segundo a OMS, as influências dos diversos aspectos determinantes considerados transversais - que perpassam todos os demais, como a cultura, relacionada com o modo como as pessoas consideram, enxergar e lidar com a velhice e o gênero, dado o processo de feminização do envelhecimento e as transformações no papel desempenhado pela mulher na sociedade.

Os determinandos de cunho estrutural, econômico e social, que estão associados ao estabelecimento de políticas que proporcionam acesso ao conjunto de bens e serviços adequados ao bem estar social da população como a educação, saúde, trabalho, renda, entorno ambiental propício e outros. Associa-se também, aos aspectos comportamentais como os hábitos, estilos de vida e oportunidades de participação ativa nos atos da sociedade e do Estado. Aos fatores de origem pessoal (biologia e carga genética).

Por outro lado, as políticas para o envelhecimento ativo devem assegurar ações que sintetizem os princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas. Princípios já apresentados neste item; e as ações devem ser desenvolvidas de forma a articular o Estado com a sociedade, bem como as diferentes áreas e setores da política pública (intersectorialidade), sempre na busca pela solidariedade entre as gerações, a redução da desigualdade entre homens, mulheres e os diversos segmentos populacionais. (OMS, 2002).

Em suma, embora os países da América Latina e Caribe fossem signatários destas agendas desde a Assembleia de Viena em 1982 e já tivessem conhecimento do processo de transição demográfica em curso, o tema envelhecimento incisivamente só passou a chamar atenção e a fazer parte da agenda social e política da Região nos últimos anos do século XX e substantivou-se a partir da Assembleia de Madri em 2002.

No Brasil, a proposição e o desenvolvimento de ações destinadas ao atendimento do segmento idoso, surgiram primeiramente relacionados com o processo natural do envelhecimento, identificando a fase da velhice como um período de vida marcado por eventos biopsicossociais suscetíveis a vulnerabilidades que demandam atenção e cuidados dos diferentes atores sociais especificamente a família e o Estado.

Segundo Camarano e Pasinato (2004), pode-se observar que a preocupação da sociedade brasileira com as pessoas idosas já se inscrevia no âmbito estrito da assistência social - no período colonial identificava os antecedentes do sistema de proteção social brasileiro registrado na criação de instituições de caráter assistencial como a Santa Casa de Misericórdia, de Santos/SP, os Montepios civis e militares e outras sociedades beneficentes.

Com o avanço do sistema de proteção social, em parte impulsionado pela presença das forças sociais, percebe-se que a velhice embora se inscreva nesse sistema, já não se relaciona mais com a assistência social como sinônimo de beneficência, mas vincula as discussões a respeito do trabalho e da previdência social como mecanismos de garantia de renda para os idosos, no momento em que este deixa o mercado de trabalho.⁶ Isso evidencia que até 1994 com a promulgação da PNI, as políticas destinadas aos idosos eram ventiladas de forma prolixa na legislação e concentrada na área da seguridade social.

A discussão mais ampla a respeito das ações para a população idosa surge a partir de 1970, coincidindo com o reconhecimento pela sociedade brasileira de que sua população estava envelhecendo de forma acelerada e que produziria grandes mudanças e impactos na sociedade.

Foi a associação de conhecimentos e interesse dos especialistas pela questão do envelhecimento que os levou à defesa de uma política pública voltada para concretizar direitos sociais do idoso. Já a ação da comunidade epistêmica (representada pelo conjunto de especialistas com conhecimento em determinado assunto, que partilham interesses, visões e crenças e noções de validação), fica patente a partir da movimentação de especialistas em sua maioria assistentes sociais que atuavam na Secretaria de Assistência Social do (MPAS), em parceria como Serviço Social do Comércio (SESC) e de

“O processo de constituição do sistema de previdência social, velhice e aposentadoria passaram a estar associadas. O direito à aposentadoria – que inclui a velhice subsidiada e o direito de descanso no fim da vida- tornou-se uma extensão do direito universal do trabalho”.⁶HADDAD (2001, p. 18),

movimentos sociais a exemplo do Pró-idoso (MOPI)⁷, promoveram ciclo de seminários regionais e um nacional, com o intuito de reunir técnicos e pessoas interessadas em discutir a realidade da pessoa idosa no Brasil.

Os primeiros seminários foram organizados inicialmente no ano de 1976, sob o título “Seminário regional sobre o idoso na sociedade brasileira” sequencialmente, realizado em São Paulo, Minas Gerais e Ceará.

Os seminários visavam sensibilizar diferentes atores da sociedade civil e do Estado, a respeito do envelhecimento da população e socializar informações acerca da realidade da vida desse contingente, por meio da divulgação dos dados informativos das condições socioeconômicas e demográficas da população idosa de cada Estado Federativo e, de debates sobre temas considerados mais insurgentes no âmbito das políticas públicas.

As questões destacadas que deveriam compor a agenda da política social sobre o envelhecimento naquele momento foram as seguintes: as condições e características das instituições de abrigamento de pessoas idosas, e daquelas que ofertam serviços e atividades de qualquer espécie a esse público alvo, com a finalidade de identificar a rede de apoio e assistência à população idosa; a formação de recursos humanos para atuar no campo da Gerontologia e Geriatria; a importância, o significado e o papel do trabalho na vida da pessoa idosa; e o processo de integração familiar e social dessas pessoas. (INSS, 1976).

No contexto das discussões, as plenárias desses seminários, advogaram, ainda que de maneira incipiente, a necessidade de estabelecimento de políticas de proteção e promoção da pessoa idosa em âmbito federal, estadual e municipal.

Em outubro de 1976, foi realizado o Seminário Nacional, durante o Governo do então Presidente Ernesto Geisel e sob a vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Uma agenda cujas diretrizes indicavam que a vontade política do momento concentrava-se no setor econômico, dando indícios, portanto, que a inserção do tema do envelhecimento na agenda social e política seria tarefa árdua e complexa.

Contudo, a comunidade epistêmica na área do envelhecimento conseguiu levar para a mesa de abertura do Seminário Nacional o então Ministro do MPAS, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, que na sua palestra reconheceu a relevância de se pensar um

⁷Criado em 1972, com sede na cidade de São Paulo, a partir da união de um grupo de pessoas e entidades preocupadas com a situação da população idosa, para empreender iniciativas voltadas para a promoção do bem estar das pessoas idosas,

conjunto de políticas para a população idosa. Ou seja, é preciso “levantar a situação atual do idoso do ponto de vista social e estudar os seus problemas principais, com o objetivo de fixar estratégias capazes de dar-lhes solução no quadro de possibilidades nacionais - tentar enfim, o estabelecimento de uma Política Nacional para o idoso”. (NASCIMENTO E SILVA, 1976).

Assim, embora o estabelecimento de uma Política Nacional do Idoso não fazia parte da gramática dos movimentos sociais em presença, a proposta agora era construir. E de acordo com a Associação Nacional de Gerontologia (ANG, 1990), este seminário produziu um documento síntese para subsidiar a atuação dos atores na elaboração da política agora em questão, destacando quatro aspectos considerados importantes:

- 1) atendimento da população idosa como parte do elenco de programas sociais prioritários do II PND;
- 2) necessidade de maior interação entre governo e sociedade civil;
- 3) a defesa da valorização da pessoa idosa, visando tanto a sua participação no processo de decisão quanto a satisfação das suas necessidades básicas; e,
- 4) necessidade de a sociedade brasileira empreender esforços em termos de estudos e pesquisas destinados ao conhecimento da situação social da população idosa, para subsidiar a prestação de assistência e a capacitação de recursos humanos na área do idoso.

Nesse sentido, a ação da comunidade epistêmica associada à realização dos seminários surtiu efeito possibilitando a discussão e difusão sobre o envelhecimento para diferentes espaços públicos, estimulando inclusive, ao surgimento de novas entidades da sociedade civil dispostas a atuar na área, conforme cronograma a seguir:

QUADRO 4 – SÍNTESE HISTÓRICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA DA POLÍTICA SOCIAL PARA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL.

ANO	EVENTO
1976	“Seminário regional sobre o idoso na sociedade brasileira” sequencialmente, realizado em São Paulo, Minas Gerais e Ceará. Seminário Nacional sob a vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).
1978	Um grupo de técnicos e entidade regionais se reúne em Campinas – São Paulo e instituíram as Jornadas Médico sociais da Terceira Idade, visando o debate, a atualização e socialização de informações sobre o envelhecimento;
1982	- Reuniu pela primeira vez as organizações e movimento sociais de pessoas idosas do país, no I encontro Nacional de Idosos realizado pelo SESC/SP. - As universidades brasileiras começaram a desenvolver atividades de extensão destinadas à população idosa, cuja ação pioneira foi a criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Década de 1980 marcou o início da expansão das chamadas universidades da terceira idade no Brasil;
1984	O SESC/SP promoveu o II Encontro Nacional de Idosos, no qual foi elaborada a “Carta de Declaração dos Direitos dos Idosos Brasileiros”;
1985	No seu VI Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, elaborou um documento contendo uma série de recomendações ao Governo e à sociedade quanto ao trato da questão do envelhecimento;
1986	A Associação Cearense Pró-idosos realizou o I Fórum Nacional de Gerontologia, produzindo a Carta dos Direitos dos Idosos; - No Rio de Janeiro, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), promoveu o Seminário “O idoso e a Política Social”, visando discutir e reformular sua ação de atendimento da população idosa;
1987	Aconteceu o II Encontro Nacional de Idosos visando discutir os direitos da população idosa a serem incluídos na nova Constituição Brasileira de 1988. - Oficializada a criação da ANG - entidade técnica científica dedicada às questões do envelhecimento e que, mais adiante, irá de fato, definir a luta pela instituição de uma Política mais ampla, isto é, que transcenda o assistencialismo para atender os direitos da população idosa no Brasil. Na visão da ANG, a “velhice na realidade brasileira teve durante muitos anos encaminhamento semelhante ao das demais questões sociais, ou seja, as ações propostas tinham uma natureza assistencialista, objetivando suprir algumas carências básicas dessa população [...] confundindo-se com caridade [...]” (ANG, 1990, p5).
1993	Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS
1994	Promulgada a Política Nacional do Idoso- Lei 8.842/1994.
1996	Promulgado o Decreto nº 1948/96, que regulamenta a Lei nº 8.842/94,
2003	Estatuto do Idoso- Lei 10741/2003

Fonte: Elaboração da pesquisadora, 2013.

No início da década de 1990, a ANG, encampou a realização de um novo ciclo de seminários regionais intitulados “O idoso na sociedade atual”. Nestes resultou o documento “Políticas para a terceira idade nos anos 90”, contendo recomendações para a elaboração de políticas públicas destinadas a atender as demandas e necessidades da população idosa, com base no desenvolvimento de ações em diversas áreas de atuação.

Encaminhado ao Governo Federal o documento extraído dos seminários, norteou e lançou as bases do debate e do diálogo intersetorial dentro do Governo e deste com a sociedade civil quanto à criação de uma política pública de âmbito nacional voltada para a população idosa.

No final do ano de 1990, suscita a versão preliminar desta política sob o título “Política do Idoso” elaborada por uma Comissão Interministerial⁸ formada por representantes dos Ministérios da Ação Social, da Justiça, Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social, Marinha, Aeronáutica, Exército e pelas Secretarias de Desportos.

Contou-se também com a colaboração da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), ANG, CEI/RS, Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo (CEI/SP), Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), NETI/UFSC e com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Ação Comunitária de Aracajú/SE.

A versão da política acima mencionada baseou-se nas recomendações e diretrizes da Constituição Federal de 1988, do documento elaborado pela ANG, intitulado “Política Social para a Terceira Idade: recomendações para os anos 90” e do Plano Internacional de Viena⁹.

Dentre os objetivos contemplados, cita-se: a garantia de autonomia, integração e participação da pessoa idosa na comunidade por meio da implantação de programas a partir de ações intersetoriais para formar uma imagem positiva da pessoa idosa; a descentralização político administrativa das ações planejadas; e a garantia da participação do idoso no processo de tomada de decisão, por meio de suas entidades e organizações representativas (MAS, 1990).

Contudo, essa versão foi caracterizada muito mais como um simples plano de ação do governo do que como política institucionalizada para orientação de tomada de decisão pública e, embora afirmasse a necessidade de notificar à sociedade a respeito da compreensão do envelhecimento nas suas dimensões individual e populacional, não

⁸ Conforme Portaria Interministerial nº 252, de 16 de outubro de 1990.

⁹ É neste documento que se encontra pela primeira vez, referência oficial às recomendações da agenda internacional.

contemplava determinados aspectos como o corte etário para a definição do público alvo da política.

A população mundial está envelhecendo num ritmo acentuado e sem precedentes na história da humanidade. Embora seja um fenômeno recente, o envelhecimento populacional, vem acompanhado de significativas transformações demográficas, biológicas, econômicas, sociais e comportamentais. Mesmo com os grandes esforços investidos pela ciência para o prolongamento da vida dos indivíduos, esta só obteve êxito no último século.

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (2005), o envelhecimento populacional é considerado um acontecimento de sucesso das políticas de saúde, públicas e sociais. O envelhecimento populacional repercute tanto nos campos social quanto econômico e se manifesta de forma distinta entre os diversos países do mundo.

Na política educacional, houve também aumento dos programas para a população envelhecida e a universidade numa perspectiva de futuro tem procurado abrir espaços para congregar pessoas de mais idade e estudar o último ciclo da vida que consiste em futuro.

No bloco dos países desenvolvidos, a exemplo da Inglaterra, principiou o processo de envelhecimento de sua população ainda em curso, após a Revolução Industrial, dispondo de recursos necessários para atender as mudanças emanadas da transformação demográfica¹⁰.

Contudo, alguns destes países, apresentam um crescimento populacional negativo, com a taxa de natalidade inferior a de mortalidade, enquanto que nos países em desenvolvimento exemplificando o Brasil, este processo se caracteriza pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações, adulta e de velhos modificou a pirâmide populacional. Segundo Osório (2007, p. 11) “o crescimento desta faixa etária é o produto de várias convergências. Em primeiro lugar, o aumento da expectativa de vida para além dos 70 anos”.

A partir da década de 1960, quando todos os grupos etários registravam um crescimento comparativo, o grupo de velhos liderou este crescimento. As projeções indicam que num período de 70 anos, (1950 a 2020), enquanto a população do Brasil crescerá 5 cinco vezes, a de velhos se ampliará em 16 vezes. Concomitantemente, os

¹⁰A **Demografia** é uma área da ciência geográfica que estuda a dinâmica populacional humana. O seu objeto de estudo engloba as dimensões, estatísticas, estrutura e distribuição das diversas populações humanas. Estas não são estáticas, variando devido à natalidade, mortalidade, migrações e envelhecimento. A análise demográfica centra-se também nas características de toda uma sociedade ou um grupo específico, definido por critérios como a Educação, a nacionalidade, religião e pertença étnica.

velhos dos Estados Unidos, Japão e China, crescerão apenas 3, 5,5 e 6,5 vezes respectivamente.

A estrutura da população brasileira foi alterada pela diminuição das taxas de natalidade e mortalidade. Esta última particularmente nos primeiros anos de vida. No entanto, a explicação maior para o crescimento da população de velhos está na drástica redução de fecundidade, especialmente nos centros urbanos.

A expansão do envelhecimento no Brasil vem desde o início da década de 60, mas foi a urbanização desenfreada que acarretou a maior procura dos velhos aos serviços de saúde, que por sua vez não teve um crescimento compatível de atendimento à população

No Brasil foi promulgado o Decreto nº 1948/96, que regulamenta a Lei nº 8.842/94, que estabelece a Política Nacional do Idoso e define no Artigo 2º, a idade de 60 anos e acima. Apesar dos altos índices no crescimento da população mais velha, o Brasil ainda é predominantemente jovem, conforme os dados do Censo 2010.

TABELA 1- 1BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

censos	grupos etários		
	até 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
1940	42,7	54,9	2,4
1950	41,8	55,6	2,6
1960	42,7	54,6	2,7
1970	42,6	54,3	3,1
1980	38,2	57,8	4,0
1991	34,7	60,5	4,8
2000	29,6	64,6	5,8

IBGE. Censos demográficos de 1940 a 2000.

TABELA 2- BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

Grupos de Idade	Homens	Mulheres	Total	%
Mais de 100 anos	7.247	16.989	24.236	0,0
85 a 99 anos	457.252	787.125	1.244.377	0,7
60 a 84 anos	8.691.313	10.630.373	19.321.686	10,3
45 a 59 anos	14.429.352	15.820.620	30.249.972	15,8
Total	23.585.194	27.255.107	50.840.301	26,8
0 a 44 anos	69.821.526	70.093.702	139.915.228	73,2
Total	93.406.720	97.348.809	190.755.529	100

Fonte: IBGE - Sinopse do Censo 2010

Um ponto de corte de 60 anos é sistematicamente empregado em países de terceiro mundo como definição dos “velhos”, padrão este recomendado, também pela Organização Mundial de Saúde em 1984, no Relatório do Grupo de Especialistas sobre Epidemiologia e Envelhecimento. O *Demographic Yearbook* menciona que nas Nações Unidas a idade de 60 anos é usada para definir a velhice.

Neste trabalho a reflexão foi acerca do processo da política social de educação, voltada para os velhos conforme o Estatuto do Idoso no seu Art. 1º, a Lei nº 8.842/94 que prevê, para a implantação da Política Nacional do Idoso, ações governamentais nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer, em articulação com as políticas voltadas para as demais faixas etárias.

Busca-se de modo particular apresentar o processo do envelhecimento no Brasil e na Região Amazônica, no sentido de desconstruir a imagem negativa de velhice ainda expressiva na sociedade.

No que tange os processos históricos desencadeados sobre o desenvolvimento das políticas públicas para os velhos no contexto da educação gerontológica no Estado do Tocantins e na Região Amazônica, justifica-se pelo crescimento do envelhecimento populacional como fenômeno mundial e a premente necessidade de reconhecimento dos direitos dos velhos junto aos outros segmentos da sociedade, remetendo a uma compreensão do processo de envelhecimento e do envelhecer.

Nesse sentido, considera-se a educação como um elemento essencial que permite a compreensão dos seres humanos, por meio de um processo compartilhado de mediação

fundamental à vida do homem e de onde se produz e reproduz toda a cultura e civilização.

O envelhecimento populacional está se tornando um fenômeno mundial e, no Brasil, é tido como predominantemente urbano, devido, entre outros fatores, ao intenso fluxo migratório das áreas rurais e a escassez de emprego para as áreas urbanas, cujo crescimento desordenado representa um desafio para a sociedade, excepcionalmente aos governantes, no que tange às políticas públicas para os velhos.

No momento em que o processo de envelhecimento demográfico se intensificou mundialmente, as Universidades Brasileiras despertaram para a criação de projetos e programas voltados para os velhos, ressignificando o conceito de velhice e construindo uma inovadora cultura de valorização social dentro da concepção da efetivação de políticas públicas que responda às necessidades da população de velhos, evidenciada pelo leque de políticas, estatutos e programas que asseguram os direitos nos mais diversos aspectos que atingem as necessidades dessa crescente população, especialmente na área da educação, englobando os fatores biopsicossocial, econômico e cultural.

Com o crescimento acelerado da população envelhecida, o Brasil ainda não possui estrutura para receber o contingente de velhos. Daí a importância de se criar mecanismos que venham de forma coerente, atender e garantir qualidade de vida dessa população.

Faz-se necessário, portanto, deflagrar uma revolução social e cultural capaz de efetivar políticas públicas que respondam aos anseios do velho, bem como investir na mudança da percepção que a sociedade carrega a respeito do processo de envelhecimento e velhice, desconstruindo preconceitos e mitos, principais responsáveis pela exclusão do velho nas instâncias da vida.

É premente que se insista na cobrança, por parte dos gestores públicos, em providenciar os meios e os fins para que os velhos possam desfrutar dos seus direitos, tão bem formalizados nos estatutos, políticas e programas dedicados a essa parcela da população. Neste sentido, a capacitação profissional e o investimento nas estruturas físicas dos locais de atendimento, necessários à atenção ao velho, devem contribuir para um viver mais saudável.

2.2. Serviço Social e sua influência interventiva nas políticas sociais para o velho.

Geralmente, a questão social é tratada por meio de políticas sociais, sob a égide do Estado, para atender a população. No entanto, a verticalidade pode ser usada para realizar controle social ou desmobilizar as lutas dos desiguais.

Contudo, as ações que viriam em prol do equilíbrio social, ou seja, para sanar as desigualdades sociais podem conter cláusulas em sua formulação, que darão privilégios a alguns, mas portam meios de controlar as instâncias decisórias.

Abrindo um leque à desigualdade social, percebe-se que esta marca a estrutura de qualquer história. A dinamicidade desta se faz porque ela é desigual. É nesse sentido que as políticas sociais entram no cenário social, buscando minorar as desigualdades em um país aonde a distribuição de renda é paradoxalmente diferente.

A mobilização dos sujeitos coletivos e lutas pelos direitos, já implica a ideia de enfrentamento das desigualdades, sinalizando que as políticas sociais não se restringem a uma melhor distribuição de renda, mas também ao poder, seja no sentido de centralização das decisões no “poder” por meio de Política Pública definida aqui como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil.

2.2.1- Política Pública Social e Serviço Social.

As Políticas Públicas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, como verificada mais recentemente, com a iniciativa privada. Regulam as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

Com o predomínio dos princípios ferozmente defendidos pelos liberais, logo assumidos pelo Estado capitalista, facilita a compreensão de que a resposta à questão social no final do século XIX foi sobremaneira repressiva, incorporando apenas escassas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabelecem melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cume da questão social. Behring (2011, p.63) registra:

As primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre estado liberal e Estado social, ou de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. [...] chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo.

As políticas sociais emergiram gradativamente e diferenciada entre países, dependendo da pulsão dos movimentos de organizações e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e, da correlação e composições de forças no âmbito do Estado.

Pierson (1991), discutindo a origem do *Welfare State*¹¹, entende que algumas medidas de regulação pública não são o bastante para definir sua existência. Para ele o que demarca a emergência de políticas sociais são elementos insurgidos no final do século XIX, decorrente da luta da classe trabalhadora.

Sendo o primeiro a introdução de políticas sociais orientadas pela lógica do seguro social na Alemanha, a partir de 1883. A novidade na intervenção estatal marcaria o reconhecimento público de que a incapacidade para trabalhar devia-se a contingências (idade avançada, enfermidades, desemprego) que deveriam ser protegidos.

Já o segundo elemento apontado pelo autor, marca que as políticas sociais passam a ampliar a ideia de cidadania e desfocalizar suas ações, antes, direcionada apenas para a pobreza extrema. Para tanto, pretende-se neste trabalho levar uma discussão a respeito da política social com foco na cidadania e educação especificamente às pessoas com faixa etária acima de 45 anos.

Frequentemente, as políticas sociais trabalham sobre os efeitos dos problemas sociais, com ações paliativas nos setores ou segmentos, o que por vezes impede a sua eficácia e aumenta os custos que seriam reduzidos se realizadas preventivamente.

A emancipação está ligada à ideia de concretização de direitos à medida que as pessoas conquistam meios para sustentar e exercer a cidadania. Por esse caminho é que o Serviço Social, como uma profissão interventiva, atua na dinâmica da realidade e busca a compreensão desta em prol do exercício da cidadania e garantia de direitos políticos e sociais.

¹¹Também chamada de Estado Social, Estado de Bem Estar, Estado de Providência e Estado Assistencial (PEREIRA, 2008).

As portas que deveriam dar acesso à cidadania dos sujeitos são obstaculizadas por grupos dominantes, pela sonegação da educação e pelas organizações partidárias baseadas na influência econômica e outras estratégias que só fortalecem interesses incomuns.

Por outro lado, a sociedade civil, precisa desafiar a se reconhecer no seu processo de emancipação, assim como construir nas gerações, condições peculiares de uma democracia competente.

Trazendo a discussão para os velhos, tem-se que descobrir os inibidores da prática da cidadania ao segmento. Com o direito a aposentadoria, redução das atribuições no contexto familiar, viuvez, provoca o isolamento e alheamentos a outros fatores da vida social.

É salutar compreender o presente e saber reelaborar o futuro, não se negar a ver os fenômenos da realidade e, entender que a velhice não impede a capacidade de aprender.

Morin, (2002, p.14), comunga:

O conhecimento deve estar tão aberto ao conhecimento que se reconheça a possibilidade do erro ou da ilusão. Da mesma forma, o conhecimento do conhecimento deve aparecer como necessidade primeira, que serviria de preparação para enfrentar os riscos permanentes de erro e de ilusão, que não cessam de parasitar a mente humana. Trata-se de armar cada mente no combate vital rumo à lucidez.

Nas décadas de 1980 e 1990, as universidades brasileiras abriram espaço para programas sociais de educação para adultos maduros e velhos, por meio das Universidades Abertas à Terceira Idade (Unatis), cujo trabalho está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da sociabilidade e à educação continuada.

Educação justificada pela natureza potencializadora, por seu caráter de compensar lacunas do ensino formal, por favorecer o conhecimento a respeito do processo de envelhecimento e do envelhecer, o engajamento social, o bem-estar subjetivo, a justaposição de gerações, a capacidade para exigir direitos e a autonomia de pensamento. Bem como a busca efetiva da política social para a educação, apontada como determinante de uma velhice bem sucedida.

Por meio do conhecimento, o velho pode perceber que o tempo da velhice é um tempo de possibilidade de vida. De compartilhar experiências que marcaram todas as etapas anteriores da vivência, permite reconhecer a sua participação na sociedade e no mundo.

Baseia-se na ênfase à legislação que normatiza as políticas sociais, idealizadas como um dos elementos determinantes no processo de articulação entre as lutas sociais e o Estado na busca pela garantia de direitos.

A partir da Constituição Federal de 1988, reafirmou-se juridicamente no Brasil, o processo de lutas que a sociedade brasileira iniciou para resgatar sua condição de sociedade livre, assim como o estado democrático e a afirmação do cidadão como sujeito de direitos.

Dentre os cidadãos e outros segmentos profissionais, o assistente social compõe o cenário como protagonista destas lutas sociais, que, a partir de seus campos específicos de conhecimento desempenham um significativo papel histórico-político no processo da construção democrática.

O Serviço Social como profissão, ocupa espaço privilegiado nessa construção, na medida em que atua diretamente com a discussão e implementação das políticas sociais.

Como o assistente social postula a ideia do direito como prática cotidiana na prestação de serviços sociais, um dos desafios é assumir uma dimensão concreta na luta pela implementação de políticas sociais mais abrangentes e universais.

A implementação dessas políticas espalha-se pela prática de diversos profissionais, inclusive os assistentes sociais, que têm como campo de trabalho a administração e prestação de serviços sociais.

A prática profissional quando refletida e fundamentada sobre os princípios, ético político da profissão poderá dar condições para que o processo de ascensão da cidadania advenha.

Dessa forma o Serviço Social na perspectiva de trabalhar as contradições e desigualdades, saberá cumprir sua intervenção diante das demandas emergentes da sociedade, na luta pela conquista da igualdade, da cidadania e dos direitos, contra a violência da sujeição, para que todos possam se integrar numa sociedade capaz de apresentar possibilidade de realização humana.

Refletir sobre a prática profissional nos trabalhos que são atribuídos à categoria, quando estes são decorrentes das complexas dimensões que perpassam pela questão social na contemporaneidade, requer uma análise preliminar de uma série de elementos preponderantes para a configuração dessa problemática.

A Constituição Federal é um marco fundamental que reconhece a assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro. Portanto, política social, são as

formas de intervenção e regulamentação do Estado nas expressões da questão social, envolvendo o poder de pressão e a mobilização dos movimentos sociais, com perspectivas de problematizar as demandas e necessidades dos cidadãos, de forma que ganhem visibilidade e reconhecimento público.

Entende-se que a formação profissional vai-se construindo no exercício da prática profissional e social do assistente social junto às políticas sociais e, vai adquirindo consistência à medida que o profissional se reconhece e se aceita como membro efetivo da categoria.

No que concerne à relação com o velho, percebe-se que o serviço social está imbricado com as questões do envelhecimento, quanto no conhecimento da luta pela garantia de direitos e qualidade de vida, valorização e reconhecimento social, na família e pelos demais segmentos da sociedade.

Participar do enfrentamento da questão social do envelhecimento, neste século, em realce a população com mais de 60 anos, propõe aos profissionais que se dedicam ao trabalho com velhos a desconstruir ideias e preconceitos, ter conhecimento do processo de envelhecimento e manter o espírito investigativo, quanto as diferentes maneiras de viver a vida. Com a compreensão de que cada um vive o seu tempo e precisa usufruir dele o que de melhor a vida lhe oferece.

2.2.2 Serviço Social, Política Social e Envelhecimento.

No Brasil, seguido de tendências mundiais, o capitalismo apresenta à população desfavorecida economicamente e exposta às vulnerabilidades sociais e culturais com soluções imediatas, especialmente no que tange às Políticas Sociais.

Quase que cotidianamente se encontra assistentes sociais perplexos e confusos com as deliberações de conselhos e órgão das instâncias federal, estadual e municipal, diante das concessões de benefícios, da aplicabilidade e demandas apresentadas pelos usuários, assim como da organização antidemocrática da assistência.

O profissional de Serviço Social enfrenta ainda a ação reguladora das instituições no âmbito público ou privado. Nessa ótica, a realidade institucional e a prática do assistente social, principia uma reflexão contributiva ao desvelamento das questões relativas à realidade institucional e prática profissional.

No sentido de organizar a prática do assistente social, desvinculando-a da institucionalizada, o Serviço Social, no uso dos seus instrumentos teórico-metodológico

da prática, apreende, interpreta e intervém com e nas imbricações que permeiam a rede institucional, no que se refere à sobrevivência dos usuários de serviços na garantia dos direitos a eles determinados.

No entanto, pretende-se delimitar o questionamento da intervenção do assistente social incorporada ao projeto pedagógico do Serviço Social nas instituições de Ensino Superior especificamente pelo viés da educação gerontológica. A decodificação e a apreensão da ideologia para a educação para velhos nas IES potencializa a ideia central desta reflexão.

A Universidade, além de ser uma organização complexa, se constitui como espaço de construção social onde as mediações encontram ambiente para as interações entre profissional e acadêmico. Por meio daquelas, as relações, objetivos e projetos pessoais adquirem uma função que diminui o peso dos fatores institucionais e sociais, proporcionando novas significações sociais sob o mote da superação e/ou variação da realidade vivida pelos acadêmicos.

O estudo da categoria mediação nos remete a possibilidade de romper com a ideologia institucional de organicismo e mecanicismo, na qual a instituição funciona segundo um modelo de reprodução com cunho organizacional capitalista, repassador de encaminhamentos e de intervenção mecânica por meio de políticas sociais “concedidas”.

O Serviço Social pode atuar na complexidade do processo de envelhecimento, junto à comunicação, informação e estabelecimento de relações sociais, no qual os participantes da UMA possam desvelar identidade e expressar atitudes. Com e por meio da intervenção social a universidade se identifica como um espaço de convergência de sujeitos históricos, nos aspectos, social, político e cultural, tornando-os partícipes e construtores da sua própria história, capazes de reivindicar seus direitos de cidadãos, além de adquirir conhecimento a respeito do processo de envelhecimento e do envelhecer.

Assim, o serviço social, pode adentrar nas realidades concretas dos envolvidos na ação, promovendo superação e/ou mudanças de comportamento num processo interativo, no qual, ambos se reconhecem como atores responsáveis pelo enfrentamento de ações institucionais e das políticas sociais repassadas aos velhos como concessões e não como direitos.

O processo de envelhecimento no Brasil tem crescimento acelerado acrescentando demandas na área da saúde, educação, lazer, acessibilidade, previdência e assistência social e outras necessidades sociais afetivas, psicológicas e congêneres. Traduzidas no

desenvolvimento de respostas por meio de ações via políticas sociais, o que ocasionou uma ampliação da esfera de direitos dos velhos.

Contudo, essa garantia no plano formal nem sempre tem se efetivado, tendo em vista que o Estado neoliberal minimiza-se e desresponsabiliza-se quanto à sua intervenção no campo social junto à sociedade.

Imbuído na busca pela ampliação dos espaços de participação dos velhos, no sentido de também promover a integração efetiva, a preservação da autonomia e o envelhecimento ativo e saudável, conforme diretrizes da Política Nacional do Idoso expõe-se a contribuição do Programa de grande relevância social, a Universidade da Maturidade - UMA, da Universidade Federal do Tocantins como um espaço de mediação e efetivação da política de atenção à velhice.

A integração do velho – que é uma das diretrizes da PNI (BRASIL, 1994) constitui-se num fator potencializador da manutenção da autonomia e conseqüentemente contribui para o exercício da participação.

Quanto aos aspectos sociais do “ser velhos”, todos os seres vivos estão condicionados ao fator biológico e conseqüentemente, envelhecer envolve processos que levam à restrição do potencial físico do indivíduo associado às transformações na aparência, no comportamento, nas experiências e na função social. Com isso, o envelhecimento é concebido como parte integrante e fundamental da trajetória de vida de cada pessoa.

O papel social exercido pelo velho é relevante na determinação do envelhecimento, por este estar sujeito ao modo de vida que as pessoas tenham levado como também as condições atuais em que se encontram,

Diante desta realidade e partindo da lógica proposta por Meireles (1989) e como instrumento de ação, uma das atribuições do Serviço Social é garantir os direitos, além de desencadear um processo de promoção, capacitação e valorização do “ser”, no intuito de desenvolver sua integração e participação plena na sociedade, com ênfase no seu exercício profissional na devolução da dignidade perdida pelo velho.

Art. 1º. É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO DO IDOSO, 2003).

Os desafios provenientes da evolução da longevidade no Brasil tem seu âmbito marcado pela complexidade do papel social do velho, apontando um processo de exclusão por parte de uma sociedade que cada vez mais privilegia o novo, gerando assim, dificuldades no enfrentamento e intermediação nas relações sociais.

Nesse sentido, o Serviço Social, mostrou-se no panorama da atenção ao velho como uma ferramenta essencial das condições de cidadania desta parcela populacional, cujo crescimento se procede de modo cada vez mais célere, configurando-se como aspecto refletido pela melhoria das condições de vida da população em geral.

Ao longo do desenvolvimento na sociedade, o Serviço Social esteve vinculado ao atendimento do velho, por meio de suas vertentes filantrópicas e assistencialistas de atenção aos estratos fragilizados tanto pelas desigualdades socioeconômicas, quanto pela problemática de sua inclusão, seguida pelo estigma da velhice.

Não obstante, por tratar-se de uma profissão que lida diretamente com a intermediação entre as políticas públicas e garantia de direitos dos indivíduos, é notório que o Serviço Social tem como empenho intervir nas situações sociais de conflito relacionadas ou advindas do envelhecimento, atendendo em suas demandas.

Destarte, compondo todo um senso crítico a cerca de suas implicações para o círculo social, visto que o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que se compõe de modo a refletir nas relações entre os indivíduos, nas políticas propostas pelo Estado, nas relações de trabalho e na própria percepção do velho frente essa realidade de vida, imposta progressivamente pelo tempo.

O velho busca geralmente da garantia dos direitos, a satisfação de suas necessidades mais essenciais, principalmente no que refere aos estigmas da exclusão cristalizados socialmente.

Dessa forma, a assistência social envolve o engajamento destes indivíduos na organização e intervenção nos conflitos, mas deve primar também pela perpetuação da participação nas decisões políticas oriundas de projetos e programas direcionados aos velhos.

Estas ações podem ser relevantes porque contribui com a ampliação do universo cultural além de oportunizar o intercâmbio entre os outros grupos etários, bem como reafirmar o comprometimento com a garantia de acesso aos direitos sociais, a partir do reconhecimento das esferas que se constituem pela exclusão.

O Serviço Social busca marcar sua presença junto a estes temas não só na construção de novas formas de percebê-los, mas também propondo novas abordagens, considerando as exigências da atualidade.

De acordo com Debert (1999), a gestão do envelhecimento foi historicamente atribuída à esfera familiar e privada, pela previdência individual ou assumida pelas instituições caritativas representadas majoritariamente por associações religiosas.

Ultimamente, seguido de um novo caráter, o da questão social e, mais ainda, o da questão pública, pelo fato de expressar e influenciar o ordenamento legislativo constituído para este grupo etário, sob o modo de encarar o velho socialmente, por meio da sua percepção enquanto sujeito autônomo.

Diante do contexto da mediação do Serviço Social, sob a perspectiva do projeto ético-político da profissão, percebeu-se o papel do assistente social como profissional dotado de competências para intervir no cotidiano dos usuários da assistência construindo com eles superações, historicidades, em busca da realidade concreta e as relações contraditórias dos seus cotidianos.

2.3. Política Pública Social no Tocantins.

Para um melhor entendimento a respeito da política pública social, é importante primeiramente entender a derivação do termo política, que vem do grego antigo especialmente com Aristóteles, quando na divisão política da Grécia e, se refere a todos os procedimentos relativos à cidade-estado denominadas “pólis, que pode significar “politiKé” (política em geral) ou por extensão, cidade-Estado, sociedade, comunidade , coletividade e outras definições referentes à vida humana.

Segundo Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe*, política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder, é o próprio governo. Mas ainda existem algumas divergências sobre o tema, porque alguns a definem como a ciência do poder, enquanto outros como a ciência do Estado.

Para tanto, Políticas, no mundo contemporâneo, refere-se às diretrizes de governo das quais surgem os programas, projetos e as ações em determinado setor de governo.

Frequentemente, nos debates políticos se ouve tratar de política monetária, política agrária, política social, políticas de saúde, políticas do idoso, políticas da educação e assim por diante.

2.3.1- Política Pública Social: dimensões conceituais com o envelhecimento.

Elucidar o conceito de política pública, além do seu sentido nominal, é abordar com precisão o que conduz ao entendimento de como se dá a produção dessa política no contexto da relação Estado e sociedade, que é quase sempre antagônica, sem muita reciprocidade.

Segundo Souza (2003), não há definição única para a política pública e/ou mesmo completo. Para Monteiro (1982), esta dificuldade é própria de categorias que podem ser apreendidas sob vários ângulos e, segundo ele, o melhor a fazer é estreitar o conceito e buscar aproximá-lo da situação que demanda intervenção da política pública. Diz ainda que apesar da vasta literatura sobre o conceito de política pública, muitas das discussões costumam privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros, imprimindo ao conceito um sentido subjetivo.

Refletindo sobre essas considerações, considerando que neste estudo o envelhecimento vem sendo tratado como uma realidade histórica da vida do homem, definida a partir dos aspectos psicossociais, como expressão da relação entre o sujeito velho e o círculo de sua vivência, a compreensão das políticas públicas destinadas a atender esse segmento, deve também partir dessa realidade.

Segundo Arendt (2005, p. 60-61), a apreensão da realidade somente se dá quando a ação e pensamento são levados a público, afirmando que “aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos constitui a realidade (...). Nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência e, portanto, da existência de uma esfera pública”.

O cotidiano do velho, nada mais é do que a realidade qualificada por suas ações, necessidades materiais e imateriais, experiências e relações consigo mesmo, assim como a estrutura social e produtiva que as comportam.

A realidade de vida do velho em exposição pública vem sendo realizada por meio do envelhecimento populacional, que é um fenômeno de feições capazes de modificar a ordem das diferentes relações estabelecidas na sociedade. A partir disso, urge na esfera pública a exigência da intervenção de política pública para agir na regulamentação da ordem modificada.

Segundo Nascimento (2005), as relações da esfera pública (que abriga toda a pluralidade, diferenças, divergência, conflitos e contradições, da ação humana), pode pressionar a estrutura política (Estado/governo) a agir e negociar com diferentes segmentos sociais, que geralmente são os principais demandantes de política pública. Indicativo de que a esfera pública seja o lócus privilegiado da relação Estado e sociedade.

Assim, no evento em que o Estado é intimado a agir, ou seja, a colocar em prática as decisões pactuadas na esfera pública, a política assume a qualidade “pública” ou como afirma Rua (1997), surge como produto de uma atividade em que o consenso se revela preferencialmente à coerção na resolução dos conflitos de poder e de interesses envolvendo bens e serviços públicos. Leva à discussão a respeito da política pública ao campo das relações sociais e econômicas e da cidadania levando a definir-se também no contexto da produção e reprodução destas relações, na perspectiva dos direitos.

Torna-se, portanto, impossível dissociar a discussão da política pública da realidade econômica e social do capitalismo e das suas garantias cívicas, haja vista que desigualdades e injustiças sociais experiências por extensas parcelas da população mundial, indicam que o regime capitalista é incompatível com a extensão da cidadania.

Marshal (1967) diz que cidadania é tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade - sistema educacional e os serviços sociais.

Corroborando com a mesma visão, Pequeno (2001), contempla dizendo que a cidadania é a condição social que confere ao indivíduo o usufruto de direitos que lhe permitem participar da vida política e social da comunidade no interior da qual estar inserida. Partindo disso, ser cidadão com cidadania é (participar do conhecimento dos direitos e deveres), fruir de direitos (privilégios garantidos pelo Estado), políticos e sociais (solidariedade, companheirismo, amizade, empatia, ética e zelo pelo meio ambiente).

Alguns autores como Benevides (2001) e Ferreira (2004), dão uma definição complexa à cidadania, uma vez que não consideram um conceito pronto, acabado e universal, mas determinado pelo fator histórico, variando no tempo e no espaço. Dessa forma pode-se considerar a cidadania diante do momento histórico contextualizado, vivido por cada sociedade.

Contudo, a intervenção para ser compatível com a cidadania, exige um Estado comprometido com o bem estar dos cidadãos, mas para isso requer uma sociedade

permanentemente atenta à forma como o Estado age e atua, sob pena de que, se não fizer, a esfera pública ficará a mercê dos interesses privatistas e hegemônicos. Significa dizer que o exercício mais apropriado para a defesa da cidadania se faz pela busca por igualdade e justiça social apenas com uma sociedade atuante.

Ressignificada na ideia de participação civil, de exercício de civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo [...] [Tal] participação da sociedade civil se faz neste contexto não apenas para ocupar espaços antes determinados por representantes de interesses econômicos, enclavados no Estado e seus aparelhos [...] [mas, sobretudo] para democratizar a gestão de coisa pública [...]. (GOHN: 2002, p. 316-318).

Para tanto, no sentido de definir a elevação de temas e o tipo de intervenção emergente nas agendas da política social. O tema do envelhecimento, com toda a sua complexidade e especificidades, aponta no momento em que a realidade das condições sociais da população brasileira ainda se vê marcada pela desigualdade, pobreza violência e preconceitos. Fato que concorre para que o envelhecimento seja um aspecto cabível à intervenção de política pública, em especial da política social.

Segundo Mishra (apud Castro, 1989, p. 31), o termo política social pode ser empregado em “relação aos propósitos e objetivos da ação social relativa tanto às necessidades como aos padrões estruturais ou arranjos que produzem tais necessidades”. Para Pereira (2001), a política social corresponde a uma categoria de política cujo campo de investigação e ação encontra-se identificado com os processos de tomada de decisão e de definição de estratégias de intervenção social. Segundo a autora, o cerne da política social.

É o da política como processo ativo e positivo de decisão com vista à intervenção social; ou. Em outros termos, é o da política como linha de orientação para a ação política, em resposta a legítimas demandas e necessidades sociais. É o que na língua inglesa é grafado como *policy*. [...], a qual está indissolúvelmente ligada ao conceito de cidadania social (que requer efetiva intervenção do Estado) e de *Welfare State* (como sistema de organização social e política que garante e provê bens públicos como direitos), idem, (2001, p. 80-81).

Assim, a política social age e atua no campo social para garantir direitos sociais que dão legitimidade à cidadania. Considerando o interesse pela política social para a população de velhos e, o fato de que esta se destina a efetivar os direitos deste grupo social

no Brasil, faz-se necessário discutir conhecimentos capazes de auxiliar a interpretação e análise desta política.

2.3.2- Breves concepções a respeito da análise das políticas públicas sociais à velhice.

Neste item faz-se uma abordagem das dimensões das políticas públicas sociais apontadas à velhice, com particular foco no âmbito do direito dos velhos que assumem, no entanto uma peculiar relevância na contemporaneidade.

Como enquadramento geral é favorável referenciar, ainda que de forma sintética, as principais orientações internacionais dirigidas às pessoas envelhecidas, as quais vêm cada vez mais se constituindo como um quadro de referência na construção das políticas para a velhice.

Neste campo, os Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas (ONU, 2002), a saber, independência, participação, cuidados, auto realização e dignidade, encerram a essência normativa de qualquer política nacional dirigida à população idosa.

Assim, a independência ou autonomia, diz respeito à garantia de rendimentos, à possibilidade de acesso à formação, ao fomento da capacidade de decisão individual e à manutenção do quadro de vida do velho.

A participação aponta para o estímulo da contribuição da população de velhos na definição e aplicação de políticas, para a partilha e transferências de conhecimentos, para o desempenho de papéis socialmente úteis e para o desenvolvimento do associativismo.

No âmbito dos direitos, contempla-se a facilitação do acesso à assistência à saúde, as respostas sociais, da defesa da privacidade e do respeito pelos direitos essenciais, especialmente em espaço de participação institucional.

Relativamente à auto realização/desenvolvimento pessoal preconiza-se a promoção de experiências e a expressão de habilidades nos domínios da educação, cultura e desenvolvimento espiritual.

Já o princípio da dignidade, diz respeito à garantia de condições dignas de existência, de segurança e de justiça, independentemente da idade, sexo, raça, origem étnica, situação econômica e quaisquer outras circunstâncias.

Na mesma linha destes princípios, é pertinente referenciar as principais funções da proteção social no Brasil, consideradas pelas legislações relativas aos velhos, como dimensões integrantes do quadro de valores do modelo social brasileiro, expressamente: na PNI- Política Nacional do Idoso, que tem no seu primeiro artigo, a definição de seus

objetivos: “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” Brasil (2000, p. 5), como defendido pelo movimento internacionalista da Gerontologia,

De acordo com a literatura especializada a política pública surgiu como subárea da Ciência Política abrigando uma diversidade de temas, entre os quais os referentes ao papel ativo do Estado. Mas como já visto em itens anteriores, a complexidade do seu campo de atuação, dada a necessidade de analisar tanto as ações das autoridades quanto, fatos políticos, ideológicos, sociais e econômicos na relação dos implementadores das políticas públicas com os demandantes das ações destas, percebe-se a demanda pela busca do conhecimento a respeito do assunto.

Nesse sentido, a política pública, toma forma de disciplina do conhecimento que se ocupa da compreensão e desvelamento de todo o processo de produção da política pública, sobretudo, das várias questões que a constituem, assim como das diversas possibilidades de apreendê-la.

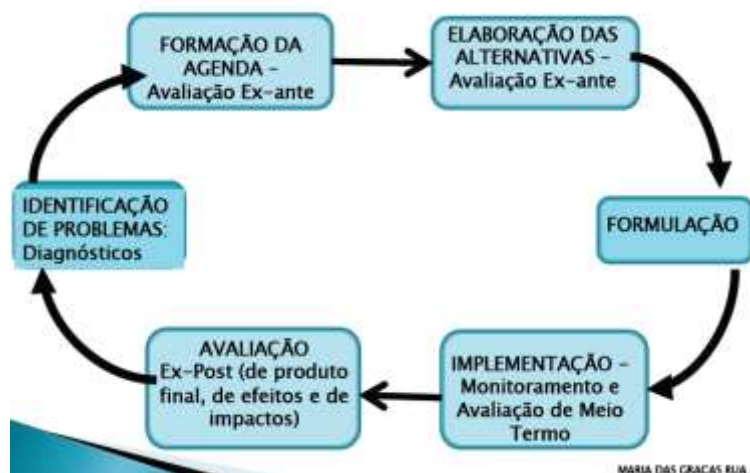
Segundo Souza (2006, p. 10) a política pública compreende “um ciclo deliberativo, formado por vários estágios”. Para ele, ela apresenta estágios da definição agenda (agenda setting- lista de assuntos ou problemas), identificação de alternativas, de avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Viana (1997) por sua vez declara que o ciclo de vida e o desenvolvimento de uma política pública compreende várias fases, entre as quais a emergência da política na arena pública, sua formulação em forma de projeto específico e sua implementação.

Em suma, esses autores, apresentam em comum as etapas da formulação, implementação e avaliação, como fases vitais da política pública.

Dentre outras formas de apresentações do ciclo, tem-se a **Formação da agenda** (consultas públicas - fase importante do processo de legitimação do programa no espaço público democrático); **Formulação** (opções aptas ao atingimento da finalidade, a orçamentação, oportunidade em que se fixam os objetivos e as metas de avaliação); **Implementação** (direta ou associada, durante o prazo estimado e combinado com os gestores e financiadores); **Monitoramento** (acompanhamento e reajustamento de linhas de refinamento); **Avaliação** (com dados objetivamente mensuráveis, a partir dos critérios específicos).

FIGURA 2- CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.



Diante do apresentado, cabe observar que a bordagem do ciclo vital da política pública não estanca suas fases e, por esta orientação metodológica, o processo de formulação não se dissocia de sua implementação e, tão pouco da avaliação de seus impactos e resultados. Razão porque, a análise finda da política pública só se consuma quando há respostas de que uma ação desenvolvida gerou ou não as mudanças previstas, com que proporção e qualidade.

Corroborando com a assertiva dos autores acima citados quanto ao processo de implantação e análise das políticas públicas, entende-se necessário, discutir, a seguir, as implicações das políticas públicas no contexto do envelhecimento e na velhice.

Com o acirramento da pobreza, da violência, precarização do trabalho, do estímulo às formas de discriminação sociais e congêneres, cujos efeitos são duramente patéticos ao segmento de velhos, já que as ocorrências biopsicossociais próprias da velhice podem tornar essa população, social e economicamente mais frágil.

Situam-se as fragilidades no plano das limitações físicas próprias do envelhecimento, mas o que prevalece de fato são as relações do velho como o modo de produção capitalista, a partir do momento em que este velho é considerado, tratado ou percebido como inapto no processo de produção e reprodução das relações e do desenvolvimento social e econômico.

A conjuntura dos primeiros anos do terceiro milênio aponta para o aprofundamento do modelo neoliberal, para a mundialização da economia e para a intensificação do arsenal tecnológico e das transformações do mundo do trabalho, dentre outras. As transformações conjunturais se refletem em todas as gerações, mas é o segmento idoso o que mais sofre as mazelas decorrentes da crise resultante do Estado Mínimo [...]. [Nesse contexto] as desigualdades sociais tornam-se mais visíveis quando os trabalhadores alcançam a etapa da aposentadoria. Muitos trabalhadores aposentados [...] não conseguem sobreviver com seus benefícios, tornando comum o reingresso no mercado de trabalho [formal e/ou principalmente informal], quase sempre sob a forma de subemprego. [Além disso,] a população que chega a alcançar a idade mais elevada encontra dificuldades de se adaptar às condições de vida atuais, pois além das limitações físicas, psíquicas, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento, sente-se relegada a um plano secundário no mercado de trabalho, no seio da família e na sociedade em geral. [...] o idoso [ainda] se depara com problema de rejeição da autoimagem e tende a assumir como verdadeiros os valores da sociedade que o marginaliza [...]. (GOLDMAN: 2004, p. 61-63)

Em adição, as implicações relacionadas à velhice se expressam na sua sujeição à pobreza, dificuldades de acesso à renda, assim como pela marginalização, descaso e negligência das instituições; na discriminação surgida dos mitos e preconceitos que cercam o envelhecimento e, mais ainda na fragilização das condições de vida da população de velhos frente à ausência de políticas públicas e sociais eficientes.

No conjunto em que se desenvolve o envelhecimento das pessoas, isto é, assinalados pelos avanços científicos e tecnológicos e pelas lutas sociais por aquisição de novos direitos, a cidadania dos velhos ultrapassa a simples concepção de sujeito de direitos e deveres¹², passando a perceber essas pessoas como participantes ativos no processo de tomada de decisão sobre a coisa pública.

Percebe-se, portanto, que o envelhecimento como um processo natural do ciclo da vida, como fenômeno coletivo, é permeado de diferentes e complexos aspectos que demandam a intervenção do Estado sob o controle da sociedade. Com isso, os mecanismos mais viáveis para atender e efetivar direitos da população de velhos, com capacidade de permitir o exercício de uma cidadania ativa é a elaboração e implementação de políticas públicas.

¹²Segundo Reis (1994, p. 127), os deveres correspondem à dimensão cívica da cidadania, sintetizam “as responsabilidades do cidadão, a sua propensão ao comportamento solidário e à observância das virtudes cívicas, propensão esta que [resulta] de sua identificação com a coletividade, ou do fato de que sua própria identidade pessoal se vê marcada fundamentalmente pela inserção na coletividade”.

Conforme a literatura¹³ a respeito dos movimentos sociais indica dois momentos de sua emergência histórica. Os primeiros chamados movimentos sociais tradicionais, cuja gênese é a divisão do trabalho ou mais especificamente, a emergência e crise, em diversos momentos do modo de produção capitalista que expressam o clássico conflito ou contradição entre capital e trabalho. Enquanto que o segundo faz referência aos novos movimentos sociais que tem o propósito de salientar que organização da sociedade transcenda os aspectos típicos das relações econômicas, favorecendo a redefinição das relações democráticas e da sociabilidade humana e política. Gohn (2006) define movimento social como:

Um conjunto de ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e político de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflito, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade, [isso permite o desenvolvimento de] um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública [estatal e não estatal] e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil. (GOHN: 2006, p. 251)

Dessa forma, a organização e luta da sociedade brasileira em torno do processo de envelhecimento e da velhice, se inscreve num processo conceitual histórico dos movimentos sociais. Dentre outros aspectos, ambos decorrem do crescente número de velhos nas relações sociais, econômicas e culturais e, isso tem despertado a sociedade e motivado cidadãos e instituições, bem como o próprio Estado a se unirem em torno desse processo.

Sobretudo, o envelhecimento cria demandas e necessidades que vão além da questão da proteção material, porque requer mudanças no comportamento dos cidadãos e da sociedade em geral.

Criam-se mitos e preconceitos em torno da velhice, fatores que fragilizam a identidade e ferem a condição humana singular do ser “velho”. Para tanto, a cidadania e os direitos que decorrem da velhice não se restringem às condições objetivas, mas penetram nas subjetivas, a exemplo, o respeito.

¹³ Ver particularmente, Gohn (2006); Dagnino (1994).

Adicionado a isso, a organização e a luta em prol de um envelhecimento digno e saudável, transcendem os direitos civis, políticos e sociais, requerendo acima de tudo, o direito de ser velho e de poder viver a velhice com dignidade humana. Com isso indica que a organização e a luta em torno do envelhecimento digno também se listam nos novos movimentos sociais.

Os movimentos sociais e o funcionamento dos conselhos constituem verdadeiras vias e mecanismos de institucionalização da participação social e política.

Assim, em seu sentido lato, participação significa tomar parte em alguma coisa. Substanciada pelos vocábulos social e política, o termo ingressa na noção de democracia a cidadania ativa, de forma que passa a ser uma atitude requisitada para legitimar a soberania popular ou a vontade do povo.

Coutinho (1997, p. 146) acena essa relação ao afirmar que a “democracia é concedida como a construção coletiva do espaço público, como plena participação consciente de todos na gestão e no controle da esfera pública”. É exatamente isso que Rousseau entende por “soberania popular”.

No Brasil, a partir do processo de redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988, os conselhos de políticas públicas tornaram-se mecanismo institucional bastante utilizado em prol do exercício da participação social e política na gestão da coisa pública.

Os conselhos são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representados, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais. Pois relacionam-se ao processo de formação das políticas e à tomada de decisões. Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública, pois, criam uma nova esfera social pública ou pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade porque viabilizam a participação de segmentos sociais na formação de políticas sociais, e possibilitam à população o acesso aos espaços onde se tomam as decisões políticas. (GOHN: 2006, p. 178)

Fundamentados nesta definição, os conselhos podem ser entendidos como “mecanismos de democracia direta ou participativa [...]. Por seu intermédio, pode-se aprofundar e alargar a democracia, conferindo ao cidadão comum, e não só aos seus representantes, o direito de participar da vida política nacional” (PEREIRA, 2005b, p. 12).

Assim, os conselhos implicam democratização da gestão pública por vias da institucionalização de práticas que levam a sociedade a participar da elaboração e implementação das políticas públicas, fiscalizando e acompanhando as ações do Estado, definindo e redefinindo prioridade, propondo ações e exercendo o controle democrático¹⁴.

Com as reflexões acerca das abordagens e suas implicações para a concretização dos direitos dos velhos, sustenta-se que este não pode deixar de solicitar o acesso a direitos ou serviços por não se ver como sujeito de direito, por não querer incomodar ou limitar por medo da negação, de sobrecarregar a família, de ser visto por vezes, como um incômodo diante do rótulo da dependência, entre outros fatores ainda presentes nessa população.

Zimerman (2000, p. 28), adverte: “ser velho não é o contrário de ser jovem. Envelhecer é simplesmente passar para uma nova etapa de vida [...] é preciso investir na velhice como se investem nas outras faixas etárias”. Daí a necessidade de se pensar o envelhecimento do ponto de vista positivo que busca ações, reivindicações, posicionamento e garantia de vivência plena das possibilidades que a conjuntura social, econômica e cultural oferece.

Importa, portanto, refletir a respeito do entendimento e estudo por parte dos profissionais e pesquisadores quanto à importância de obtenção de conhecimento referente ao processo de envelhecimento em suas peculiaridades, de modo que sejam estabelecidas políticas de atendimento voltadas aos velhos, embasadas a partir da realidade que contemple suas necessidades.

Surgem também as leis de especificidades de atendimento ao velho. A Constituição de 1988, que indica a responsabilidade da família e do Estado no que diz respeito ao suprimento das necessidades da população de velhos; a Lei nº 8.742 de 07/12/1993 - Lei Orgânica de Assistência Social que garante o Benefício de Prestação Continuada – BPC; a Lei nº 8.842 de 04/01/94 – PNI e por fim, a Lei nº 10.741 de 01/10/2003 que promulga o Estatuto do Idoso. Já os Conselhos Estaduais e Municipais foram instituídos para deliberar sobre a política do idoso.

Atualmente, algumas instituições de ensino superior, também mantêm núcleos de estudos e especialização específica na área da Gerontologia, a exemplo, na Região Norte o SENECTUS - Grupo de Pesquisa sobre Envelhecimento na Região Amazônica/UFPA e

¹⁴Utiliza-se o termo “controle democrático” por se considerar que, na análise de uma política pública, este nome torna mais evidente que o controle vem do povo. Já o termo “controle social” embora seja utilizado com o mesmo sentido, ele foi primeiramente empregado como controle do Estado sobre o cidadão. (PEREIRA, 2005c).

a Pós-Graduação em Gerontologia: a inserção do velho no mundo contemporâneo/UFT, ambos com vários trabalhos produzidos, em diversos aspectos relevantes do contexto que envolve o processo do envelhecimento e do envelhecer.

Nesse sentido, a universidade pode mediar vivências intergeracionais e a participação dos mais velhos em programas de educação e tem se apresentado como uma forma de integração das gerações. A universidade tem a tarefa de argumentar, pelos seus estudos, sobre os aspectos significativos das condições de vida na longevidade e as melhores formas de conceder oportunidades de desenvolvimento (BOTH, 2000, p. 143).

Dentre os vários setores responsáveis pelo atendimento à população de velhos por meio de políticas estabelecidas, localiza-se a assistência social. E embora se considere que o Brasil tem como característica, sinais de um capitalismo marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz densas desigualdades sociais, aquela tem se constituído em instrumento privilegiado do Estado para enfrentar a questão social. A compreensão e análise da política pública social.

O assistencial nas políticas sociais, historicamente foi constituído pelo viés do conformismo dos usuários, por meio de mecanismos presentes nas políticas sociais, que, ao mesmo tempo, podem se revelar como exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente ao Estado, sendo o assistencial uma forma de caracterizar a exclusão como inclusão, pela benevolência do Estado diante das suas carências, podendo se expressar na viabilidade de tutela e na demonstração da face humanitária do capitalismo (SPOSATI, 2003).

A partir da Constituição Federal de 1988, um conjunto de leis, direitos e políticas arranjam a nova institucionalidade de proteção ao velho no Brasil e, a Assistência Social destaca-se como importante fonte de melhoria das condições de vida e de cidadania dessa parcela populacional em crescimento constante.

A Assistência Social também alcançou notória institucionalidade, pautando-se pelo paradigma da cidadania ampliada¹⁵, com a função de política pública concretizadora de direitos sociais básicos designadamente, às crianças, velhos, pessoas com deficiência e de famílias e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

¹⁵Explicitada por Dagnino (2004), põe o Estado como sujeito e objeto da luta entre as forças sociais e econômicas. Como sujeito, o Estado internaliza os fundamentos da ideologia das forças dominantes e os transforma em práticas destinadas a atender os imperativos de tais grupos. Como objeto, ele é o próprio interesse das forças em conflito, pois, dotado de um aparato organizacional e político com poderes para desenvolver e implementar ações, reúne condições que podem alterar a correlação de forças na esfera pública.

Para tanto, a Assistência Social regida pela lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 -Lei Orgânica da Assistência Social, que conferiu-lhe características que a distanciaram de práticas “assistencialistas” com as quais sempre foi identificada, passa a reger-se por princípios e critérios identificados com a igualdade, a equidade e a justiça social, assim como a perspectiva de promoção da autonomia do cidadão.

A Política de Assistência Social passou a constituir-se como tripé da Seguridade Social que, ao lado da Saúde e da Previdência, deve contribuir para a ampliação da cidadania à medida que assume o encaminhamento de bens, serviços e direitos fruídos por uma minoria da população tradicionalmente excluída desse ciclo.

Trata-se de direito gratuito e desmercantilizado, que, por reconhecer nos cidadãos direito ao acesso a serviços socioassistenciais, especialmente aos que estão em situação de vulnerabilidade social, se apresenta como dever de prestação, quando não de ressarcimento, dos poderes públicos.

Com base nisso, não prevê contrapartidas impositivas ao cidadão como condição de acesso e usufruto da assistência que lhe é legal e legitimamente devida como direito básico. A Política de Assistência é traduzida como intervenção positiva do Estado com influência da sociedade, que, por se tratar de direito social e não individual, compromete os poderes públicos com a sua garantia e provisão.

Importante lembrar que o comprometimento do Estado não significa paternalismo ou tutela estatal, tão somente, implica arcar com responsabilidades da competência que lhe foram delegadas pelas sociedades rumo à ampliação da democracia.

A presença da assistência nas políticas sociais brasileiras apontou-se, em alguns momentos históricos, como amenizadora de conflitos, podendo voltar-se somente à ótica do Estado. Porém, na assistência está contida a possibilidade de negação dela própria e de sua constituição como espaço de expansão da cidadania às classes subalternizadas.

A questão da assistência delinea-se em um quadro permeado por contradições, que se situam no conjunto de mecanismos designados a atenuar os impactos perversos do capitalismo para a grande maioria da população brasileira. Como um conjunto de políticas instituídas nas últimas décadas, porém, pouco tem contribuído para amenizar as condições de pobreza da população (SPOSATI, 2003).

A assistência social, pela mediação dos seus programas, capacita-se a criar condições efetivas de participação de seus usuários, ao tempo que promove a emancipação dos seus assistidos, haja vista que seu escopo previsto é o direito do cidadão e o dever do Estado como política de seguridade social não contributiva.

Tem caráter de atendimento universal, contudo, perpassa atendimentos individuais que são fragmentados e focalizados no âmbito das políticas públicas, inclusive relacionado aos velhos. Entretanto, é fundamental que o acolhimento no âmbito da assistência social seja permitido pela garantia dos Direitos Sociais, proporcionando aos indivíduos condições materiais consideradas como imprescindíveis para a plena fruição dos seus direitos.

Não obstante, haja legislação específica, que deveria garantir o exercício da cidadania e direitos dos velhos como assistência, habitação, alimentação e lazer, estabelecidos por meio das políticas sociais, isto constitui espaço contraditório, porque “a assistência, como mecanismo presente nas políticas sociais, revela-se, ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços direta ou indiretamente pelo Estado” (SPOSATI, 2003, p. 30).

Dessa forma, a política social, com ênfase na assistência tem relevância para o velho como possibilidade de garantia de direito e, o entendimento da trajetória e a constituição da legislação podem conduzir pesquisadores e estudiosos da Gerontologia Social a apreender como o processo de envelhecimento e o estabelecimento das políticas sociais tem se constituído na contemporaneidade.

É importante salientar que antes da década de 70, o trabalho realizado com velhos no Brasil era de cunho caritativo, desenvolvido especialmente por ordens religiosas ou entidades leigas e/ou filantrópicas [...]. Tecendo um breve relato sobre as políticas desenvolvidas para os velhos até 1970, pode-se notar o caráter paliativo, fragmentário dessas políticas, visto que as mesmas não abrangem uma noção ampla dos direitos sociais (SILVA, 2006, p. 20).

Ao longo do caminho, os velhos e também a população brasileira, foram impossibilitados de se constituírem cidadãos plenos, porque os direitos civis e sociais conquistaram-se lentamente, permeados por um passado escravista e excludente. Somente por meio de reivindicações de movimentos populares, foram conseguidos gradativos avanços contrapondo às exigências do capital.

A partir disso, torna-se cabível salientar que as políticas sociais voltadas para a população de velhos vêm configurando-se como alicerces que fortalecem as considerações realizadas por Faleiros (2004, p. 15): “entre fracos e débeis acham-se os velhos [...]. No entanto tal debilidade lhes é atribuída em função da própria natureza humana, e não das condições sociais em que se encontram”.

Dessa forma, em alguns momentos, o envelhecimento ainda é considerado como um estado de fragilidade diante da vida cotidiana e não de um processo natural que requer sociabilidade, reflexão e interação social em que toda a população de qualquer forma está inserida.

É notório que os Direitos declarados absolutos no final do século XVII, como a propriedade [...] foram submetidos a radicais restrições nas declarações contemporâneas, já os direitos sociais, que sequer eram mencionados nas declarações do século XVIII são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações (BOBBIO, 2004, p. 38).

Por meio de ações paliativas que não abrem margem para discussão sobre a real situação vivenciada pelos velhos, alguns programas se apresentam sob a forma de serviço ou benefícios e, por vezes, não desenvolvem atividades favoráveis à opinião da população envelhecida, não permitindo a essa nenhuma condição de realizar preferências. Diante dessas contradições, afere-se, portanto, que o entendimento de direito varia conforme as conjunturas que se estabelecem apresentando-se de forma heterogênea.

A declaração dos direitos dos homens tem se modificado, com a mudança das condições históricas, ou seja, das carências e dos interesses, das classes do poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, dentre outros.

2.3.3. Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso: institutos de referência ao planejamento das políticas sociais destinadas a população idosa.

Normalmente os direitos são legitimados por legislações específicas com o atendimento de políticas que venham a suprir as necessidades dos velhos. Foi promulgada a Política Nacional do Idoso pela Lei 8.842/1994. A Lei 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e outras providências. Decretada como a garantia legal da atenção especial aos idosos no que diz respeito à saúde, assistência, transporte, lazer, dignidade, entre outros benefícios.

A realidade, porém, mostra que pouco se tem contribuído para sua efetivação. Contudo, foi fruto de trabalho conjunto de parlamentares, especialistas, profissionais das áreas de Saúde, Direito, Assistência Social, entidades e organizações não governamentais voltadas para a defesa dos direitos e proteção aos velhos.

Em suas disposições preliminares, o Estatuto do Idoso salienta que as pessoas de 60 anos acima, continuam a fruir todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. E, como um documento legal assegura-lhes todas as oportunidades e facilidades com caráter de estimular as responsabilidades da família, comunidade, sociedade e Poder Público, com medidas que priorizem seu atendimento.

Segundo o Estatuto do Idoso (2003 p. 11-20) sobre os direitos fundamentais, nos seus artigos 8º a 42º: registra a garantia do direito à vida como obrigação do Estado mediante políticas sociais públicas - à liberdade (ir e vir, expressão, crença, participação política, familiar e comunitária), ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde por meio do acesso universal e igualitário, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer - que respeitem sua peculiar condição de idade - à profissionalização, à Previdência Social, à assistência social.

Define, ainda, que o Benefício de Prestação Continuada já concedido a qualquer membro da família, não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita referida na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

O Estatuto do Idoso ainda assegura o direito à habitação (prioridade na aquisição de imóvel) em programas habitacionais, transporte (coletivos, públicos urbanos e semiurbanos gratuitos e reserva de duas passagens gratuitas aos maiores de 65 anos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos) (BRASIL, 2003).

Mesmo com a regulamentação da lei e dez anos depois desta, muitos velhos ainda sentem a discriminação quanto ao direito de participar de atividades de lazer, educação, esporte e cultura, que não se adaptam às necessidades peculiares do segmento. Muitas empresas de transportes coletivos relutam em não conceder passagens gratuitas ou com descontos. O BPC é por vezes negado a idosos cujo companheiro é aposentado por tempo de serviço, invalidez ou outra modalidade de aposentadoria que não seja a assistencial.

Quanto às medidas específicas de proteção, os artigos 43º ao 45º do Estatuto rezam que por ação ou omissão da sociedade, Estado, ou abuso da família curador ou entidades, determinará, dentre outras medidas:

I-Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; II- orientação, apoio e acompanhamento temporários; III- requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; IV- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação- abrigo em entidade; VI- abrigo temporário. BRASIL (2003 p. 20-21).

Contudo, percebe-se que alguns órgãos governamentais, ainda oferecem atendimento sob a forma de benesse e, uns atendem pressionados pelo Ministério Público quanto à instituição das leis que amparam os idosos no sentido de tomada de medidas imediatas.

Inscrevem-se nos artigos 46º ao 68ª política de atendimento ao idoso no que diz respeito a políticas sociais básicas, programas assistenciais, serviços especiais de prevenção, serviços de identificação e localização, proteção jurídico-social e mobilização da opinião pública no sentido de participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento aos idosos.

Para o cumprimento ao requerido nos artigos citados acima, o atendimento nas entidades deve proporcionar condições dignas de sobrevivência, ficando sob regime de fiscalização, sujeito à pena de multas por infrações administrativas (a não garantia de direito, negligência de comunicação, de maustratos, atendimento não personalizado) por meio de apurações judiciais (BRASIL, 2003).

Já os artigos 69º ao 92º trata do acesso à justiça por meio da liberdade, criação de varas especializadas e exclusivas ao idoso, prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e execução de diligências. Estabelece, ainda, as competências do Ministério Público (instaurar inquéritos civis, promover e acompanhar as ações de alimentos, processos administrativos, solicitar informações, exames, perícias), concedendo ênfase à proteção judicial dos interesses prolixos, coletivos e individuais indisponíveis ao idoso.

Ainda assim, o idoso pode carecer de mais informação, debate e esclarecimento acerca desses direitos, considerando a parca divulgação clareza e intensidade desta nos meios de comunicação quanto a essas prioridades. No entanto, o desconhecimento atinge todos os segmentos sociais familiares e comunidade em geral, que teriam a chance de intervir de forma plena na defesa do cumprimento da Legislação, com base em um aparato legal e sólido.

Debate sobre os crimes praticados contra idosos, discriminação (atendimento em bancos, transportes coletivos), humilhação, negação de assistência, abandono (hospitais, casa de saúde, asilos), exposição ao perigo de integridade (saúde física ou psíquica), privação de alimentos, apropriação de bens, retenção de cartão magnético, entre outros, constam nos artigos 93º a 108º do Estatuto.

As disposições finais e transitórias destacando algumas penalidades graves e prioridades que devem ser observadas no atendimento aos direitos dos idosos, encontram-se destacadas nos artigos 109º a 118º.

Percebe-se, portanto, que o Estatuto do Idoso prevê, no decorrer de seus artigos, o respeito e a valorização às necessidades dos idosos quando enfatiza verbos como “proteger”, “zelar” e “criar mecanismos de respeito” (BRASIL, 2003).

Diante das especificidades nas Legislações destinadas aos velhos e as disposições que garantem o direito ao ser humano com suas particularidades, importa também citar a Norma Operacional Básica (NOB), que segundo (MDS, 2005, p. 18), define como proteção social, os cuidados da vida do usuário que se encontra em situações como “vitimização, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão e sua família enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana”.

Entende-se que por meio das medidas à proteção social, pode-se obter melhores condições sociais, socioeducativas e também materiais (tanto ao cidadão quanto a sua família). Isso para “suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia” (MDS, 2005, p. 18).

Ainda, segundo a NOB, a proteção social engloba atenções, cuidados, ações, auxílios e benefícios os quais o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, dispõe para neutralizar o impacto da questão social na vida das pessoas, garantindo dignidade e exercício da cidadania.

De acordo com a NOB, os princípios para o desenvolvimento social e humano pleno no exercício de direitos de cidadania, vinculam-se à integração de políticas sociais, econômicas, de seguridade social, proteção proativa, territorialização e matricialidade sócio familiar. Princípios estes direcionados às garantias, segurança social de renda, acolhida, convívio ou vivência familiar, comunitária e social, de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e, por fim, de sobrevivência a riscos circunstanciais.

O período de passagem do século XIX para o século XX é indicado como marcante, em que as características do envelhecimento moderno tornaram-se mais percebidas. Houve crescente investigação sobre o tema do envelhecimento e, para construir a história a partir desse período, Groisman (1999) menciona três tecnologias de diferenciação: o saber geriátrico/gerontológico, a aposentadoria e os asilos de idosos.

No início do século XX, este autor introduziu o termo geriatria, o que correspondeu à tentativa de “desenvolvimento de uma base clínica que identificasse de forma separada esta etapa do curso da vida” (GROISMAN, 1999, p. 9).

A partir disso, além da produção científica a respeito do envelhecimento ganhar espaço, também as necessidades e demandas passaram a ser consideradas por políticos, legisladores e mercado de consumo, alcançando lugar de destaque nas políticas sociais.

Pela constituição da Gerontologia e da Geriatria, das aposentadorias e dos asilos para velhos, novos conceitos são atribuídos ao envelhecimento, que, no curso da vida hodierna, vão ganhando contornos inovadores e formando possibilidades futuras que merecem estudos.

Para tanto, conforme já apresentadas as Legislações com referências às garantias de direitos às pessoas envelhecidas, elaboradas com ênfase nas necessidades humanas, de assegurar o exercício da cidadania e proclamar o respeito e a valorização da população de velhos na agenda das políticas públicas sociais, entende-se que:

A PNI e o Estatuto do Idoso se configuram institutos que se afirma como resposta ao fenômeno do envelhecimento e à ação dos sujeitos que histórica e estrategicamente contribuíram para a instituição emergente de uma agenda da política social para a população de velhos, com referência ao planejamento das políticas sociais a esse segmento.

Com efeito, a PNI inaugura o processo de formalização específico para a garantia dos direitos sociais à população que envelhece. Já o Estatuto do Idoso, além de afirmar esses direitos, torna sua noção mais abrangente, posto que assegura a população com idade igual ou superior a 60 anos (Art. 2º da lei 10.741 de 1º de outubro de 2003).”Todas as oportunidades e facilidade, para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”

Diante das implicações do envelhecimento como uma obrigação para as instituições (governo, família, academia, empresas e outros), devido ao significativo aumento da população de velhos, o próprio processo de envelhecimento individual requer posicionamento e, às instituições cabe a responsabilidade de assegurar os direitos políticos, civis e sociais daquele, por meio de políticas públicas que garanta àquele, o exercício da sua cidadania.

Assim, às pessoas envelhecidas cabem o protagonismo ético e cidadão. Ético considerando que todo ser humano tem o dever de agir e atuar em prol da vida e

cidadania de si e do outro. Cidadão, porque tem este a incumbência de respeitar os direitos humanos de todos, especialmente do velho, assim como exercitar o controle democrático nas ações do Estado, de forma que cada indivíduo vivencie uma velhice respeitada e digna com qualidade de vida.

No trato às políticas sociais, importante citar a interface do trabalho com a questão da renda, quando se apresenta como condição *sine quo non* da vida do homem¹⁶.

Dadas essas discussões acerca da promulgação da PNI, do Estatuto do Idoso assim como a criação do CNDI (Conselho Nacional dos Direitos do Idoso), sob o ponto de vista teórico, afere-se que há existência de uma política pública legalmente constituída para a população idosa no Brasil. O que representa um expressivo avanço na formação e consolidação da agenda da política social para esta população, tanto pela conformidade dos instrumentos junto às normas sociais que prescrevem os direitos dos idosos e por amparar a luta social pela efetivação da agenda.

Sabe-se que a PNI, embora seja denominada "política" tem caráter normativo e, em linhas gerais, ela orienta o processo de formulação das ações a serem implementadas para atender os direitos dos idosos. Enquanto ao Estatuto do Idoso, compete regular os direitos especiais desta população, além de complementar os disciplinamentos da PNI. Por sua vez, o CNDI, além de ser o principal guardião destas leis, tem a responsabilidade de agir para que elas sejam complementadas.

Conjugadas, as leis constituem a legalidade da formulação e implementação das políticas públicas para a população idosa. Por outro lado assinalam valores e princípios que referendam o comportamento institucional na formação da agenda da política social, de forma que esta seja compatível com a efetivação dos direitos de cidadania deste segmento social. Isso os classifica como elementos centrais em qualquer análise sobre as políticas públicas destinadas à população idosa.

Quanto aos valores e princípios da PNI e do Estatuto do Idoso, confere que são categorias essenciais na análise de uma política pública, seja pela ajuda à compreensão do que está por trás das escolhas que se encontram no cerne dos momentos da decisão política, ou pela incumbência de orientar a formação desta política.

¹⁶O "sentido do trabalho na condição humana vem de três elementos, quais sejam: labor, trabalho e ação [...]" o labor é atividade que faz parte do processo biológico do corpo humano, seu crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor do processo da vida [...]. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas [...]. A ação [...] corresponde à condição humana da pluralidade [vida política] (...), pelo fato de sermos todos os mesmo, isto é, humanos, sem que tenha existido, exista ou venha a existir. ARENDT, (2005, p 15-16),

Considerando a centralidade da PNI e do Estatuto do Idoso na definição, regulamentação e disciplinamento da agenda da política social para a população idosa, podem ser identificados nos seus conteúdos os seguintes paradigmas:

1- Participação- identificada a partir das orientações da Seção III, artigo 4º, inciso II que define ser diretriz da PNI a “participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos” (Lei 8.842 de 04/01/1994).

Com orientação para a elaboração de políticas públicas para o segmento de idosos, a participação expressa a ação e vontade da comunidade epistêmica e dos movimentos organizados que lideram o processo de criação da PNI. Nestes a participação era defendida como um dos principais pressupostos do processo de tomada de decisão em política social. Coincidindo com as orientações das agendas internacionais que entendiam a participação¹⁷ como um dos pilares do processo de elaboração das políticas públicas para a população idosa.

Integrados ao paradigma da participação, surge a necessidade da constituição de um movimento social fundamentado numa representatividade capaz de fortalecer a efetividade do processo de tomada de decisão das políticas sociais. No entanto, deve-se oportunizar participação tanto das pessoas que lutam em defesa deste segmento, quanto da própria população que tem interesse na efetividade das políticas sociais.

Nesse sentido, a participação social remete ao paradigma “controle democrático e gestão participativa”- identificados no capítulo III, artigos 5º a 7º da PNI. Estes estabelecem a participação e competência dos Conselhos Nacional, Estaduais do Distrito Federal e Municipais do idoso, na formulação, coordenação, supervisão e avaliação da PNI em suas respectivas instâncias político administrativas. Já o artigo 7º do Estatuto do Idoso, confere a estas instâncias a competência de zelar pelo seu cumprimento e controle público.

De posse dessas competências os conselhos devem adotar maneiras de organizar política e juridicamente representatividade paritária entre o governo e sociedade civil. Na prática deveria estimular o movimento de organização da população idosa.

Contudo, chamou atenção nas arenas constituídas em torno da PNI e do Estatuto do Idoso, que os atores protagonistas na luta pela criação e promulgação destes instrumentos, eram formados muito mais por instituições ligadas à comunidade

¹⁷Disciplinado no Tema 1 do Plano de ação Internacional para o envelhecimento que trata da participação ativa dos idosos na sociedade e no desenvolvimento.

acadêmica e por movimentos em prol da previdência, do que por lideranças integradas por pessoas idosas. Uma representatividade majoritária dessas últimas lideranças, porém, é importante porque aproxima a própria demanda da decisão de política pública.

Assim, além da participação e do controle democrático, vale-se da necessidade do desenvolvimento de ações para fomentar o processo de organização das pessoas idosas, considerando a sua legitimidade, representatividade e interesse na efetividade das políticas sociais previstas nas legislações.

A intersetorialidade é o 3º paradigma e está prevista no artigo 8º do inciso III, da PNI, o qual define que a União deve “promover as articulações intraministeriais e interministeriais necessárias à implementação da política nacional do idoso”. Isto pressupõe que todas as políticas setoriais devem atuar para garantir as condições de autonomia, integração e participação efetiva da pessoa idosa na sociedade, conforme definido no artigo 1º da PNI.

O comprometimento intersetorial também pode ser notado no parágrafo único do capítulo II, no qual a Lei afirma que os “ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a política nacional do idoso”.

Outro princípio destacado na PNI é a descentralização político administrativa. Registra-se na seção II, artigo 4º inciso II. A descentralização, assim como a participação, compõe as inovações introduzidas na gestão da política pública a partir do processo da redemocratização do Estado brasileiro¹⁸. Que tem como finalidade, além da repartição das decisões, funções, competências e recursos, tornar mais efetiva a ação das políticas públicas com vistas às demandas e necessidades da realidade da população local. Isso implica, portanto, que o objetivo deste princípio é o de formular e implementar ações mais próximas da realidade em que vive a população idosa, para que esta frui plenamente os direitos previstos na lei.

Arretche (2000), afirma que a descentralização das políticas públicas sociais no Brasil é um processo que se desenvolve sob os aspectos das expressivas desigualdades estruturais de natureza econômica, social e política e da capacidade administrativa dos governos locais.

¹⁸Ver artigos 29 e 30 da Constituição Federal de 1988.

No artigo 3º, inciso I da PNI e artigo 3º, Título I das Disposições Preliminares do Estatuto do Idoso, chama a atenção, a definição de que a família e a sociedade são corresponsáveis no dever de assegurar os direitos de cidadania da pessoa idosa.

No cerne desta orientação está a ideia de repartição da responsabilidade do Estado pelo cuidado, atenção e garantia dos direitos do segmento populacional de idosos com a família e a sociedade. Contudo, no atual padrão do papel da sociedade, da família e do Estado é permeado de contradições e paradoxos.

Por ser a realidade constituída a partir do conflito entre as ideias neoliberais - como a diminuição do Estado e maior responsabilização da sociedade por meio da ideia de solidariedade e responsabilidade social no que concerne ao atendimento às diferentes necessidades dos grupos mais vulneráveis - e a universalização efetiva dos direitos de cidadania, o que a corresponsabilidade pode se contrapor conforme as tendências.

“universalistas da política; promover pulverizações das ações, superposição de programas, projeto setorializados, fragmentados e limitados à resolução de problemas específicos, locais, movidos por sentimentos humanitários de solidariedade e voluntariado, que dificultam a identificação do problema de um ponto de vista global e estrutural, e de responsabilidade pública”. (TEIXEIRA, 2008, p. 289).

Com base nessas discussões acerca dos paradigmas destacados, pode-se aferir que estes devem contribuir para a garantia dos direitos fundamentais da população idosa, prescritos no Estatuto do Idoso como: direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, ao alimento, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e ao trabalho, à previdência social, à assistência social, habitação e ao transporte. Essa garantia dos direitos fundamentais subscreve-se na promoção e defesa deles.

2.3.4- Um olhar sobre a velhice na Amazônia Legal.

A Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km², dos quais aproximadamente 3.800.000 km² estão no Brasil.

Já a Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2º da lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 60% do território nacional, (20 milhões de habitantes) e 44% do território sul- americano.

Distribuído por 775 municípios, onde viviam em 2000, segundo o Censo Demográfico, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional), sendo que 68,9% desse contingente em zona urbana.

A região **Norte**, apesar do contínuo envelhecimento observado nas duas últimas décadas, ainda apresenta uma estrutura bastante jovem, devido aos altos níveis de fecundidade no passado. Nessa região, a população de crianças menores de 5 anos, que era de 14,3% em 1991, caiu para 12,7% em 2000, chegando a 9,8% em 2010.

Em um contexto de desigualdades regionais e sociais, os velhos não encontram assistência adequada das políticas públicas de Seguridade Social, o que fortalece o descaso, desenvolvendo incapacidades daqueles e vem a incidir no aumento da perda da autonomia e qualidade de vida deste segmento.

A população brasileira vem envelhecendo de forma acelerada desde o início da década de 60, quando a queda das taxas de fecundidade começou a alterar sua estrutura etária, estreitando progressivamente a base da pirâmide populacional.

O próprio processo de envelhecimento se dá num momento de desordem econômica em que a população se encontra em situação de vulnerabilidade social, à mercê dos programas sociais, dos quais muitas vezes são apresentados com posturas de apoios pontuais e compensatórios à realidade imposta pelos governantes.

Nesse sentido percebe-se que a Região Amazônica no que se refere às políticas para os velhos, revela um cenário que necessita da efetivação das políticas públicas para o segmento em questão.

Com as projeções indicativas que em 2020 o Brasil já será o sexto país do mundo em número de velhos, com um contingente superior a 30 milhões de pessoas Carvalho e Garcia, (2003). “Os velhos brasileiros, cotidianamente, vivem angústias com a desvalorização das aposentadorias e pensões, medos e depressão, a falta de assistência e de atividades de lazer”.

O desrespeito aos cidadãos dessa faixa etária soma-se a precariedade de investimentos públicos para atendimento às necessidades especiais dos velhos, à falta de instalações adequadas, a carência de programas específicos e de recursos humanos.

Segundo Benaion Noval (2006), é importante que se compreenda antecipadamente, o significado e a estrutura do setor exportador para a economia de um país rico e para a economia de um país pobre. Nesse confronto de determinadas políticas em um país, enquanto no primeiro apresenta vantagens em vários aspectos, outras sofrem fracassos relativos.

Frente à realidade, urge a precisão de um despertar da sociedade para a real necessidade de voltar à atenção para esta população de grande relevância na sociedade e, que conforme as expectativas tende a ascender no decorrer dos anos.

Nesse sentido, reconhecer a relevância do velho, requer melhor identificá-lo e integrá-lo no contexto da cidadania e da efetivação de políticas públicas capazes de atender as reais necessidades da população.

Com o projeto liberal para a educação brasileira, a revolução de outubro de 1930, que depois do governo de Washington Luiz, foi um movimento que refletia a crise do desenvolvimento brasileiro nos anos da década de 1920, a partir da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. Essa revolução conservadora tinha como meta maior a implantação definitiva do capitalismo no Brasil.

O modelo de industrialização contribuiu para o desempenho do sistema educacional brasileiro. Houve mudanças substanciais na estrutura do sistema educacional do país, decisivas em alguns Estados, por meio das reformas conduzidas por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira¹⁹ e outros.

Por meio da disponibilidade induzida de tecnologia importada tornou secundária a necessidade de uma educação voltada, além da formação da cidadania, para a capacitação tecnológica.

Assim, o governo ditatorial de Getúlio Vargas caracterizou-se como um período em que o desenvolvimento econômico foi favorecido pela forte intervenção do governo, nitidamente antidemocrática, mas guardando relativa preocupação com o bem estar social e com a questão nacional.

Desse modo, a antiga intervenção estatal cedeu espaço à estrutura governamental de caráter liberal na qual foi restaurado o princípio da “livre iniciativa” e da “igualdade de oportunidade para nacionais e estrangeiros” (IANNI. 1971 p. 82).

No plano educacional, a separação econômica aumentou a distância que separava a educação do desenvolvimento. O que provocou o aumento da pressão da demanda social por educação. Foi esse crescimento que pressionou para que se

¹⁹ **Anísio Spínola Teixeira** (Caetitê, 12 de julho de 1900 — Rio de Janeiro, 11 de março de 1971) foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da *Escola Nova*, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização. Reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro, exercendo vários cargos executivos. Foi um dos mais destacados signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*¹, em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, divulgado em 1932. Fundou a *Universidade do Distrito Federal*, em 1935, depois transformada em *Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*. (R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 207-242, jan./dez. 2001)

estabelecesse um processo de educação que permitisse a todos, teoricamente, acesso aos níveis mais altos de ensino.

Dessa forma, buscava-se romper com o sistema dual de educação vigente anteriormente, que fazia para os pobres uma educação que não permitia o acesso ao ensino superior “nem possibilitava a mobilidade para o sistema educacional das elites” Romanelli (1997 p. 67-68). Contudo, a mobilidade social dos setores arcaicos para o moderno pouco alterou as condições em que se encontrava o ensino.

Segundo Romanelli (1997, p. 110), as mudanças na educação ocorridas naquele período “foram inconsistentes, insuficientes e inadequadas, já que visavam, sobretudo, a expansão das oportunidades educativas que existiam para as camadas privilegiadas”.

O projeto liberal para o ensino público assume várias formas em função de períodos e de contextos históricos nos quais pode ser implantado. No processo histórico brasileiro os ideais liberais de um sistema público de ensino foram reforçados por Anísio Teixeira (1900-1971). Assim, a relação trabalho e educação não constituía uma centralidade nos ideais liberais, mas o desenvolvimento industrial brasileiro dos anos 1930 reforçava a necessidade de se criar uma nova educação, uma formação mais aproximada ao mundo do trabalho.

A proposta de Anísio Teixeira inseriu-se no projeto intelectual da elite reformista e contemplavam as duas grandes dimensões da educação liberal. Primeira: considerava a educação como a expressão da transmissão da cultura e da tradição. Segunda: via a educação como espaço para a reconstrução da experiência social. Terceira: levaria a considerar a educação como a alavanca dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

Em consonância com os objetivos da indústria, o projeto de educação governamental inseria-se na proposta da Lei de Diretrizes e Bases. Lei esta que na sua versão mais atualizada ainda não “menciona” a educação para velhos. Ao longo dos 500 anos de existência o modelo de educação que tem sido oferecido ao conjunto da população brasileira tem se apresentado como mais um fator de exclusão social.

Segundo Romanelli (1997, p. 23). “A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais a evolução da distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, aliadas ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira.”

Na concepção da política nacional de Juscelino Kubistchek avaliava a educação como parte interligada ao desenvolvimento, considerava que a educação, a ciência e as

atividades produtivas andariam juntas, fazendo parte de um mesmo sistema e, somente em conjunto poderiam resolver seus problemas (CARDOSO, 1978).

O modelo educacional da época previa que o ensino deveria ser articulado com o desenvolvimento desde a escola primária. O papel da escola era o da formação de recursos humanos voltada para o conhecimento técnico.

No que tange o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, consolidou-se durante a sua participação no Movimento de Cultura Popular e no Serviço de Extensão Cultural, incorporava a ideia de que não devia dar ao estudante apenas o conhecimento do jogo das letras, mas também a possibilidade dele se conscientizar sobre a realidade da qual fazia parte.

A implantação do regime de 1964 significou a derrota das forças democráticas e colocou os destinos da educação sob o controle de grupos conservadores e antidemocráticos, pode-se afirmar que a estrutura de ensino predominante era derivada direta da forma como se estrutura o poder e, conseqüentemente, determinada pelos interesses dominantes (ROMANELLI, 1997).

Já no governo militar a política de recuperação econômica proposta por aquele regime acelerou o crescimento da demanda social por educação, agravada pela crise social. A visão do governo sobre o tema refletia a ideia liberal neoclássica presente no campo educacional que considerava a educação como fator de desenvolvimento, devendo ser encarada, portanto, como uma mercadoria. Essa forma de entender a educação sedimentará a política de privatização do ensino incentivada pelo regime militar. (NÓBREGA, 1995, cap. 3).

A missão da universidade era apenas da modernização conservadora “conforme os ideais do desenvolvimento pacífico” (apud Romanelli, 1997, p. 211). Enquanto que o objetivo real não declarado das reformas era a despolitização, a eliminação das lideranças políticas e da participação social em prol da decisão de poucos (ROMANELLI, 1997).

No contexto do envelhecimento, que o foco neste trabalho, o formato da política da educação hoje, abarca diferentes aspectos desse tema, que vai desde o processo de escolaridade deste segmento populacional até a formação de recursos humanos nas diversas áreas profissionais. Estes, porém, devem portar de aptidões para a oferta de produtos e serviços dentro de uma estrutura etária da população.

O incremento de pessoas envelhecidas demanda a realização e o fomento com vistas a estudos e pesquisas multi e interdisciplinar para uma melhor compreensão do processo de envelhecimento humano e populacional, assim como as condições

socioeconômicas, culturais e as demandas e necessidades desse grupo social, com o escopo de subsidiar o planejamento da política social nas suas diversas áreas de intervenção.

Além disso, a educação mostra-se uma categoria de produção de saberes humanos, valorização das culturas e de formação ética e crítica. Nesse sentido, pode-se inscrever a educação como instrumento imprescindível à promoção da dignidade, cidadania e a qualidade de vida dos velhos; ao enfrentamento de mitos e preconceitos associados à velhice.

Ainda sobre as políticas na área da educação vale ressaltar que o envelhecimento populacional demanda uma formação de recursos humanos preparados para lidar com os desafios e o crescente número de pessoas velhas. Assim como a geração de estudos e pesquisa sistematizados na área de Gerontologia- ciência que estuda o processo do envelhecimento.

CONAE, (2014, p. 79) Eixo VI 382. Valorização dos profissionais da educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho: “424- Implementar mecanismos para reconhecimento de saberes dos jovens, adultos e idosos trabalhadores/as a serem considerados nos currículos dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.”

É importante destacar, que a reflexão sobre a área da educação no contexto do envelhecimento, principia-se pelo problema das altas taxas de analfabetismo e da baixa escolaridade da população de 60 anos e acima.

No início dos anos de 1990, a Educação de Jovens e Adultos - EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial de adultos. Regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB desde 1996. É um dos segmentos da educação básica que recebe repasse de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Por meio do Ministério da Educação, o governo federal instituiu desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado - PBA, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, desenvolvido em todo o Território Nacional, voltado prioritariamente para 1928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%.

No Eixo IV “Qualidade da educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem” (CONAE, 2014) referencia:

254. Como prática social, a educação tem como *locus* privilegiado, mas não exclusivo, as instituições educativas, espaços de garantia de direitos. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas da sociedade, como parâmetro para o desenvolvimento das atividades educacionais. Como direito social, avulta, de um lado, a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos/as e, de outro, a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e garantia da permanência bem-sucedida para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, em todas as etapas e modalidades, bem como a regulação da educação privada. Este direito se realiza no contexto desafiador de superação das desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade.

Nesse sentido é que se procurou enfocar a política social da educação tendo essa relevância na questão do envelhecimento humano e populacional, que também tem caráter reservado neste trabalho, por se tratar da Universidade da Maturidade que é um programa de extensão de cunho amplamente educacional.

No que diz respeito à valorização do velho na Região Amazônica, vale lembrar a ousadia da Profa. Dra. Heliana Baía Evelin Soria em levantar a bandeira do envelhecimento na região e propagar por meio de projetos, grupos de estudo, eventos acadêmicos. Também da Universidade da Terceira Idade - UNITERCI desenvolve trabalho reconhecido na academia, pela sociedade e reconhecedor dos direitos do velho.

O SENECTUS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia, vinculado ao Programa UNITERCI - Universidade da Terceira Idade e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS - UFPA ações de extensão, ensino e pesquisa desenvolvidas não apenas no âmbito da Universidade Federal do Pará como por outras instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Tocantins e Universidade da Maturidade - UFT, Associação Brasileira de Alzheimer – Seção - PA, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - Seção - PA, Conselho Regional de Serviço Social - 1ª Região e órgãos de Política Social e com os Programas de Residência Multiprofissional Saúde do Idoso da Universidade do Estado do Pará e do Hospital Universitário João de Barros Barreto - HUUJBB/UFPA.

Possui acervo de monografias, dissertações e teses disponíveis aos interessados. Realiza anualmente desde o ano de 2002, uma Jornada de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia. Publicou a coletânea *Velhice Cidadã*, com autores de várias áreas do conhecimento, organizado pela professora Heliana Baía, editado pela EDUFPA em 2008, com apoio do Ministério da Educação.

As jornadas têm resultado em anais, amplamente divulgados no Brasil e mais restritamente no exterior. Projetam a formação de rede de pesquisa na Amazônia Brasileira e Pan Amazônica. Publica também anualmente em média 20 artigos em eventos locais, nacionais e internacionais.

Abriga 20 pesquisadores (10 doutores, quatro mestres e seis especialistas) e oito acadêmicos de graduação e Pós Graduação *stricto sensu*. Tem um projeto amplo de pesquisa com o título, “Ações Investigativas, Produção, Sistematização, e Intercâmbio na área do Envelhecimento Humano na Amazônia”. Este projeto congrega o maior número de planos de estudos e pesquisa. O Grupo tem como uma das metas criar em médio prazo um programa de Pós-Graduação no formato profissionalizante.

Assim, como exemplo de conquista de espaço de valorização e politização do velho na Região Amazônica percebe-se as ações elucidadas pelo projeto UNITERCI, Grupo de Pesquisa SENECTUS – Universidade Federal do Pará - UFPA, a Pós-Graduação em Gerontologia: “a inserção do velho no mundo contemporâneo” – UFT e o Programa Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins que é objeto deste estudo fundamentado no capítulo 3.

2.3.5 - Política Pública Social no Tocantins: projetos e programas sociais em Serviço Social.

O mundo e o Brasil estão diante de um grande descompasso entre o número de velhos e o de contribuintes, ou seja, parece ter menos pessoas contribuindo e muito mais com direito a usufruir de benefícios.

No Estado do Tocantins, alguns projetos e programas sociais voltados para o idoso são considerados relevantes, a exemplo:

Inclusão Digital para Idosos realizado pelo CRAS/Palmas.

De acordo com Theodoro (2012, p. 01) a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, realizou no dia 02 de outubro de 2012, a cerimônia de entrega de certificados da 7ª turma do Curso de Inclusão Digital aos idosos do Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Os participantes tiveram 54 horas de aulas, com introdução à informática, noções

de digitação, segurança da informação, internet, além de palestras com temas transversais.

Grupo Ativa- Trabalho Social com Idosos/SESC

De acordo com o SESC Tocantins o Trabalho Social com Idosos - TSI já é realizado há mais de dez anos, e tem possibilitado aos envolvidos a colaboração no resgate do valor social do idoso, enquanto cidadão, por meio do incentivo à socialização, promoção da reconstrução de sua imagem e autoestima.

Mais de 800 pessoas com a faixa etária acima de 55 anos de idade tem cadastro no Grupo Vida Ativa, projeto de Assistência do SESC, que oferece oficinas, palestras, passeios, viagens, bailes, atividades físicas e eventos para festejar datas comemorativas.

Em reconhecimento pelo trabalho social com idosos que, há mais de quatro décadas, desenvolve de forma pioneira a favor da intergeracionalidade [sic], inclusão e valorização da pessoa idosa, o SESC recebeu durante a comemoração pelos seus 10 anos um certificado do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, em Brasília.

De acordo com a coordenadora de Assistência do SESC Tocantins, Helena Cristina da Silva, o projeto possibilita aos envolvidos a colaboração no resgate do valor social do idoso enquanto cidadão, por meio do incentivo à socialização, promoção da reconstrução de sua imagem e autoestima. “Nós priorizamos as atividades que envolvam a participação de outras pessoas, não só idosos, para que haja inclusão social e melhor qualidade de vida”. O trabalho social com idosos atua nas cidades de Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Araguaína e Gurupi.

Programa Tocantins Sorrindo Melhor

De acordo a Secretária de Estado da Saúde (2008, p. 21) o foco deste programa está na promoção de saúde bucal em idosos e busca garantir o bem-estar, a melhoria da qualidade de vida e da autoestima, melhorando a mastigação, estética e possibilidade de comunicação.

O envolvimento familiar ou de cuidadores e a interação multidisciplinar com a equipe de saúde fazem parte do processo de atenção em saúde bucal do idoso. Usuários

com doenças sistêmicas: deve ser solicitado ao médico parecer sobre as condições para realização do tratamento odontológico.

Na área da educação, para que se possa ter à vista a tão almejada cidadania dos anciãos de cabelos brancos e cumprido o disposto no Estatuto, mister se faz insurgir de cada cidadão a consciência da relevância da valorização e respeito a população de velhos, não só no Tocantins, mas em todo o mundo. Concorde Osório (2006) quando fala da sensibilização do Ser Humano acima de 45 anos para um envelhecimento digno e ativo.

Daí a incessante e obstinada luta imbuída na missão do Programa Universidade da Maturidade, na perspectiva de difundir o conhecimento a respeito do processo de envelhecimento e do envelhecer, assim como fazer valer os direitos prescritos no Estatuto do Idoso. Dessa maneira, revelar as estratégias de como melhorar a situação que incide ao velho no país, na percepção de que os direitos e deveres da população acima de 60 anos são ainda limitados.

No Brasil, diversos programas e projetos voltados aos velhos são atuantes e se cumprem por meio de metodologias e ações de voluntários, entidades governamentais ou não e, pessoas da sociedade em geral e na universidade como campo de produção de saberes. Nesta, as gerações se encontram e o tempo de cada uma delas pode ser respeitado, produzido pelo conhecimento poderá assegurar os direitos de cada geração.

2.3.6 - Políticas e Programas Sociais para Idosos em Araguaína

No Estado do Tocantins, a situação não difere muito do resto do país. Araguaína, a segunda maior cidade do Estado do Tocantins está localizada no norte do Estado e tem na pecuária de corte sua principal atividade econômica. Com apenas 55 anos de emancipação, conta com 150. 484 mil habitantes. (IBGE, 2010) Embora seja uma das cidades mais desenvolvidas da região e do Estado, ainda necessita de uma organização social mais definida e harmoniosa.

Em Araguaína, vários programas sociais voltados para os velhos são considerados necessários e importantes. Dentre eles destaca-se:

Casa do Idoso Sagrado do Coração de Jesus.

É uma Entidade Filantrópica, inaugurada em 1987, abriga atualmente 35 idosos e é mantida em sua maior parte, por doações. A Casa do Idoso, conta com um quadro de 27

colaboradores, sendo que destes, 19 são remunerados, alguns disponibilizados pela Prefeitura de Araguaína e Governo do Estado.

A entidade sem fins lucrativos está localizada na Rua Humberto de Campos no Bairro São João, em frente ao prédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, antiga UFT. Permanece diariamente de portas abertas para receber doações materiais como alimentos, roupas, calçados, como a visita aos idosos, que segundo a coordenação, necessitam acima de tudo de atenção e carinho, já que alguns nem mesmo tem famílias que os visitem, como é o caso de dona TRC, 73 anos, que não tem filhos nem parentes próximos vivos, e mora há cinco anos na Casa: “Aqui é muito bom de morar, é minha casa, eu morava sozinha de aluguel e a melhor coisa que fiz foi mudar pra cá, porque agora tenho um monte de amigos, eles são minha família”.

Centro de Convivência do Idoso de Araguaína.

A Prefeitura Municipal de Araguaína por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação informou dados importantes sobre as atividades do Centro de Convivência do Idoso, na sede da instituição localizada no Setor Couto Magalhães. O Centro atende cerca de 800 idosos do bairro e de setores circunvizinhos oferecendo oficinas de artesanato, lazer e fisioterapia, além de um profissional de educação física para realizar atividades com os frequentadores do local. (Ascpom, Prefeitura de Araguaína).

Cartão do Idoso – Secretária do Trabalho e da Assistência Social- SETAS

Conforme Cavalcante (2011, p. 01) o Cartão do Idoso é um direito estabelecido pela Lei nº 2.001/08 e garante a gratuidade no transporte intermunicipal para idosos com idade a partir de 60 anos. Até o momento, 18.121 idosos de 131 municípios do Estado já foram beneficiados com o cartão.

Os idosos interessados em solicitar o benefício devem procurar as secretarias municipais de assistência social ou os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social dos municípios.

As empresas de transporte devem reservar duas vagas gratuitas por veículos com mais de 20 lugares e uma vaga em veículos de até 20 lugares para os idosos. Se essas vagas já estiverem preenchidas, as empresas são obrigadas a conceder 50% de desconto

aos portadores do Cartão do Idoso que desejam viajar. Caso a lei não seja cumprida, os idosos devem denunciar a situação à ATR – Agência Tocantinense de Regulação e Fiscalização, pelo telefone 0800 646 23 43.

Quanto ao Lazer e Turismo para os velhos, o SESC promove o lazer em suas unidades em todo o país, incluindo o estado do Tocantins e a cidade de Araguaína.

Desde sua fundação, o SESC incentiva práticas que democratizam o acesso ao lazer. Sejam nas unidades espalhadas em cidades do litoral, do interior ou em espaços comunitários, diferentes idades e classes sociais, com o objetivo de se divertir, praticar esportes, assistir espetáculos e manter em equilíbrio a saúde física e mental.

O Turismo Social no SESC (2013) favorece: Novas oportunidades de lazer com baixo custo, especialmente em transporte e hospedagens, integração interpessoal, enriquecimento cultural, educacional, histórico, assim como o desenvolvimento integral da saúde.

Ao contrário dos programas convencionais, as excursões do SESC vão além dos famosos pontos turísticos e promove diferentes visões do Brasil, relacionadas especialmente com a cultura e história de cada região. Nos roteiros: praias, estâncias ecológicas, grandes cidades, cidades históricas e festas populares.

Segundo o portal do SESC (2013, p. 01), configura-se no atual cenário sócio econômico do país como uma entidade de prestação de serviços, de caráter sócio educativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem estar social, dentro das chamadas áreas de Saúde, Esporte, Cultura, Educação, Lazer e Turismo, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sua clientela e lhe facilitar os meios para seu aprimoramento cultural e profissional.

O Centro Educacional SESC desenvolve atividades nas áreas educação e odontologia. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio de bens, serviços e turismo, prioritariamente de baixa renda, por meio de serviços subsidiados e de excelência.

No Tocantins o velho pode participar do Turismo Social que oferece uma programação especial para vários destinos dentro e fora do Brasil. O programa de turismo tem compromisso com a cidadania, a qualidade de vida e com a democratização do acesso aos serviços turísticos, oferecendo bons serviços, aliado a uma programação que conjuga: lazer, integração, cultura, educação ambiental e saúde.

Informações sobre descontos e pacotes encontram-se nos telefones (63) 3212-9914/9928/9908 ou pelo e-mail, turismosocial@sescto.com.br ou www.sescto.com.br.

Os programas de Lazer e Turismo pelo SESC em Araguaína - TO são:

O projeto SESC Ler

Consiste em uma proposta de inclusão educacional na prática. Os centros socioeducativos são voltados à alfabetização e escolarização básica de jovens, adultos e idosos. O projeto incentiva a criatividade e o raciocínio lógico e desenvolve a consciência crítica do aluno sobre a sua própria realidade. O trabalho educacional desenvolvido é integrado a inúmeras ações comunitárias, culturais, de lazer, de saúde e de educação ambiental.

Centro de Esporte e Lazer SESC - CEL

Diante do compromisso de oferecer qualidade de vida, o Centro de Esporte e Lazer (CEL) de Araguaína, desenvolve um atendimento geral e também peculiar aos idosos, atendendo com qualidade desde 2004. Oferece aos comerciários, seus dependentes e toda a sociedade araguanense, oportunidades para que as pessoas possam sair da vida sedentária para uma vida ativa.

No CEL são oferecidas atividades nas áreas de cultura, esporte e lazer. O SESC projeta construir um novo prédio para abrigar o Centro Educacional e o Centro de Esportes e Lazer – CEL.

O Presidente do Sistema Fecomércio SESC SENAC, Hugo de Carvalho, explica que uma das novidades é o aumento do número de salas de aula e uma academia. “Com a nova sede poderá atender mais clientes, em especial o público alvo, os comerciários”,

Atualmente, o SESC em Araguaína atende cerca de 1600 pessoas. Além da academia, a nova unidade terá também diversos espaços diferentes, o que vai atrair um público diversificado.

A nova estrutura está sendo construída no Jardim América, local de fácil acesso na cidade. “Sem falar que esse prédio trará à comunidade de Araguaína uma opção a mais de lazer, que será o clube durante os finais de semana”, complementa o presidente. “Educação, esporte, lazer e qualidade de vida é o que oferecemos por meio do SESC.

“Com esse novo prédio, acreditamos que toda a comunidade de Araguaína - TO, de crianças a idosos, serão beneficiados”, afirma a supervisora da unidade de Araguaína, Elizângela Reis.

O projeto Mesa Brasil

É um programa de segurança alimentar e nutricional sustentável que redistribui alimentos excedentes próprios para o consumo ou sem valor comercial, direcionado a prestação de serviços às comunidades carentes e também aos idosos e tem como principal objetivo integrar empresas, instituições e voluntários, num esforço ímpar de diminuição das carências nutricionais e desperdício de alimentos.

SESC Comunidade

O projeto SESC Comunidade objetiva oferecer um espaço multiuso que possibilite mobilizar a comunidade. O intuito é que as iniciativas promovam o exercício da cidadania, da solidariedade, da inclusão e da interação social, independente da faixa etária.

Para melhormente conhecer a situação do velho na cidade de Araguaína, procurou-se a resposta às seguintes questões: Como é promovida a interação da população araguainense com a política do envelhecimento e, para realizar esta tarefa, três acadêmicos do Curso de Pós-Graduação em Gerontologia da Universidade Federal do Tocantins, orientados pela pesquisadora deste trabalho propuseram-se a conhecer a situação dos velhos junto às instituições sociais, aos clubes de serviço, às instituições religiosas e à Prefeitura da cidade.

Com visita a algumas das principais instituições da cidade, na tentativa de desvelar quais delas têm como objetivo no seu estatuto a existência de políticas para um envelhecimento saudável, ou se existem apenas ações isoladas.

Das instituições visitadas estão a Prefeitura Municipal de Araguaína; Clube Bem Viver; Lions Clube de Araguaína; Rotary Clube de Araguaína, Igreja Católica, Igreja Evangélica, Maçonaria, Hospital Dom Orione e Organização Espírita.

Nas instituições mencionadas apurou-se que os velhos são geralmente convidados a participações em eventos sociais como desfile de festas cívicas, para campanhas nacionais de vacina para idosos. Enquanto que a Prefeitura congrega o Conselho

Municipal de Idosos - CMI composto de pessoas indicadas pelo poder executivo e membros representantes de algumas instituições; mantém um espaço dedicado a atividades lúdicas por meio do Centro de Convivência onde são realizados bailes e outras atividades para a população de velhos do município.

O **Hospital Dom Orione** mantém uma unidade de acolhimento/alojamento denominada *Tra Noi* que se destina além de atender velhos, dar apoio aos acompanhantes de pessoas que estejam internadas e que são impossibilitadas economicamente de custear hotéis.

A **igreja católica** mantém um abrigo para velhos, os Batistas outrora mantiveram um ambulatório assistido por membros da igreja (dona Vanda), mas hoje não atendem mais essa população.

Os **clubes de serviço: Lions e Rotary** normalmente promovem eventos isolados para os velhos, mas não há uma política própria para o segmento.

O **Clube Bem Viver** – o Clube da melhor idade de Araguaína, merece destaque por integrar os velhos numa associação de âmbito estadual e nacional, a ABCMI - Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade.

Nesse aspecto, pode-se considerar que dentre as instituições mencionadas, o Clube Bem Viver, é um dos oásis no deserto social em que se insere a cidade, atrás apenas da Universidade da Maturidade, que é objeto deste estudo e tem recebido premiações pela visibilidade como maior Programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins - UFT, com foco na política da educação para adultos e velhos em Araguaína, no Estado do Tocantins com repercussão nacional.

O Clube Bem Viver conta no seu cadastro quase 100 sócios, mas como acontecem na maioria das instituições do gênero, os que frequentam as reuniões semanais e participam das atividades do clube, giram apenas entre 15 a 20.

Segundo informações colhidas no espaço, o aumento de sócios do clube esbarra numa série de preconceitos, notadamente pela resistência de muitas pessoas temerem ser consideradas velhas.

As atividades do clube, sempre voltadas para a procura do bem estar dos seus sócios e da população em geral, se dividem em Atividades Formativas, Lazer, Turismo e Integração entre os sócios de outros clubes por meio de encontros regionais, nacionais e internacionais.

Geralmente as atividades formativas são executadas por meio de palestras proferidas por profissionais com temas que possam interessar e aumentar o conhecimento

dos velhos nos seus problemas específicos como: Para os homens, problemas de próstata. Para as mulheres, orientação ginecológicas, reumatismo, osteoporose, cuidados com a pele e outros. Para velhos de ambos os sexos, caminhadas, hidroginástica, academia de ginástica.

Também como atividades formativas os *fóruns*, são convidadas personalidades de renome nacional, realizações de encontros regionais como o de Palmas e o de Araguaína. Encontros e congressos nacionais, como o Congresso Nacional de Bonito no Estado do Mato Grosso do Sul, Fortaleza no Ceará, Cuiabá no Mato Grosso.

Os membros do clube têm participado também de encontros internacionais, como o *Encuentro Internacional de la Feliz Edad* em Camboriú, no Estado de Santa Catarina reunindo vários países do Mercosul e o *Abuelazo* em Carlos Paz, na Argentina, com a participação de seis países americanos, naquele o clube foi representado por cinco membros em 2011.

Para suprir a necessidade de lazer são organizados frequentes bailes e jantares dançantes abertos a todos, e os cardápios, cantores e respectivos repertórios são escolhidos cuidadosamente de acordo com o gosto dos velhos. Estes bailes têm sido um diferencial de qualidade entre os demais da cidade. Em geral, a maioria são mulheres viúvas ou divorciadas e, para não ficarem sem pares para a dança, são contratados em cada baile um grupo de dançarinos profissionais.

O Turismo é muito explorado entre os velhos, especialmente na baixa temporada. Ônibus são fretados e muitos destinos nacionais já foram conhecidos pelos sócios do Clube Bem Viver nos estados do Nordeste como Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe; nas grandes atrações das cidades praianas da Bahia e do Espírito Santo ou destinos especiais como Nova Jerusalém, Caruaru, Caldas Novas, Aparecida em São Paulo e Aracruz no Estado do Espírito Santo. Nestas viagens de ônibus fretados, colegas com habilidades para organização e recreação, organizam jogos, dinâmicas, sorteios e outras brincadeiras para entreter os viajantes, promover a descontração deles e tornar a viagem mais agradável.

Pelo que se apurou nesta pesquisa, a atenção ao velho em Araguaína não difere das demais cidades do país e, em alguns aspectos apresentam mais carência em referência à atenção àquele. Poucas instituições têm, no seu Estatuto, compromisso com o bem estar do velho. Dentre as instituições pesquisadas no município, notou-se que somente o Clube Bem Viver tem suas atividades totalmente voltadas para a causa do velho ou, é a razão da sua existência.

A Prefeitura de Araguaína, mantém por meio da Secretaria de Promoção Social um asilo denominado “Cantinho do Vovô”; um centro de convivência que promove bailes e outras atividades referentes ao segmento dos velhos; um conselho do idoso composto de funcionários da Prefeitura indicados pelo chefe do poder executivo, e representantes da sociedade civil, previstos no Estatuto.

Entretanto não há uma integração entre as instituições da cidade. Araguaína ainda necessita de uma formação social mais comprometida com a população de velhos. Percebeu-se, portanto, que embora os programas sejam de apoio aos direitos ao velho, não está vinculado a uma política da administração pública.

O fato é que não houve surpresa, haja vista ver como tradição do povo brasileiro resolver questões pontuais. Sem planejamento. Muitas vezes iniciadas por sentimento basicamente pessoal.

Por fim, conta-se com o programa social desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins, que promove a participação do velho na universidade, se insere na educação gerontológico para adultos e velhos por meio do Programa de Extensão Universidade da Maturidade - UMA, que apresenta maior visibilidade de ações desenvolvidas aos velhos no estado do Tocantins, Araguaína, na Região Amazônica e tem conquistado espaços de visibilidade e reconhecimento no país.

CAPÍTULO 3

3. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Diante de um olhar ainda tímido da sociedade a respeito do envelhecimento, muitos velhos têm se tornado sujeitos apáticos, sem perspectiva de vida e prazer de viver. Contudo, com o despertar “visionário” de alguns profissionais de diferentes áreas do conhecimento para a relevância do envelhecer com qualidade de vida das pessoas acima da média amparada pela política de Educação vigente no Brasil, houve uma grande mudança na sociedade a respeito da atenção ao velho, que até há pouco tempo, tinha pequena participação política na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB-96 define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Prevê a escolarização inclusive a quem não teve acesso na idade própria. Seção V- Da Educação de Jovens e Adultos- Art. 37. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Contudo, a atual LDB (Lei 9.394/96) sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato Souza em 20 de dezembro de 1996, tem sua base no princípio do direito universal à educação para todos.

Dentre as diversas mudanças em relação às leis anteriores, a primeira LDB nº 4.024/61, publicada em 20 de dezembro de 1961, pelo presidente João Goulart e a Lei 5.692/71, a LDB/96 destaca a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

A LDB/61, vinte e sete (27) anos após ser prevista pela Constituição de 1934, foi encaminhada pelo Executivo ao Legislativo em 1948, o primeiro Projeto de Lei- treze (13) anos de debate até o texto final.

Vale ressaltar que até o ano de 1931, com a criação do Ministério da Educação e Cultura-MEC, a educação era assunto do Ministério da Justiça no Departamento Nacional de Ensino. O que já se considerava avanço, haja vista que as Constituições de 1813 e 1891 não mencionavam nenhuma vez a palavra educação.

Já a constituição de 1934, dedicara um capítulo inteiro à educação. CAPÍTULO II Da Educação e Cultura no (art. 5º), a União passava a ter a obrigação constitucional de "traçar as diretrizes da educação nacional" e (art. 150º). "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados" para "coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país" Parágrafo único - O Plano Nacional de Educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º nº XIV, e 39, nº 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá dentre algumas normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos.

A LDB/71, publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, para atender as demandas do ensino primário e médio obteve uma nova reforma instituída pela lei 5.692/71, que alterou a sua denominação para ensino de 1º e 2º graus. Desta forma, as disposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, relativas ao primário, médio e superior foram revogadas e substituídas pelo disposto nas duas novas leis sancionadas pelo Congresso.

Com a promulgação da Constituição de 1988, as LDBs anteriores foram consideradas obsoletas e só 08 anos depois, em 1996 o debate sobre a nova Lei a nº 9.394 foi concluída, sancionada e vigente até hoje no país.

Deste modo, com fundamento na própria Constituição Federal vigente no Brasil, torna-se clara a exigibilidade constitucional desse fundamental direito. Por fim, fica patente que a efetivação do direito à educação requer, acima de tudo, ação do Estado, sociedade e família na luta por uma educação plena.

Dentre as normatizações das Leis que balizam a política da educação no Brasil, evidencia que em nenhuma delas há registros que citam ou normatizam educação para velhos, ou com idade superior a 18 anos. Entretanto, como já citado anteriormente, a LDB/96 dita na Seção V- Da Educação de *Jovens e Adultos*- Art. 37.

O estado do Tocantins foi criado em 1988, a partir da divisão do Estado de Goiás, tem na sua demografia regional uma população de velhos acima de 60 anos correspondente a 8,7% da população abaixo da média nacional, corresponde a 10,8 %, segundo dados do IBGE (2010).

TABELA 3- TOCANTINS DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total	%
Mais de 100 anos	82	104	186	0,0
85 a 99 anos	3.376	3.505	6.881	0,6
60 a 84 anos	57.877	52.610	110.487	8,1
45 a 59 anos	90.500	85.235	175.735	12,8
Total	151.835	141.454	293.289	20,5
0 a 44 anos	550.489	538.567	1.089.056	79,5
Total	702.324	680.026	1.382.350	100

Fonte: IBGE - Sinopse do Censo 2010

Neste espaço buscou-se apresentar sucintamente a partir do conteúdo histórico das Universidades da Terceira Idade, os formatos e iniciativas que estas referendaram para a criação de novos projetos e programas similares.

Em seguida, contextualizou-se as propostas e ações formuladas pela Universidade da Maturidade, missão e valores postulados para a transmissão de conhecimento a respeito do envelhecimento humano, com caráter histórico educativo para a mudança de comportamento e aquisição de novos saberes, com interface na intergeracionalidade.

Mapeou-se as especificidades dos polos do interior da UMA/UFT, a fim de identificar as configurações reais de cada um, assim como o relato da experiência de Serviço Social no Polo de Araguaína, frente ao desenvolvimento do Programa e expansão do conhecimento do processo de envelhecimento na instituição e na sociedade em geral.

Por fim, a representatividade das limitações e avanços por meio das narrativas de acadêmicos da UMA/UFT/Araguaína.

No Tocantins, a UMA surge da sensibilidade humana da Profa. Dra. Neila Barbosa Osório, que em 2006, pensou o projeto como espaço de inclusão de adultos e velhos nas Instituições de Ensino Superior, especificamente na Universidade Federal do Tocantins - UFT. A dinâmica e aceitação do projeto transformaram-no, no maior Programa de extensão dentro da Universidade, ascendeu e alcançou a sociedade de forma geral. Osório (2006) coloca a UMA como referência no Brasil e na Europa, por dar vez e voz aos velhos, com autonomia e respeito perante a sociedade.

Uma das finalidades da Universidade da Maturidade – UMA é trabalhar ações que envolvam todas as gerações. Assim, o adulto e o velho podem repassar/ensinar as suas experiências às crianças e jovens que participarem dessa dinâmica de conhecimentos sobre o envelhecer terão mais chances de, no futuro, serem cidadãos capacitados para gozar da velhice com autonomia e dignidade, haja vista ser o conhecimento uma das portas que realça e floresce a vida.

3.1. Breve Histórico das Universidades da Terceira Idade

No Brasil, o trabalho educacional pioneiro com adultos maduros foi iniciado sob influência francesa pelo Serviço Social do Comércio – SESC que na década de 1960, fundou os primeiros Grupos de Convivência e, na década de 1970, as primeiras Escolas Abertas para a Terceira Idade, as quais ofereciam informações sobre o envelhecimento, programas de preparação para a aposentadoria, atualização cultural, atividades físicas e momentos de lazer.

Sabe-se que até recentemente, os principais nomes da Gerontologia saíam do SESC, que incentivava a formação de seus profissionais fora do país, ou por meio de cursos promovidos no Brasil com *experts* estrangeiros.

Assim, em 1980, ocorreram as primeiras ações na universidade no âmbito da extensão universitária na área gerontológica. Dentre elas, como decorrência da intensificação do crescimento demográfico mundial, destaca-se a criação, em 1982, do Núcleo de Estudos da Terceira Idade, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Esta se fundamentava na realização de estudos e na divulgação de conhecimentos técnicos e científicos sobre o envelhecimento, além de auxiliar na formação de recursos humanos e promover o cidadão velho em todos os níveis. (CACHIONI, 1998).

Nos anos 1990, o surgimento de alguns cursos em instituições universitárias demonstra não só o crescente interesse pela velhice e pelo fenômeno do envelhecimento, mas uma significativa passagem do “controle” da formação de *experts* da área “prática” do SESC para a área mais “acadêmica”.

A ideia de realizar estudos sobre o envelhecimento nas universidades foi apresentada pelas professoras Neusa Mendes Guedes e Lucia Hisako Takas e Gonçalves. A partir de então a UFSC vem confirmando seu interesse em participar efetivamente do esforço nacional em prol do envelhecimento sadio: pela produção de conhecimentos da gerontologia, pela valorização do potencial dos velhos socialmente produtivos, pela

promoção dos que adquirem e transmitem conhecimento à sociedade.

Por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI, a UFSC desencadeia um processo educacional em que o velho protagoniza seu próprio envelhecer.

Já no ano de 1990 foi criada a Universidade da Terceira Idade, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP, sendo esta a primeira a ser divulgada na mídia nacionalmente. A partir desse momento despontou uma iniciativa de expansão dos programas destinados aos velhos no interior das universidades brasileiras, com destaque para o Estado de São Paulo.

Na Região Amazônica O Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Universidade da Terceira Idade (Uniterci) surgiu, como projeto idealizado pelo Professor de Engenharia da UFPA Luís Otávio Brito Ferreira no ano de 1991, sendo aprovado em 07 de maio de 1992 pelo Conselho Superior de ensino e Pesquisa, amparado pela Resolução nº 022 – CEX, para ser coordenado pela Faculdade de Serviço Social. O programa é desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e, atualmente, é coordenado pela socióloga, mestre em Serviço Social Maria Leonice da Silva Alencar. A UNITERCI possibilita a atualização cultural de idosos e, o contato com o ambiente universitário e pessoas da mesma faixa etária e de outras gerações.

Vinculado à UNITERCI e o PPGSS foi criado, por um grupo de pesquisadores, técnicos e estudantes, o SENECTUS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia no ano de 2002, credenciado pelo CNPQ e liderado desde então pela Professora Heliana Baia Evelin Soria, doutora em Serviço Social.

A partir do ano de fundação do SENECTUS foram criadas as JEPEHAS – Jornadas de Estudos e Pesquisas sobre envelhecimento na Amazônia, que a partir da 10ª edição deixou de ser um evento local e passou a ser regional em parceria com a UMA-UFT.

No Estado do Tocantins, a Universidade da Maturidade – UMA da Universidade Federal do Tocantins objeto deste estudo.

3.2. Contexto Histórico da Universidade da Maturidade – UMA

A Universidade da Maturidade – UMA, foi criada em fevereiro de 2006, idealizada pela Professora Doutora Neila Barbosa Osório, que desde então atua como Coordenadora Geral. Iniciou-se como Projeto de extensão e atualmente se configura no

Programa de Extensão de maior visibilidade na Universidade Federal do Tocantins, com ações estendidas também ao ensino e à pesquisa. Está vinculado ao Curso de Pedagogia de Palmas e tem sede na capital.

O curso tem duração de 18 (dezoito) meses e está dividido em três módulos, com carga horária de 360 horas. Ao término do curso os acadêmicos recebem um título de Educador Político Social do Envelhecimento Humano.

Um dos grandes desafios da UMA é o de contribuir para a inclusão social dos cidadãos de 45 anos acima. Provocar nos seus participantes, a capacidade de olhar para os eventos associados ao processo de envelhecimento que perpassam da vida adulta à velhice e poder redesenhar o mapa da vida, de forma que novas experiências possam ser vividas e coletivamente encontrar formas cada vez mais satisfatórias de acentuar os ganhos que o avanço da idade traz.

Importante ressaltar que do ponto de vista intergeracional, a UMA investe culturalmente em destravar as grades de idades que tendem a separar as gerações. De acordo Debert (1999, p. 49) “Enquanto as gerações são geradas na família, as idades são institucionalizadas política e juridicamente”.

Contudo, para escrever sobre a UMA é necessário lembrar a criação do curso de extensão cultural dentro das IES²⁰, com o mérito de pioneirismo à *Université Du Troisième Age* na França na década de 1970, na cidade de Toulouse por Pierre Vellas, professor de Direto Internacional da Universidade de Ciências Sociais.

As Universidades da Terceira Idade surgiram com o intuito de proporcionar ao velho melhor convívio social, ampliação das relações sociais, descobertas de novas habilidades, cuidados com a saúde, energia e interesse pela vida, bem como desconstruir a imagem negativa de velhice ainda expressiva na sociedade.

É percebido que no período em que o processo de envelhecimento demográfico se intensificou mundialmente as Universidades Brasileiras aderiram à criação de projetos e programas voltados para o velho, ressignificando o conceito de velhice e construindo uma inovadora cultura de valorização social. Desse pensamento comunga: (GOLDMAN, 2000 p. 17).

20- Instituições de Ensino Superior

Por sua importância, o tema velhice no Brasil não pode mais permanecer subterrâneo. Parece-nos ser a universidade brasileira, enquanto instituição privilegiada na socialização do conhecimento e polo irradiador de ensino, pesquisa e tecnologias, um dos agentes que pode se aliar no enfrentamento dessa problemática.

A Universidade da Maturidade está intrinsecamente voltada ao processo de ressocialização de adultos e velhos na UFT. Possui o primeiro imóvel exclusivamente destinado à atenção aos velhos dentro de uma Universidade pública brasileira. Está vinculada à Reitoria e ao Colegiado de Pedagogia que contém no seu desenho curricular a disciplina optativa de Gerontologia. É um espaço de convivência social de aquisição de novos conhecimentos voltados para o envelhecer sadio e digno, sobretudo na tomada de consciência, da importância de participação do velho na sociedade enquanto sujeito da sua história.

A intenção é que a Universidade da Maturidade consolide-se teórica e organizativamente com uma produção significativa, ancorada na teoria da educação continuada e com sólida presença nas universidades, tanto na pesquisa quanto no diálogo com outras áreas do conhecimento, com base ética, política e teórico-metodológica materializada no projeto piloto e nas ações propostas pela UMA.

Já do ponto de vista acadêmico e universitário, a UMA vem consolidar direitos à população de velhos, prescritos no Estatuto do Idoso, Capítulo V Art. 25º (2003 p. 15). “Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual”.

Segundo Almeida (1990) a valorização apenas do “novo” em detrimento do “velho” tornou-se uma atitude perversa porque ilustra que o passado não tem valia ao que o representa.

A França e os Estados Unidos foram os pioneiros na criação de projetos educacionais para velhos, incidindo com a intensificação do seu processo de envelhecimento populacional por considerar a educação, um elemento fundamental no envolvimento dos seres humanos e, em consonância com esse novo paradigma da educação continuada por meio de um processo compartilhado de mediação fundamental à vida do homem e de onde surge toda a cultura e civilização.

Emerge a UMA como um espaço de participação social e um *lócus* em busca da ressignificação da vida, na perspectiva de dirimir os efeitos do isolamento e da solidão, por meio da comunicação interpessoal relacionada às atividades oferecidas.

Em seu ensaio sobre a velhice, Simone de Beauvoir (1990) admite que “os velhos, na sociedade capitalista, são considerados inúteis porque improdutivos e, portanto, desprovidos de funções sociais”.

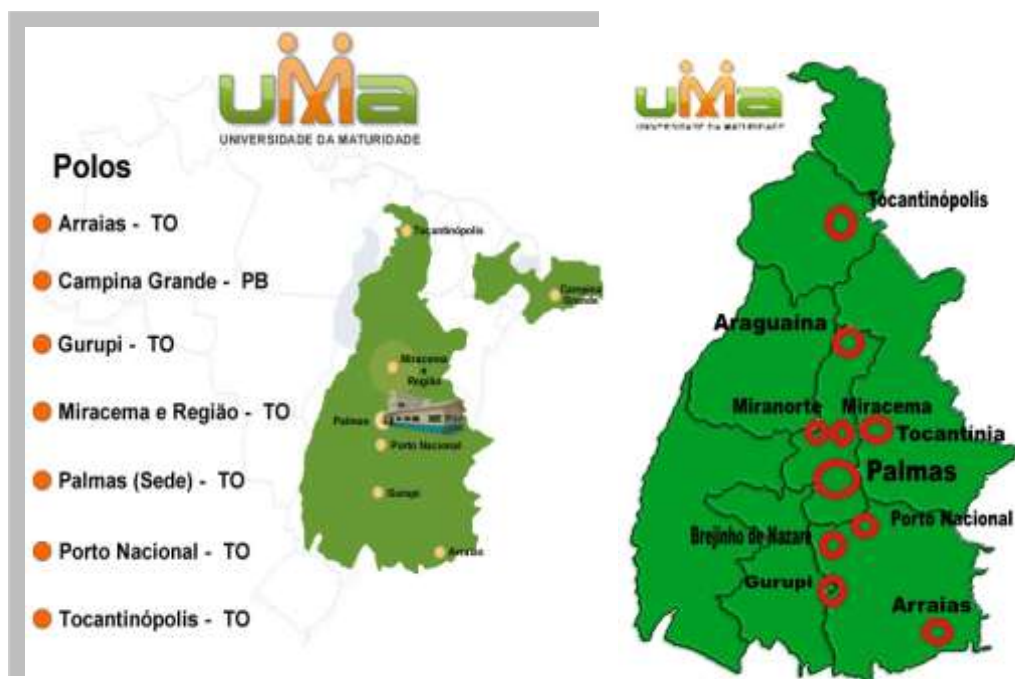
Por esses caminhos, acredita-se que o Estado, a Universidade e outras instâncias da sociedade civil podem conferir identidade por meio da constituição de funções, tarefas e representações em torno dos mais velhos, o que já vem ocorrendo nos últimos anos como resultado de movimentos liderados pelos próprios velhos que exigem o cumprimento de direitos legalmente previstos.

A UMA é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como assistentes sociais, psicólogos, médicos, pedagogos, educadores físicos e outros. Nos anos de existência, congregou seus conhecimentos com mais de mil acadêmicos.

Afere-se, portanto, que a educação para velhos tem sido substancialmente importante para a formação de uma sociedade mais justa, tanto para reivindicar, quanto para fruir direitos adquiridos e inerentes ao exercício da cidadania plena e eficaz.

A UMA é pioneira no Estado do Tocantins e tem sede própria no Campus da UFT em Palmas, TO. Funciona em 11 polos, sendo sete nos campus da UFT – Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional, Tocantinópolis. Três em outros municípios – Brejinho de Nazaré, Miranorte, Tocantínia e na Escola Calsidiva em Campina Grande no Estado da Paraíba. Foca na política de atendimento à vida adulta e ao envelhecimento humano.

FIGURA 3 - CONFIGURAÇÃO DOS POLOS DA UMA/UFT



Fonte: Monteiro, Dannylo 2013.

Na perspectiva de atender uma parcela da população de velhos do Estado do Tocantins e Região Amazônica, criou a Universidade da Maturidade - UMA da UFT que se configura no programa de Extensão voltado para pessoas com idade igual ou superior a 45 anos. A estes são ofertadas oportunidades para ampliar conhecimentos, socializar vivências e experiências individuais e coletivas, quanto ao nível de reflexão crítica do conhecimento sobre o processo de envelhecimento e o cotidiano.

Por estes vieses, a UMA surge como um espaço de construção de cidadania, no processo de educação continuada para pessoas acima de 45 anos, ou seja, na faixa etária que não se adapta a nenhum currículo da educação brasileira, em que a educação está especificamente direcionada aos segmentos, criança/adolescente e jovens.

O Programa Universidade da Maturidade conjuga atividades em três áreas de atuação da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, voltada para o cuidado do velho, possibilitando a criação de alternativas inovadoras com interações sinérgicas entre produção e conhecimento, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e prestação de serviços, em suma, é a valorização do velho como cidadão.

Vale lembrar que cada polo trabalha com um desenho curricular conforme a realidade local e competências profissionais disponíveis, mas todos abrem espaços para

que experiências inovadoras possam ser vividas individual e coletivamente pelos seus participantes.

Com a visibilidade conquistada pelo conhecimento a respeito do envelhecimento e do envelhecer ativo, fecha-se espaço para as situações de abandono e dependência, clarificando que os estágios da vida podem ser propícios para novas conquistas com reconhecimento de autonomia e capacidade de um exercício pleno de direitos de cidadania. A compreensão é que essa etapa da vida oferece oportunidades de realizar projetos abandonados e estabelecer relações mais profícuas com todas as gerações.

A UMA tem por missão desenvolver uma abordagem holística, com prioridade para a educação, a saúde, o esporte, o lazer, a arte e a cultura, concretizando, desta forma, um verdadeiro desenvolvimento integral dos acadêmicos, em busca da melhoria da qualidade de vida e o resgate da cidadania.

Dos valores, o padrão de excelência é manter uma equipe altamente competente, comprometida com a excelência, com a constante profissionalização e especialização.

A proposta pedagógica da UMA fundamenta-se na Andragogia²¹ do prazer, que tem como objetivo principal a satisfação de apreender por apreender, sentir com sabor o conhecimento e assim, ir descobrindo a própria identidade, a vocação, uma causa para se dedicar e viver, um sentido existencial para empreender.

A andragogia do prazer é uma metodologia de educação que visa à satisfação e o deleite. Trabalha com o princípio da espontaneidade e da participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Nela se desenvolve o gosto pela busca do conhecer por meio do desenvolvimento de trabalhos motivacionais em que o acadêmico é levado a se perceber como agente de seu próprio aprendizado, com conteúdos voltados para a experiência de vida, do cotidiano e, para a perspectiva política e do mercado de trabalho.

Não existe imposição e nem preocupação com provas avaliativas. O desejo de se comprometer vem do estímulo e do incentivo de se buscar um alinhamento entre a vontade interna como o já construído externamente.

A andragogia do prazer desenvolve a autoestima dos alunos e os faz perceber que fazemos melhor aquilo que nos fala ao coração e nos dá um sentido, um destino para seguir. Este tipo de abordagem pedagógica não estimula a competitividade, mas a cooperação. Assim, o contato humano fica priorizado e, em segundo lugar a tarefa que se

²¹ A partir de 1970, Malcom Knowles trouxe à tona as ideias plantadas por Linderman. Publicou várias obras, entre elas "The Adult Learner - A Neglected Species" (1973), introduzindo e definindo o termo **Andragogia** - A Arte e Ciência de Orientar Adultos a Aprender.

deve cumprir. O interesse se foca mais no processo de se fazer do que no resultado propriamente dito.

Para aquém da produtividade, a andragogia do prazer visa o lúdico, o gostoso, o saboroso como estratégia de aprendizagem.

A educação emocional é o alicerce sobre o qual se assenta a andragogia do prazer. Em nenhuma atividade humana é possível ter sucesso sem uma forte carga de emoção. É o prazer uma das mais fortes emoções. Já disse Piaget: “a afetividade é a energética da ação”. “Sem motivação e interesse fica comprometida a aprendizagem, sem prazer não há escola boa”.

A educação emocional propicia o aconchego, o carinho, o abraço, a descoberta que o caminho é mais importante que a chegada. Cria um ambiente acolhedor e de confiança, onde se pode expressar emoções e desejos. Possibilitando o resgate da alma infantil, da vontade do lúdico, do desejo do encontro efetivo com o outro.

Resgatar as atividades lúdicas desportiva trabalhando dentro dos limites de cada um, independente de idade, contribuindo para o amadurecimento de sua identidade e integração enquanto pessoa.

O cuidado com a saúde dos acadêmicos, possibilitando a elaboração de suas perdas por meio das vivências propostas, ampliação do conhecimento das transformações de seu corpo e constantes reivindicações de direitos fundamentais na área de saúde, propondo alternativas às políticas públicas vigentes.

Envolvimento com atividades artístico culturais, exercitando permanentemente o potencial criativo e o poder imaginativo, possibilitando a formulação e a descoberta de todos os possíveis, sempre atento ao momento histórico em que vive e antenado com as novas gerações, propiciado pelas experiências inter geracionais bem como tornar presente a diversidade cultural buscando uma harmonia entre os diferentes ciclos da vida.

FIGURA 4. ACOLHIDA AFETIVA NA UNIVERSIDADE.

Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2012.

Em decorrência disso, observa-se a busca das pessoas a partir de 45 anos, pelo ingresso na UMA, em reconhecimento às propostas elencadas na estruturação do programa, emergidas em resposta à compreensão e divulgação dos atuais participantes, a respeito da educação para o velho e do fenômeno do envelhecimento, registrando-se entre os anos 2006-2012, 1051 concluintes, conforme o quadro abaixo: Araguaína, Arraias, Brejinho de Nazaré, Gurupi, Miracema, Miranorte, Palmas, Porto Nacional Tocantínia, Tocantinópolis.

QUADRO 5 CONCLUINTE DOS CURSOS: UMA/UFT – 2006-2012.

Polos UMA/UFT	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Palmas (Sede)	-	60	76	100	-	100	-	336
Araguaína	-	-	-	-	-	-	-	-
Gurupi	-	-	-	-	-	180	-	180
Arraias	-	-	-	-	100	-	-	100
Tocantinópolis	-	-	-	-	90	-	-	90
Porto Nacional	-	-	-	-	110	-	-	110
Miracema e Região	-	-	-	-	115	-	-	115
Miranorte	-	-	-	-	c/M	-	-	c/M
Tocantínia	-	-	-	-	c/M	-	-	c/M
Brejinho de Nazaré	-	-	-	-	-	120	-	120
Total		60	76	100	415	400	-	1051

Fonte: Sousa, Domingas Monteiro de. 2013

c/M = com Miracema

Diante da demanda elucidada com a implantação da Universidade da Maturidade, pode-se destacar ações no âmbito socioeducacional e afetivo, desenvolvidas para garantir a inclusão na educação continuada às pessoas com idade acima de 45 anos, bem como oferecer condições básicas de acessibilidade e permanência dos participantes no curso de extensão.

No ano de 2009, a UMA estendeu suas ações para o Nordeste, com ações vinculadas à Escola Calsidiva de Campina Grande/ PB. Amapá e Curitiba também utilizam a tecnologia social da UMA. No dia 13 de agosto/13 na cidade de Campo Grande/MS, recebe a FAMA- Faculdade da Maturidade.

Os programas desenvolvidos pelas universidades aos velhos surgem como um padrão eficaz, à medida que oferecem oportunidade de retorno ao convívio e participação na sociedade.

A Universidade da Maturidade traz, na sua gênese, a valorização pessoal do velho, por meio da ressocialização com interface à intergeração, grupo familiar e sociedade em geral.

O Objetivo Geral é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas acima de 45 anos, proporcionando atualização e ressocialização,

informações e orientações práticas, bem como a valorização do ser humano perante a sociedade integrando-as aos ambientes cultural, social e educacional.

Dentre os objetivos mais específicos situa-se consolidar o compromisso social e político da Universidade com a sociedade; democratizar o saber, possibilitando às pessoas adultas e velhas o acesso à Universidade, na perspectiva da educação continuada, do exercício da cidadania e do desenvolvimento do espírito de convivência entre as diferentes gerações; despertar nos acadêmicos a consciência da responsabilidade social, incentivando-os a assumir uma presença efetiva nas famílias, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, políticos e culturais.

O programa busca também refletir as possibilidades que podem emergir de uma compreensão real das vivências, dos anseios e da avaliação da situação que essa camada da população brasileira faz de si mesma.

Justifica-se pela necessidade de refletir acerca do processo de educação e comunicação voltadas a pessoa idosa, de acordo com o estabelecido no Estatuto do Idoso no seu artigo 1º, a Lei nº. 8.842, que prevê para a implantação da política nacional do idoso, ações governamentais nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer.

A UMA, como programa de educação continuada, vem contribuir com uma parcela significativa nas ações desenvolvidas na UFT, a concessão de oportunidades e participação do velho nas atividades acadêmicas educacionais voltadas a essa população que agora emerge no palco da universidade como protagonista e com liberdade de alterar nessa ação, o cenário da sua própria obscuridade.

Nesse sentido, é que se implantou a Universidade da Maturidade em Araguaína, no ano de 2012, com o escopo de despertar a sociedade araguainense quanto à necessidade de apoio, assistência e valorização do velho como agente de valores, na busca de legitimar a tão almejada cidadania.

A implantação da UMA significa hoje um ganho na educação e vem romper com a formação tradicional e avançar na adoção do legado da valorização humana, com referência teórico-metodológica no projeto de ressignificação do velho nos seus diferentes aspectos socioeconômico, político e cultural.

No âmbito da participação do velho na UFT, Campus de Araguaína, a implantação da UMA é fundamental, posto que a Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, normatiza e regulamenta os princípios da Constituição de 1988 que assegura na velhice a

proteção integral e compartilha responsabilidade entre família, Estado e Sociedade (ESTATUTO DO IDOSO, CAPÍTULO V Art. 25º, 2003 p. 15) estabelece:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

De acordo com essa legislação, compreende-se que a UMA como um Programa de educação continuada para adultos e velhos, percebe a relevância da valorização humana em suas fases da vida e, por meio de suas ações, vem estabelecer compromisso institucional universitário com a sociedade. Abre canal de comunicação entre a criança e o velho, fio condutor da intergeracionalidade, seja nas relações familiares ou no campo da universidade.

É premente a busca por maior politização do velho, que está cada vez mais lutando por um novo lugar e significado na sociedade, assim como pelo exercício pleno da cidadania e compreensão de si enquanto ser político.

Acredita-se que só por meio da ação política é que o velho poderá conquistar espaço social no processo do envelhecer. Sendo protagonista e não coadjuvante da sua história. Considera-se que pelo viés da educação e do conhecimento sobre os direitos e deveres do velho se poderá desconstruir paradigmas sobre o processo de envelhecimento e do velho e, empoderá-los para viverem com autonomia e dignidade.

A UMA tem arrolado em suas propostas, ações integradas entre crianças e adolescente, adultos e velhos, calcado na transmissão de conhecimentos e na troca de experiência, buscando a harmonia intergeracional dentro de uma abordagem sistêmica da questão, em que a interdependência entre as gerações se torne uma necessidade natural.

Nesse sentido, a Coordenadora Geral do Programa, a Professora Doutora Neila Barbosa Osório depõe que a UMA promove vivência entre gerações e que o “viés geracional” é considerado crucial para o funcionamento das Políticas Públicas no Brasil”.

Assim, se os estudiosos afirmam os conflitos de gerações como uma problemática a ser superada para o bem de todo contexto social, na Universidade da Maturidade - UMA/ UFT a intergeracionalidade é uma experiência de sucesso. “Eu tenho uma equipe de jovens trabalhando aqui, nós não somos gueto de velho (idem)”.

FIGURA 5. “UMA” LIGA DE GERAÇÕES.



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2012.

Tem parcerias firmadas com escolas públicas e privadas, onde os alunos da UMA podem realizar seus estágios supervisionados, no sentido de concretizar o apoio a estudos e pesquisas sobre questões relativas ao envelhecimento. A promoção de encontros, palestras e seminários específicos; participação ou formulação em planos, projetos e programas, governamentais ou não, a serem desenvolvidos.

A UMA tem se constituído espaço de estágio para os cursos de graduação e pós-graduação, com vários trabalhos monográficos sobre envelhecimento e educação; dissertações e teses de doutoramento também registram pesquisa no programa.

A UMA também é formada por estagiários dos cursos de graduação da UFT, o que caracteriza um perfil jovem de colaboradores em contato com os Educadores Político Sociais do Envelhecimento Humano e acadêmicos em formação.

Em linhas gerais o trabalho vem sendo acrescido na medida em que as ações proposta pela UMA se expressam na comunidade acadêmica e sociedade em geral.

O quadro de funcionários da UMA compõe-se de uma coordenadora, um vice-coordenador (na sede em Palmas), docentes, bolsistas e voluntários que contribuem com seus conhecimentos profissionais e, um coordenador em cada polo do interior.

3.3. Perspectivas da Universidade da Maturidade de Araguaína

Um contingente significativo de velhos no município de Araguaína encontra-se alijado de qualquer organização política de assistência, o que amplia a tarefa de incluir a população de velhos em toda a sua complexidade nas instâncias organizativas de mobilização e ressocialização na UFT Campus de Araguaína.

O Polo da Universidade da Maturidade de Araguaína foi implantado em 19 de dezembro de 2011, com abertura do edital, iniciando suas atividades, em 10/02/12 (aula inaugural) com vistas a oportunizar a população de 45 anos ou mais o acesso justo e igualitário à educação continuada. Foram selecionados 140 acadêmicos, os quais já se inscrevem no marco histórico da Universidade Federal do Tocantins Campus de Araguaína, ou seja, os primeiros contemplados e inseridos na declaração da 1ª turma da Universidade da Maturidade no Campus e município.

A UMA de Araguaína compõe-se de um desenho curricular adaptado às expectativas dos acadêmicos do Programa e corresponde a componentes temáticos de diversas áreas como saúde, educação, cultura, dentre outras, conforme descrito.

QUADRO 6 - DESENHO CURRICULAR DA UMA/ARAGUAÍNA

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
Fundamentos da Gerontologia	Fundamentos da Gerontologia	Fundamentos da Gerontologia
Comunicação Interpessoal	Educação Física e Arte	Saúde Mental
Lugar, memória e Cultura do Estado do Tocantins.	Educação para a Morte	Comunicação Interpessoal
Neuropsicologia do Envelhecimento	Educação no Trânsito	Educação Física
Educação Física	Educação em Saúde	Segurança no Trânsito
Educação em Saúde	Neuropsicologia do Envelhecimento	Direito do Idoso
Novas Tecnologias	Lugar, Memória e Cultura do Estado do Tocantins.	Inclusão Social
Educação no Trânsito	Orientação Nutricional	Línguas de Sinais - Libras
Educação Sexual	Tópicos Especiais em Educação Intergeracional	Meio Ambiente
Educação Gerontológica	Inglês	Estágio Supervisionado

O Programa contou com a participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, como educação, saúde, serviço social, psicologia, educação física, fonoaudiologia, fisioterapia, direito, medicina, enfermagem, pedagogia, geografia, história, gerontologia e outras áreas afins, haja vista a intersectorialidade que permite um olhar integral às necessidades de ressocialização do velho na universidade e na sociedade em geral.

Atualmente, seu corpo docente está formado por professores efetivos oriundos da Universidade do Tocantins- UNITINS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, cedidos à Universidade da Maturidade, os quais muito têm contribuído para a efetividade das atividades realizadas no polo.

Vale-se também das Disciplinas que percorrem a história do Tocantins e Educação e Segurança no Trânsito, sendo a última, parceria firmada entre as instituições Universidade da Maturidade e DETRAN/TO/Araguaína. Assim como a presença da Defensoria Pública que difunde o direito do velho estudando os artigos prescritos no Estatuto do Idoso, no sentido de assegurar direitos sociais, promover autonomia, integração e participação efetiva daqueles na sociedade.

A UMA nesse polo conta com uma comissão de colaboradores, que buscam incentivos para a realização das propostas elencadas na estruturação do Programa.

Afere-se que a necessidade de inserção de velhos na universidade se deve a alguns fatores: como direito à Educação, garantia de cidadania, conforme o prescrito no Capítulo V Artigo 20º do Estatuto do Idoso (2003 p. 14) “O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

A UFT Campus de Araguaína encontra-se diante de um novo cenário e um legado de incluir nas ações universitárias a afirmação pública e coletiva dos velhos na busca da autonomia e independência, inserindo-os no campo da educação gerontológica e continuada. Sua referência emblemática a esse novo cenário na educação universitária se faz pela troca e busca de novas experiências entre os participantes do programa.

A educação para o envelhecimento e a velhice deve amparar-se na construção de conhecimentos educacionais facilitadores para a longevidade humana que cada vez mais tem conquistado espaço nas áreas biopsicossociais.

Diante de um passado histórico, o velho transporta por vezes o estigma da negatividade e, os programas educativos normalmente proporcionados espelham conteúdos tradicionais que não contemplam o existir dos indivíduos da maturidade.

Nesse sentido, o programa propõe-se o trabalho de resgatar os valores pessoais na velhice com respaldo teórico produzido e incentivado pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura desde 1982, ao firmar o Plano Internacional de ação de Viena, originado na Assembleia Mundial sobre envelhecimento.

A aplicação dessa metodologia nas universidades da maturidade permite ao docente um pensar mais crítico a respeito do fazer pedagógico, enquanto os velhos por serem sujeitos ativos no processo de aprendizado, são capazes de participar e definir situações que requeiram mudanças e que esse segmento opte pela forma mais estimulante e satisfatória de aprender e alcance propósitos que deem sentido à vida.

Reafirma-se o pensar de Simone de Beauvoir (1990) quando diz: “a liberdade e a lucidez não servem para grande coisa sem novos objetivos e desafios”. E acrescenta que “importante para o velho, mais que gozar de uma boa saúde, é sentir que tem metas, pois a ausência de projetos mata o desejo de conhecer”.

Dentre as ações socioeducacionais e afetiva, a UMA pauta-se pela garantia da inclusão do velho na educação continuada, bem como oferece condições básicas de acessibilidade e permanência dos participantes no curso de extensão com maior enfoque no fenômeno do envelhecimento.

3.4. Especificidades dos polos do interior da UMA/UFT

Neste item valeu-se de fontes bibliográficas fornecidas pela Coordenação da UMA, em que sucintamente retrata as peculiaridades dos polos da Universidade da Maturidade.

Arraias

É uma cidade histórica, com um elevado índice de velhos, onde culturalmente só os mais jovens frequentavam a Universidade. No ano de 2009, Arraias quebra paradigmas com o início das atividades do projeto UMA “Memórias e Cultura dos velhos Arraianos: uma relação de cidadania com a UMA/UFT”,

Os velhos de Arraias encararam o desafio de resgatar sua história e de sua sociedade por meio das memórias, de cobrar por políticas públicas efetivas que trouxessem a eles sua devida valorização, colocando-os novamente numa posição de referência social.

Neste polo, com a integração ao aprendizado da UMA, acoplado às experiências cotidianas, os acadêmicos compreenderam que a teoria não muda sozinha a forma de ver a vida, mas a vivência prática possibilita o reencontro da sociedade quando aplicado o aprendizado do cotidiano.

Com a maestria dos coordenadores da UMA e sua equipe, os velhos arraianos encararam o desafio de resgatar sua história e de sua sociedade por meio das memórias, de cobrar por políticas públicas efetivas que trouxessem a eles sua devida valorização, colocando-os de volta à sociedade.

Araguaína

O polo de Araguaína, a denominada capital do boi gordo, localizada no norte do estado do Tocantins, recebe a UMA, na Universidade Federal do Tocantins- UFT no ano de 2012, como o resultado de um sonho que já vinha sendo sucesso no Tocantins. O grupo de acadêmicos é eminentemente heterogêneo, sendo a maioria, profissionais da educação ou de outras profissões, já aposentados e/ou pessoas com o grau de escolaridade entre ensino médio ou superior.

Muitos ainda trabalham e pedem dispensa para participarem das aulas por meio de declarações expedidas pela coordenação.

Ressalta-se ainda que nos semestres de 2013, os professores, são oriundos da rede pública Estadual com disposição para a rede municipal e cedidos a UMA. Contudo, o número de voluntários está cada vez mais visível e os colaboradores dedicados à causa do envelhecimento digno e saudável.

Em depoimento quando da implantação da UMA, o diretor do campus da UFT Campus de Araguaína, disse ser a UMA “um grande projeto que trouxe grande visibilidade não só para a UFT, mas especialmente para o Campus de Araguaína. Permitiu a participação do público da melhor idade, uma vez que esse público tem tido a oportunidade de participar de atividades formativas, de movimentos, participação e de reconhecimento desse público para a sociedade”.

Reforça: “Esta participação tem proporcionado uma verdadeira transformação na vida dessas pessoas com a elevação da autoestima. As pessoas têm percebido que o idoso ainda tem um papel relevante na sociedade do ponto de vista de participação e contribuição”.

“E nesse sentido, percebo que a UMA da essa oportunidade para que este público participe e se sinta valorizado. A Universidade dessa forma cumpre o seu papel social, não só na formação técnico-científica, mas também, de proporcionar aos vários elementos que compõe a sociedade uma formação, participação mais completa, cumprindo a grande missão institucional de nossa Universidade”. Luiz Eduardo Bovolato.

A “UMA – Universaliza-Materializa-Une. A UFT, campus de Araguaína, agradece o presente. Parabeniza e agradece aos acadêmicos pelo brilho e vivacidade que transcendem os muros da academia e são impetrados na vida de muitos”, declara Domingas Monteiro de Sousa, (coordenadora da UMA/Araguaína).

Como parte das mudanças na população que envelhece, a Universidade da Maturidade de Araguaína registra nos seus mais diversificados grupos de lazer e diversão o Grupo de Dança PiriUMAs, criado com interface na intergeracionalidade. Brilha no palco da universidade e da vida, acadêmicas e adolescentes da estrutura familiar do Programa.

PiriUMAs, representa o despertar da consciência do processo de envelhecimento, promovendo harmonia entre a mente e o corpo para uma melhoria na qualidade de vida.

Compõe-se de nove integrantes. Foi idealizada pela acadêmica Edilhamar Nunes de 49 anos, quando participava de um Encontro da Universidade da Maturidade em maio de 2012, na cidade de Palmas. Segundo Edilhamar, integrante e idealizadora, “A UMA precisavam mostrar por meio da dança, algo criativo, de diferente.” Ai vem o começo de uma história intergeracional no Programa. Montaram a coreografia, ensaiaram, criaram o figurino e se apresentaram pela primeira vez na X Jornada do Envelhecimento da Região Amazônica na capital Palmas/TO.

O contemporâneo “Grupo PiriUMAs” demonstra criatividade e, pela expressão de afetos e sentimentos em diversos contextos de convivência nas apresentações culturais, tem se constituído um instrumento de inserção social, além da demonstração expressiva de ousadia e alegria nos movimentos corporais de diversas idades.

O grupo representa um momento de alegria, descontração. A dança passa a ser um agente facilitador para uma maior adesão dos velhos à prática de uma atividade física, passando de sedentários a ativos.

Na idade tenra do grupo, as PiriUMAs já realizaram algumas apresentações. Em Palmas por duas vezes, na Jornada do Envelhecimento e no Congresso Pensar. Colinas e Araguaína, Belém - Pará e Foz do Iguaçu- Paraná. Sempre em momentos que puderam

mostrar o valor e a beleza do trabalho. E com certeza, essa volta à vida social se dá de maneira mais prazerosa e consciente, com muita experiência a ser compartilhada.

Indescritível tem sido o trabalho coreográfico e profissional de duas docentes que de forma peculiar tem conduzido o grupo, mostrando que a dança faz parte da vida, como vida é uma dança constante.

PiriUMAs, é portanto a promoção da experiência e a conquista de uma nova forma de viver a vida, agora com aceitação, autonomia, dignidade e autoconhecimento de si do outro.

FIGURA 6 – PiriUMAs: GRANDES TALENTOS



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2013.

Brejinho de Nazaré

O programa nasceu do encontro entre a Professora Doutora Neila Barbosa Osório e do Professor Mestre Luiz Sinésio Silva Neto, coordenadores do projeto, junto com a vereadora Reni, eleita pelo município de Brejinho. “A aula inaugural aconteceu no dia 14 de novembro em quem também comemora o aniversário do município”.

Nesta data os acadêmicos que estavam inscritos na UMA protagonizaram desfile cívico da cidade. Desde então, as aulas acontecem normalmente. Além da participação dos velhos no programa de extensão, foi oferecido um curso de pós-graduação a 25 funcionários da prefeitura e algumas pessoas da comunidade.

Segundo o Secretário de Educação Raimundo Paixão, a presença da UMA na vida dos velhos recebe avaliação positiva. “A partir do momento em que o velho se inseriu na UMA, ficou com a qualidade de vida melhor, em questão de cidadania, em questão de autoafirmação. Houve uma elevação na autoestima dessa faixa etária do município”. E salienta que desde a chegada da UMA, no município, o que mais chamou a atenção, foi a disponibilidade dos participantes nas programações propostas pelo município. UMA.

Gurupi

A Universidade da Maturidade foi implantada na cidade de Gurupi em 2009, atendendo o anseio da sociedade civil organizada, associações, gestores públicos, e comunidade acadêmica. Contou com mais de 500 acadêmicos regulares, 30 profissionais, 3 estagiários.

Segundo o Diretor do Campus, Dr. Eduardo Andréa Lemus Erasmo, “a UMA esta sendo um programa fundamental para nossa cidade, mas especificadamente para nosso Campus. Por meio dela as pessoas da nossa cidade estão conhecendo a nossa Universidade. Por meio de várias ações realizadas, como a I Feira Agro cultural da UMA, os acadêmicos tiveram a possibilidade de se aprofundar teoricamente nas culturas agrícolas da região como o milho, feijão, batata-doce, arroz, limão entre outros, e destas fazerem produtos culinários”.

A Feira Agro cultural da UMA foi um dos maiores eventos do Campus de Gurupi, onde estiveram presentes mais de duas mil pessoas.

Gurupi fica no sul do Tocantins, a 245 km da capital Palmas. Seu nome vem do Tupi, e significa “diamante puro”. O município foi fundado em 1952, juntamente com a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), por Benjamin Rodrigues – que trabalhou na abertura da estrada e instalou o primeiro comércio na região.

Miracema

Em 1988, com a criação do Tocantins, Miracema que era Miracema do Norte foi eleita a primeira capital do estado quando passou a ser chamada de Miracema do Tocantins. Ainda hoje, o município é um dos principais do estado, tendo como destaque a cultura do abacaxi. Parte dos acadêmicos da UMA tem como fonte de renda a agricultura.

O polo de Miracema foi criado por meio da realização de uma capacitação na área de gerontologia, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2009, sob a coordenação da Prof^a. Dra. Neila Barbosa Osório. Deu início às atividades no dia 7 de dezembro, com uma aula inaugural que reuniu cerca de 200 velhos.

Atualmente, os Educadores Político Sociais do Envelhecimento Humano, formados na UMA, participam da Pós-UMA em Tocantina. Após o início das atividades da UMA no Campus da Universidade Federal do Tocantins em Miracema, pode-se perceber a alegria e entusiasmo nas atitudes dos frequentadores do Programa.

Destaque também foi o apoio dos colegiados de Pedagogia e Serviço Social, que deu origem à elaboração de um projeto de alfabetização para os acadêmicos da UMA.

Palmas

A Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins - UMA/UFT surge como uma nova forma de ver a velhice. Idealizada e criada pela Profa. Dra. Neila Osório na cidade de Palmas em fevereiro de 2006, teve a sua Aula Magna ministrada pelo então magnífico reitor da UFT, Prof. Dr. Alan Barbiero.

Na busca pelo saber envelhecer o auditório do SENAC-TO, reuniu pela primeira vez, os contemplados do polo, onde fica a coordenação geral e sede administrativa da UMA. Por este já formaram quatro turmas, com mais de 259 adultos e velhos concluintes que receberam o título de Educadores Político Social do Envelhecimento Humano. Na sede está em curso a quinta turma e UMA é hoje uma referência para a maturidade com um quantitativo de 136 acadêmicos regulares, com seu sistema curricular estruturado. O Pós-UMA - foi criado para atender os concluintes que sentiram na UMA o significado do “É preciso saber viver“. No administrativo atuam 12 pessoas, dentre eles 9 são estagiários acadêmicos da UFT.

A Coordenadora nacional do programa, Dra. Neila Barbosa Osório, explica que a ideia é “promover a intergeracionalidade entre estes dois públicos”. Em depoimento, o

diretor do Campus da UFT em Palmas, o Prof. Dr. Aurélio Picanço, falou do poder de transformação da UMA e a importância dela para a UFT: “É com imensa alegria que tenho a UMA no Campus Palmas, na qual fomos o primogênito nesse belo programa de Extensão da UFT, foi aqui que a UMA nasceu”. A UMA transforma a cada dia a vida do nosso Campus, potencializada pela relação entre o ensino de graduação e pós-graduação com os alunos da UMA, que são muito ativos. Hoje não vejo a UFT - Campus de Palmas sem a UMA [...] Parabéns a todos que fizemos a nossa UFT chegar aos seus 10 anos a nossa UMA que comemora sete anos.

Porto Nacional

Cidade a 52 km de Palmas com mais de 100 acadêmicos inscritos iniciou suas atividades no dia 21 de janeiro de 2010, Por ser um dos berços culturais do Tocantins, a UMA nesse polo entra com a perspectiva de fortalecer a história cultural dos velhos, da cidade e do Estado do Tocantins, apontadas pelas instituições públicas e privadas, associações e comunidade acadêmica.

A professora adjunta do departamento de geografia da UFT, Rosane Balsan, que há dois anos atua na UMA como coordenadora, ao olhar para história do programa no Câmpus, relata que foram vários os desafios enfrentados. A primeira turma formou 121 Educadores Políticos Sociais do Envelhecimento Humano, com idade entre 45 e 84 anos. Para ela “mais do que o número aqui referido, o que deve ser destacado é a metodologia que marca as atividades e que conseqüentemente se estendem a ação de extensão, que é um curso de atualização para Universidade da Maturidade - UMA/UFT”.

“Porto Nacional Expansão do saber e a experiência da equipe da UMA aqui em Porto Nacional formou-se de dias intenso de aprendizagem, onde acadêmicos e professores tiveram a oportunidade de viver encontros com a realidade do envelhecimento populacional. Durante as aulas da UMA e de todas as atividades pode-se constatar através de sorrisos e aplausos a satisfação dos acadêmicos. Notável foram o envolvimento e mobilização da comunidade no que concernem os preparativos para a colação de grau do programa de extensão universitária, um percentual dos alunos que participaram da formação da UMA”.

Para que o projeto pudesse alcançar seus objetivos, a coordenadora explica que foi necessário “conviver com o inesperado e com as diferenças exigiu a formação de parceiras, com professores da UFT e com sujeitos de outras instituições como do Instituto

Tocantinense Presidente Antônio Carlos - ITPAC e da Prefeitura de Porto Nacional, entre outros”.

Tocantinópolis

Com o perfil diversificado dos participantes, a UMA/polo Tocantinópolis mostra a diferença a respeito do Envelhecimento Humano na região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins.

Deu-se início às atividades em 2009, por meio de uma articulação entre a coordenação geral da UMA, a direção do Campus Universitário de Tocantinópolis e a prefeitura. Essa parceria resultou na realização da Pós-Graduação “*Latu Sensu*” em Gerontologia, proporcionando melhoria nos atendimentos de educação, saúde e assistência social do município e um corpo docente qualificado para o Polo da UMA.

A UMA em Tocantinópolis está na segunda turma e, já conta com a formação demais de 60 Educadores Político Sociais do Envelhecimento Humano.

Segundo a coordenadora do polo, Fabíola Andrade, a UMA alcançou a população em geral, e entre os acadêmicos estão lavradores, domésticas, artesãos, pescadores, professoras aposentadas, empresários locais e poetas, que produzem riqueza a diversidade cultural o qual constitui a metodologia de ensino da Universidade da Maturidade.

“São senhores e senhoras que buscam neste espaço mais liberdade e autonomia para pensar e agir, uma busca que alarga o seu potencial como ser humano. Um grupo culturalmente diversificado, com diferentes idades, profissões e anseios, pessoas em que se estampam as mais ricas matizes da nossa brasilidade. São homens e mulheres maiores de 45 anos que procuram ressignificar a outra metade de suas vidas, numa oportunidade muitas vezes ‘única’ de se (re) encontrar, se (re) descobrir enquanto pessoa,” afirma a coordenadora.

Segundo o diretor do Campus, Flávio Moreira “a UMA, por meio da primeira turma que se formou [...], trouxe uma alegria e uma vitalidade única ao campus. Os acadêmicos destas turmas mostraram sua experiência e sabedoria que acumularam de suas vivências. [...], tenho mais de 150 idosos que já foram alcançados pela rede do saber da Universidade da Maturidade em Tocantinópolis. [...] continuarei a fazer o que for necessário para o êxito da UMA em Tocantinópolis, pois penso que temos muito que aprender com essa sabedoria que transcende o conhecimento meramente acadêmico”.

Polo/Tocantínia

Em Tocantínia, os alunos da Universidade da Maturidade UMA/UFT se reúnem no colégio Fé e Alegria. Sob a coordenação de Raimunda Pereira Marinho, “dona Mundica”, Educadora Político Social em Tocantínia, tem crescido a expansão da UMA naquela região que também conta com a parceria do projeto “horta e cozinha”.

Segundo a responsável pelo o desenvolvimento das ações da UMA em Tocantínia, “a UMA/UFT aqui em Tocantínia foi uma renovação para as pessoas idosas, porque hoje em dia eles já fazem atividades físicas, e se sentem motivados depois de terem entrado na Universidade da Maturidade”. [...] Pessoas que eram muito tímidas, e que “se soltaram mais”. Tornaram-se mais interessados pelas questões da comunidade. Para ela a criação do da UMA em Tocantínia facilitou a vida dos acadêmicos da maturidade: “antes tínhamos que ir até Miracema para assistir aula, do outro lado do rio, muitos pensavam até em desistir, mas com a criação do polo aqui em Tocantínia, tudo ficou mais fácil”.

Campina Grande/ Paraíba

A Universidade da Maturidade foi instalada em Campina Grande na Paraíba, que fica a 125 km de João Pessoa, capital. Foi realizada uma capacitação aos professores locais por docentes da UMA no dia 03/10/09. O lançamento oficial do programa aconteceu em 04/10/09, às 19 horas, no auditório da Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande.

A capacitação com os professores abordou a questão gerontológica e social, o conhecimento no envelhecimento humano e a exportação da UMA para a Paraíba. Relevância refletida nas palavras da professora Neila que diz que “quando uma ideia é boa, ela deve ser estendida”. “A Universidade da Maturidade tem uma particularidade, conhecimento, o poder contemporâneo que é repassado aos mais velhos e essa preocupação com a velhice é em função do grande fenômeno mundial, o envelhecimento da população”. Ela acrescenta na busca pela autonomia, independência e cidadania aos velhos, em Campina Grande, a UMA/UFT contribuiu com consultoria, acompanhamento e o andamento dos trabalhos. “Toda a filosofia pedagógica, metodologia de ensino, inclusive os uniformes, serão iguais aos que usamos aqui em Palmas”.

3.5. Relato da experiência de Serviço Social no Polo de Araguaína

Descrever sobre a participação e a atenção do Serviço Social na Criação e desenvolvimento das ações propostas pela Universidade da Maturidade Polo Araguaína, interessa lembrar a preocupação inicial daquele no que concerne a atenção à população de velhos, nos primórdios das atividades desenvolvidas pelo SESC-Serviço Social do Comércio, que abriram espaço para que associados de mais idade pudesse se reunir e realizar uma série de atividades definidas basicamente como lazer. DEBERT (1999, p. 144).

Pretende-se, portanto, focar a atenção no papel que o Serviço Social apresenta no exercício da prática junto aos participantes do Programa Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins. O que aponta neste trabalho é que a prática do profissional de Serviço Social no contexto do processo de envelhecimento promove a inclusão social da sociedade envelhescente desde os anos 60 com a iniciativa dos programas do SESC.

Contudo, foi nos anos 1980 que essas iniciativas proliferaram no sentido da administração pública do tratamento da população de velho. A estes, sequencialmente, surgem os Conselhos, comitês e organizações privadas de atendimento direto. Além do SESC, principiaram no Brasil, a LBA- Legião Brasileira de Assistência e as Universidades para a Terceira Idade. Estas, oferecendo atividades inicialmente no interior das universidades, como o da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), hoje distribuídas em várias universidades públicas e privadas e em diversas regiões do país.

Partilhando da relação Serviço Social e os Programas direcionados aos velhos, a Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins, foi idealizada pela sensibilidade pessoal e o conhecimento técnico operacional de uma profissional do Serviço Social, que na busca por meio do debate e da valorização do velho na sociedade, tem conseguido estabelecer novas formas de interação conjunta de pessoas com 45 anos para mais, no sentido de garantir direitos aos cidadãos, independente de faixa etária e, de maneira heterogênea elucidar a presença dos velhos na sociedade contemporânea.

A UMA Araguaína tem como um dos seus pressupostos a garantia de direitos congruentes com o prescrito no Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003 e, à sua frente uma assistente social que junto aos demais profissionais de áreas afins como a psicologia, pedagogia e outras, busca pela consolidação da política nacional do idoso na

compreensão profissional pautada no Projeto Ético Político Profissional, de forma que haja uma análise do processo de envelhecimento e o velho na ótica do respeito e valorização pessoal dessa população.

Esperamos mais oportunidades para prepararmos esses recursos humanos sob a ótica inovadora da Pedagogia do Envelhecimento. Urge que continuemos a pensar e agir, na qualidade de células responsáveis pela implementação dessas políticas públicas que há uma década nos convida ao trabalho educativo com os nossos velhos [...]. (ASSIS-RISTER, 2013, p. 217).

Ressalta-se, portanto a necessidade da articulação das diversas políticas sociais para a efetivação da política de forma integral, segundo as determinações postas em lei. Nesse sentido compreende-se a população envelhecida como demanda para o Serviço Social e analisam-se as ações do assistente social na ótica do direito do velho, com ações arroladas no compromisso ético político de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante da participação histórica do Serviço Social no contexto da criação de Universidades da Terceira Idade, assim como o seu investimento na formação de profissionais na área gerontológica para ampliar e melhorar o atendimento à população de velhos no Brasil, percebe-se que a profissão, não só contribuiu para tirar o velho da obscuridade enquanto ser integrado na sociedade com respeito e dignidade humana, mas oportuniza o direito à participação integral na coletividade e a convivência entre diferentes gerações.

Vale lembrar que os espaços conquistados pela UMA por meio do Serviço Social no campus de Araguaína, não dilui os insurgentes entraves no início da sua implantação.

O desconhecimento técnico, talvez, a respeito da relevância dos atendimentos assistenciais às pessoas da faixa etária atendida pelo Programa foi visível nas atitudes de alguns atores da instituição promotora, que com a convivência com os acadêmicos e os resultados transparentes das ações propostas, precisaram rever alguns de seus conceitos a respeito da fundamental relevância das atuações de acolhimento e da permanência dos acadêmicos da UMA nos espaços da universidade.

As portas nunca se fecharam totalmente e, das brechas se conseguiu permear pelo caminho da invisibilidade dos adultos e velhos inseridos na comunidade acadêmica e construir pontes de integração pelos domínios da vida social. Pontes estas que transcendem as muralhas do isolamento e da obscuridade do velho na sociedade.

Até meados do curso, atitudes de alguns atores que atuam no palco da universidade, interditava a ponte de acesso à compreensão do que seria a educação gerontológica. Mas por meio da proatividade das profissionais de serviço social que estão à frente do trabalho, com o reconhecimento do diretor do campus, Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato, pode-se dizer que a UMA, hoje, é um destaque não só entre os muros da universidade em Araguaína; suas ações já ultrapassaram barreiras em vários aspectos, culturais, políticos e sociais, tanto no executivo, quanto no legislativo e judiciário do Estado e municípios.

A Universidade da Maturidade de Araguaína, foco deste trabalho, inicialmente vinculada a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), hoje se insere no cenário da Universidade, na tríade ensino, pesquisa e extensão, compartilhando espaços socioculturais integrados às ações acadêmicas do ensino, por meio do Setor de “Serviço Integrado e Multiprofissional de Assuntos Estudantis” (SIMAE), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) e coordenado pela direção do Campus. Esta conquista nasce da visão profissional de assistentes sociais que acreditam na politização do sujeito por meio da educação.

Relata a coordenadora nacional da UMA. “A UMA depois que descobri o empoderamento interior e exterior que ela proporciona aos adultos e velhos em qualquer região desse país, deixou de ser um trabalho e se tornou um projeto de vida. A coordenadora do Polo de Araguaína também comprou essa ideia e vem para Belém para se capacitar e fortalecer as políticas públicas desse tema aqui estudado. Apenas com muita gratuidade e conhecimento poderemos mudar o cenário da invisibilidade da velhice”.

“O Assistente Social é um mediador fundamental para a efetivação da cidadania de quem já envelheceu e das próximas gerações dessa faixa etária. Quando começamos uma equipe multidisciplinar eficaz num trabalho social a regularização deste é rápida e de sucesso. O Polo de Araguaína é uma referência para outras cidades porque a coordenadora conhecedora dessa questão social vai em busca de soluções para as situações onde todas as violências são cometidas com essa população”.

“Fico feliz ao me deparar com uma jovem empreendedora que fez uma carreira consciente e consistente sendo exemplo para outros profissionais da nossa área, afinal, o Brasil já é um país jovem de cabelos branco e nossos maiores clientes serão os velhos de amanhã”. (Assistente Social, Profª. Dra. Neila Barbosa Osório).

3.6. Narrativas de acadêmicos participantes da UMA/UFT/Araguaína

Para este item, procurou-se, identificar por meio das narrativas dos sujeitos (02 feminino e 01 masculino) acadêmicos, envolvidos no programa, devido a precisão de analisar a ocorrência de mudanças subjetivas advindas da sua participação na Universidade da Maturidade no período de 2011 a 2013.

Para a coleta das informações, o conteúdo das descrições foi gravado e em seguida transcrito, com o escopo de obter as falas em sua totalidade e apreender as descrições nelas obtidas, bem como os significados emergidos da aquisição do autoconhecimento de cada sujeito no decorrer da formação de Educador Político Social do Envelhecimento Humano.

Com base na capacidade de explorar compreensões e sentimentos antes não percebidos, esclarecedores dos fatos investigados. Ferrer (1995, p.166) alerta que a narração do conhecimento outorga compreensão da realidade [...].

Da análise dos discursos foi pauta a relevância e a mudança de comportamento dos acadêmicos da UMA diante das ações realizadas pelo Programa.

FIGURA: 7 - UMA POTENCIALIZANDO VIDAS.



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2013.

Acadêmica **IMM**, sexo feminino, 62 anos, expressa com emoção, o quanto a Universidade da Maturidade contribuiu para sua vida pessoal e social. Afirma: “A

importância da UMA na minha vida pessoal foi grandiosa, porque a Universidade me proporcionou acreditar em mim, no meu potencial que estava adormecido ha anos.” [...]. “A UMA me acrescentou muitas coisas, elevou minha autoestima e trouxe valorização a essa pessoa adormecida, que não acreditava mais que era possível, nessa altura da vida ser valorizada com condições de aprender e se sentir capaz de ser gente”.

“Acredito que não só houve mudança na minha vida, mas em conversas informais com os colegas, que declararam ser relevante a participação de velhos na universidade e também das mudanças radicais na vida de todos que participam.”

“Não tem como não haver mudança de comportamento, pois os conhecimentos me fizeram acreditar e transformaram totalmente minha rotina de vida. Fizeram com que hoje a Ivete velha, no sentido real da palavra, após passar pela UMA, tornou-se uma pessoa qualificada e formada em Educadora Política Social do Envelhecimento Humano.” “Encerro dizendo, que essa transformação foi com a ajuda de pessoas que não mediram esforços para que nós da UMA tivéssemos resultados tão positivos para o nosso autoconhecimento e resgate da dignidade, que foram Dra. Neila, Luiz Neto e Domingas, que ombream conosco nesse período tão importante para nós”.

FIGURA 8-DEVER CUMPRIDO E DIREITO ADQUIRIDO.



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2013.

MC, sexo masculino, 71 anos. “Antes UNIENVA/UMA que conseguiu em parte. A UMA veio concretizar essa abertura. Eu era um ser completamente antissocial, não tinha respeito nem por mim mesmo, como que eu iria respeitar os demais, e aqui vim

aprender com a convivência UMA. O porquê da existência de um Deus dentro de cada um de si. Eu descobrir esse Deus dentro de mim e Ele me ensinou a ver o mundo como ele é na realidade, a ver o mundo de um respeito mútuo. Antes diziam um bando de velhos, porém um a grupo de professores [...]. A UMA é um aprendizado de tudo”.

Coliga a aprendizagem a aceitação de si e do outro e diz: “Aprendendo um com o outro sem ter que buscar benefício próprio. Sempre buscando a qualidade de partilhar. “No início era visto com minhas ignorâncias ferindo meus companheiros”. Até quando numa viagem a Foz do Iguaçu, me fizeram uma demonstração de carinho, de aceitação. De me aceitar no todo, por causa das modificações que aprendi dentro da UMA como ser humano, partilhar e buscar compartilhar com todos. Aprendi a respeitar o ser o humano, pois com essa convivência aprendi a respeitar a mim mesmo”.

“A UMA pode contribuir com a reintegração, e, aliás, a finalidade da UMA maior é a reintegração do velho na sociedade, largar esse negócio de idoso, melhor idade, porque a melhor idade é a que vivemos no momento. Agora, a UMA está desempenhando aquilo que se propôs que é reintegrar o velho à sociedade no todo, politicamente moralmente e como ser humano, que (pausa)”.

“Depois de UMA começamos a prender os direitos e deveres do velho. E com a luz da UMA para o velho se reintegrar, ele busca seus direitos e, aprendemos também que para que eu busque meus direitos, isso aprendemos na UMA, que temos que contribuir com todos os nossos deveres para que possamos adquirir os benefícios Já vem um ditado de nossos ancestrais, que dever cumprido é direito adquirido. A UMA aviva na cabeça de cada um a busca desses dois sentidos”.

FIGURA 9- APRENDIZADO E REENCONTROS.



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2013.

MMS, sexo feminino, 67 anos, fala da sua trajetória na Universidade da Maturidade. “No início da UMA, a minha irmã que estudava lá e me fez o convite para eu ir conhecer. Eu fui e me senti muito bem. Comecei aprender muitas coisas que eu não conhecia, encontrei muitas pessoas amigas, fiz novas amizades, professores muito legais, [...] que ajuda muito. É muito gratificante pertencer a UMA. E hoje eu me sinto em casa em uma família maravilhosa. No dia que não se frequenta a UMA, a gente sente um vazio. Sente falta daquela comunidade. É muito gratificante e tenho aprendido bastante”.

“Antes da UMA eu era uma pessoa muito tímida, não contribuía muito, ficava com vergonha das pessoas, de falar as coisas erradas, me sentia rejeitada. Hoje é diferente, me sinto muito honrada, hoje não me sinto fora da UMA”.

“Houve muita mudança no meu comportamento porque aprendi bastante na UMA e me sinto uma pessoa muito feliz. A UMA contribuiu muito para o Estado do Tocantins, e eu indicaria as pessoas pra ir pra UMA, porque fora da UMA a gente se sente muito sozinho, solitário, e na UMA é o lugar adequado pros velhos”. “Hoje eu me sinto em casa, é uma família maravilhosa. Só perde quem não vai para a UMA, porque lá é o lugar, e chegando lá ninguém quer sair (risos)”.

Nas narrativas que compõem este item, os acadêmicos relataram sobre a passagem da ociosidade à capacidade de mudança diante dos conhecimentos elencados na proposta do programa Universidade da Maturidade. Revelaram que na constância do ser humano, a vida acontece na multiplicidade e, que esta construção poderá ser feita pela diversidade de vivências e com abundância de pensamentos.

Percebeu-se que a metodologia da UMA, no quesito reintegração tem se mostrado uma condicionante ao alcance do autoconhecimento dos velhos e apresentando aos futuros Educadores Políticos Sociais do Envelhecimento Humano a compreensão gerontológica e novas maneiras de ver e viver a vida.

CAPÍTULO 4

4. SISTEMATIZAÇÃO E RESULTADOS OBTIDOS COM A METODOLOGIA USADA NO PROGRAMA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE.

4.1. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE: uma proposta de educação para adultos e velhos

Dentre os problemas existentes na sociedade e que foram solucionados os quais motivaram a comunidade para a criação e/ou implementação da Tecnologia Social, pautam-se na Conscientização Política, Orientação Social e Regate/preservação de culturas. Estes três eixos permeiam a Universidade da Maturidade, que opera combatendo as três pobrezas, que atinge o Envelhecimento Humano Mundial, designadas pela ONU (Organização das Nações Unidas): econômica, conhecimento e poder. Ações que concederam por duas vezes, nos anos 2012 e 2013 à Universidade da Maturidade, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social²².

O alto índice de analfabetismo, violência, maus tratos e deficiência de uma consciência crítica a respeito de sua participação na efetivação das Políticas Públicas e a invisibilidade familiar e social, foram os principais problemas que justificaram a criação desse trabalho dentro de uma universidade pública e gratuita.

Na grade curricular é indispensável tomar parte de todas as disciplinas ofertadas para envolverem numa realidade social nunca vista: pela primeira vez na história da humanidade vive-se com cinco gerações e o resgate e preservação de culturas é fundamental para sustentar uma relação intergeracional sem conflitos que é mais uma demanda mundial que preocupa os estudiosos da área. MORAGAS, (2010, p. 177) lembra:

[...] a variável crítica nas relações intergeracionais não é a idade, mas a situação social. A idade tem importância, como outras variáveis sociais, para se conseguir uma relação amistosa ou conflituosa. Contudo, hoje, é menos crucial que outras variáveis como sexo, etnia, personalidade, preferências pessoais, predileções e classe socioeconômica.

²² Por Tecnologia Social compreende-se “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.”. Formulário do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, 2013.

Para os acadêmicos da UMA, frequentar uma universidade para informarem suas culturas e estudar as novas, além de aprender a pensar individualmente e coletivamente e tornarem-se autores de sua vida, contribuiu para a identificação dos seus interesses reais.

A metodologia adotada para a obtenção das metas ao funcionamento da tecnologia enfatizou a comunidade envolvida iniciando pela preparação de recursos humanos para atender a adulez e a velhice na conquista de sua cidadania, saúde e, de sua inserção social, por meio de um curso de pós- graduação *latu sensu* em gerontologia, para capacitar profissionais para atuar dentro do projeto da Universidade da Maturidade.

A especialização *latu sensu* nasceu pela ausência de preparação curricular da maioria dos cursos de graduação, uma vez que esta faixa etária aqui apresentada exige conhecimentos diferenciados em todas as áreas da ciência.

Após o término da primeira turma dessa especialização construiu-se a Universidade da Maturidade que atende pessoas adultas e velhas, visto que no Estado do Tocantins era ausente a existência de projetos educacionais de atendimento às pessoas de 45anos para mais.

Foi criado um edital de divulgação da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins, para a seleção de 50 vagas. A inscrição consiste em almejar adquirir conhecimentos e participar ativamente da sociedade. Não precisa saber ler e escrever por se considerar a educação popular adquirida ao longo da vida.

Dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados com a implementação da Tecnologia, destaca-se que após quatro turmas em Palmas, concluíram duas em Arraias, uma em Porto Nacional, uma em Gurupi, uma em Tocantinópolis e uma em Campina Grande/PB, já podem ser identificados na mudança da qualidade de vida dos acadêmicos. É subentendido também, o avanço em termos de interesse e conteúdo, além da disposição para a vida, à melhoria na saúde e da vontade de viver e de contribuir socialmente, culturalmente e politicamente.

De 50 participantes da primeira turma em Palmas, conta-se agora com 200 acadêmicos que conquistaram sua permanência na Universidade da Maturidade o título de: Educadores Políticos Sociais do Envelhecimento Humano, com todos os ritos de passagem que exige um cerimonial universitário de Colação de Grau.

A parte física registra-se a primeira construção de um prédio adaptado para receber acadêmicos adultos e velhos dentro de uma instituição de ensino superior público e gratuito.

FIGURA 10 - SEDE DA UMA EM PALMAS/TO

Fonte: Rodrigues, Ivoneide Dias/2012 (acadêmica da UMA/Araguaína).

Dentre os acadêmicos, cinco ingressaram na vida política, sete voltaram para fazer um curso de graduação, dez voltaram ao mercado de trabalho e seus lares e, criam seus netos.

Um acadêmico que ocupou espaço especial nas vagas remanescentes dos cursos de graduação da UFT, com bolsa de 50% no centro de idiomas da UFT: Inglês, Francês, Italiano, Alemão e Espanhol, e trabalho formal. 16 iniciaram um novo casamento. Outros voltaram para suas cidades e começaram um trabalho de educação gerontológica. Porém, mais de 60% pediram para continuar e foi criada a PÓS/UMA onde esses Educadores Políticos Sociais elaboram projetos sociais e assistenciais para servirem a comunidade local de todas as idades.

Criação de um curso Cooperativismo para a Geração de renda com objetivo que voltem ao mercado de trabalho como um trabalho formal e digno, porque 71% dos adultos e velhos do Estado do Tocantins são provedores de seus lares.

Assinatura com escolas públicas e privadas para a realização do projeto: **“Como viabilizar a convivência intergeracional:** estudo de caso na Universidade da Maturidade, crianças e jovens”.

A UMA ainda realiza a promoção de encontros, palestras e seminários regionais e nacionais. Além de ser tema é local de estágio para acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação das Instituições de Ensino Superior.

Conta com a criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento envolvendo pesquisadores de Norte ao Sul do país.

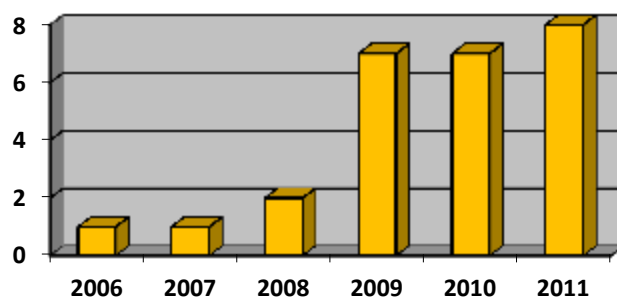
Monografias, dissertações e teses são produzidas sobre a Universidade da Maturidade e é lançada a coleção “Maturidade” com publicações dos autores do projeto.

Na sede existe uma Brinquetoteca onde os netos, auxiliados por estagiário se divertem enquanto os avós estudam.

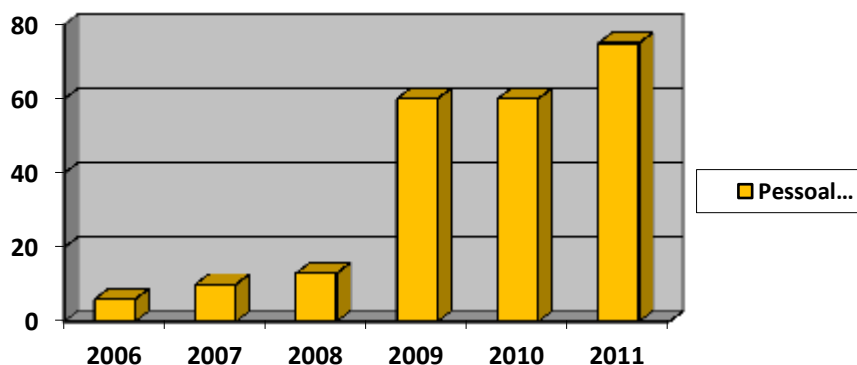
GRÁFICO 1-CRESCIMENTO EM NÚMEROS



GRÁFICO 2-NÚMERO DE CIDADES ATENDIDAS PELO PROGRAMA



Crescimento de 600%

GRÁFICO 3 - PESSOAL TÉCNICO DO PROGRAMA

A consideração é que houve aptidão dos signatários do Programa em desenvolver projetos voltados para a tecnologia social, dentro de uma perspectiva solidária, de acordo com a nova consciência que rege as ações humanitárias no planeta. Uma melhoria na saúde física mental por meio de atividades motoras e de lazer os leva à consciência corporal, à aceitação das limitações e ao desenvolvimento pessoal e social. A UMA está salvando vidas.

A respeito disso pode-se mensurar as mudanças e o resgate do prazer de viver por meio da participação nas aulas, eventos, viagens, reuniões com os familiares e até mesmo o desejo de contribuir para que a população seja conhecedora dos benéficos sentimentos que deles são resgatados.

“A UMA tem contribuído para o desenvolvimento do velho com muito empenho na Amazônia Legal, principalmente no Tocantins, com o legado de pessoas (gestores) competentes [...] equipe preparada”. Ao ingressar-me na UMA foi uma surpresa agradável, cheguei muito desanimada, me achando tão imprestável, acanhada, mas ao deparar com pessoas da minha faixa etária, jovens, me senti rejuvenescida. “Pessoas jovens com tanto amor e vontade de ver os velhos com vontade de viver”. Maria de Lourdes Brito (acadêmica da UMA)

Estágio em órgãos públicos para criarem projetos que solucionem os problemas que os gestores persistem em ignorar. Mudam de comportamento e se tornam autores de sua vida. A identidade institucional reforça sua politização e começam a assumir cargos políticos. Analisam suas experiências e conhecimentos acadêmicos e constroem uma aprendizagem significativa servindo de testemunhos para outras gerações.

“O estágio pra mim foi de uma eficácia muito grande no sentido de conhecer a situação dos velhos que residem numa casa do Idoso [...]. Fiquei triste com o descaso que muitas famílias têm, em simplesmente abandoná-los ali, pois as famílias não os vão visitar. Os deixam abandonados. Percebi que eles sentem muita falta de conversar”. Maria de Lourdes Brito.

Essas falas extraídas de depoimentos com acadêmicos da UMA servem tanto para ilustrar quantas podem ser as velhices, quanto quão distante está a maioria dos velhos das oportunidades e acessibilidades aos tratamentos psicossociais adequados para uma vida digna.

Para os acadêmicos da UMA, que se depara com esses e outros tipos de realidade ainda alheias à sociedade e distante da visão política e dos privilégios da Constituição Federal do país, da Lei que “ampara” o segmento, justifica a fala da acadêmica. “Estar com eles fez a gente se conscientizar da fragilidade do ser humano. Poder escutar as histórias de vida deles é muito bom [...], abraçando, os escutando [...]”.

Em Araguaína a UMA possui um corpo docente formado por professores efetivos oriundos da Universidade do Tocantins- UNITINS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação – SEMED com cessão para a Universidade da Maturidade, os quais muito têm contribuído para a efetividade do programa por meio das aulas e atividades extensionistas realizadas no polo.

É percebido que a presença dos acadêmicos da UMA na universidade chama atenção dos servidores docentes, técnicos administrativos e acadêmicos da graduação, por apreciarem a disposição, assiduidade e alegria com que frequentam a instituição.

As situações de solidão e comportamentos depressivos foram sendo perdidos pelo ambiente de familiaridade que permeou as relações, como: a comunicação e amizade que emergiram no decorrer do curso. Percebido nas falas das acadêmicas: (Eva Castro) “A UMA é minha segunda família”. (Arlete). “Eu fui dependente do Rivotril por 8 anos, mas ao ingressar na UMA, encontrei a força para a minha independência. Aqui me senti acolhida e renasceu em mim a alegria de viver. Agora sem Rivotril (risos). Sou feliz”.

4.2- UMA como proposta de Política Nacional.

Por meio da expansão do conhecimento a respeito do fenômeno do envelhecimento e do envelhecer e a execução das atividades propostas pela UMA, no estado de origem, Tocantins e região, bem como nos estados que conheceram e adotaram

a metodologia do Programa nos seus projetos locais. Dos resultados fluiu a visita técnica da Secretária Nacional dos Direitos do Idoso, Neusa Pivatto Muller, à Universidade da Maturidade, ocorrida em 07/12/12, representando a Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário.

No evento que reuniu acadêmicos de vários polos da UMA, autoridades municipais e estaduais, Neusa Pivatto, manifestou o interesse em contribuir para que o programa UMA seja ampliado em nível nacional e, depois de assistir as apresentações culturais pelos acadêmicos dos diversos polos, como o amigoso grupo de dança “PiriUMAs” de Araguaína, que brilhantemente apresentou a arte por meio da dança, verbaliza a emoção. “Confesso que estou muito emocionada por encontrar no mesmo espaço, essa “UMA” diversidade cultural, essa beleza cultural. É raro e muito importante”.

Na ocasião, um dos parlamentares presente, destacou o Estado do Tocantins como vanguarda nesse programa: “É motivo de honra saber que o Estado mais novo da federação é pioneiro nesse projeto. Uma verdadeira motivação das pessoas da melhor idade. A UMA é o programa que tem mais eficácia e que tem superado todas as demais alternativas de motivação, por um custo quase que irrelevante. Aqui se fala a palavra “velho”, com alegria e com entusiasmo, diferente de terminologias que tentam obscurecer a idade”.

Sobre as perspectivas do programa, a Coordenadora Geral da UMA, a Professora Doutora Neila Barbosa Osório, que atua no campo da educação gerontológica desde 1996, falou sobre a possibilidade do programa se tornar nacional: “é a concretização de um sonho, nosso desejo é expandir, hoje temos 250 Gerontólogos capacitados pela UMA, combatendo a pobreza do saber. A UMA vem para amenizar a pobreza de conhecimento e de poder dos velhos”.

Vale ressaltar que a proposta de nacionalidade do Programa Universidade da Maturidade está sendo veiculado na Secretaria Nacional dos Direitos do Idoso, com prerrogativas para 2014.

4.3. Análise e Interpretação das Informações

As entrevistas aconteceram durante o período de aula, a partir da disponibilidade dos acadêmicos em apresentar seus depoimentos.

Conseguiu-se realizar 08 entrevistas, por um questionário de 08 perguntas abertas, nas quais os entrevistados puderam responder livremente e que foram encerradas porque os dados considerados em suas convergências e divergências mostraram-se suficientes para a compreensão dos dados.

Das descrições obtidas buscou-se apreender os significados emergidos do conhecimento a respeito do envelhecimento humano e do envelhecer de cada sujeito no decorrer do curso de Educador Político Social do Envelhecimento Humano na UMA/UFT/Araguaína por meio das aulas ministradas e das vivências intergeracionais.

É oportuno lembrar que a metodologia aplicada na UMA, proporcionou conhecimento e descoberta da multiplicidade de significados de valorização, respeito e mudanças conferidos pelos acadêmicos da turma.

4.3.1 Os participantes do estudo.

A escolha dos participantes foi intencionalmente, entre acadêmicos integrantes do programa. As entrevistas foram realizadas, sendo 02 do sexo masculino e 06 do sexo feminino.

Neste estudo não foram usados os verdadeiros nomes dos participantes, Para identificá-los, foi utilizado o seu pseudônimo, ou seja, identificados apenas com as iniciais dos nomes de cada um. Assim eles foram chamados de: **NRF, BAM, ACS, IDR, AFS, ASS, SAD, MLBA.**

QUADRO 7- DEMONSTRATIVO DOS PARTICIPANTES (ACADÊMICOS) DA PESQUISA.

ENTREVISTADOS	SEXO	IDADE	CATEGORIA
N R F	M	61	Acadêmico/UMA
BAM	F	53	Acadêmica/UMA
ASS	F	74	Acadêmica/UMA
IDR	F	74	Acadêmica/UMA
AFS,	F	63	Acadêmica/UMA
ACS	M	56	Acadêmico/UMA
SAD	F	55	Acadêmica/UMA
MLBA	F	75	Acadêmica/UMA

Fonte: Autoria própria.

Com base nas entrevistas semiestruturadas, pode-se mensurar por meio das falas dos entrevistados, que a participação na Universidade da Maturidade, tem sido um canal de comunicação e interação para adultos e velhos, encontrar objetivos não mais almejados e significado para vidas de pessoas que não sentiam mais vontade de viver.

Compartilhando desse pensamento, o entrevistado, **NRF**, da cidade de Itaporanga/GO, sexo masculino, casado, 61 anos, três filhos e três netos, profissão Técnico em Contabilidade, aposentado, relata que os motivos que o levaram a buscar a Universidade da Maturidade no estado do Tocantins, foi primeiramente estar desempregado e em estado inicial de depressão. Declara: “Hoje compartilho com os amigos a utilidade de poder ser acadêmico desta conceituada UFT”.

Destaca que entre as várias disciplinas ministradas Comunicação Oral, Educação para o Trânsito e Direitos dos idosos, foram as que mais lhe chamaram a atenção. E argumenta: “O que mais me marcou na UMA, além de todas as atividades foi que com a idade de sessenta anos, tive o privilégio de participar como acadêmico do desfile de 07 de setembro”.

Da contribuição da UMA para o desenvolvimento da cidadania do velho no Estado do Tocantins, **NRF**, registra: “Nós estamos aprendendo que o idoso acadêmico da UMA possui deveres como cidadão, mas tem direitos que ainda necessitam ser respeitados, principalmente no transporte coletivo onde precisa ser observado o descumprimento pela empresa”.

FIGURA 11- PATRIOTISMO NO ENVELHECER.



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2013.

A respeito da recomendação da UMA para um amigo, **NRF**, recomendaria “com todo prazer, felicidade e alegria. Aqui na UMA de Araguaína é só alegria e uma convivência saudável [...] Sentimos como se estivéssemos em casa [...] aqui se **aprende a viver melhor**”.

BAM - Nasceu na cidade de Cristalândia/TO sexo feminino, 53 anos, ensino médio, dois filhos e três netos. “Busquei frequentar a Universidade da Maturidade por ter perdido o esposo e me sentir muito só”. Vim aqui na UMA buscar novas amizades e mais aprendizado para lidar com a solidão. Todas as disciplinas foram boas, mas as mais marcantes foram as sobre o trânsito, família, higiene bucal. Recomendaria a UMA “porque aqui na UMA a gente **aprende a viver**”.

ASS - Nasceu em Bertolina /PI, 74 anos, estudou até o 5º Ano, 5 filhos. Quanto à contribuição da UMA para o desenvolvimento do velho no Estado do Tocantins, **ASS** diz: “Só em tirar o velho da cadeira da solidão, já podemos sonhar com uma vida bem melhor. Ali todos juntos aprendendo que na velhice é mais tranquilo que quando jovem e, quero dizer que eu descobrir o que precisava para enfrentar a velhice. Te amo UMA”.

“A UMA é tudo que o velho precisa para se sentir bem. Juntos trocamos ideias, planejamos viagens. A UMA faz isto, faz festinhas, caminhada e muitas outras coisas. Queremos melhorar e ela nos ajuda a melhorar.” “UMA te amo”. Apela: “ajude-nos a viver mais e melhor”. “Araguaína precisava receber este presente de Deus para nós velhos que sonhamos com o melhor e, não esqueça o velho plantado na **solidão** [...]”.

As falas evidenciam que o Programa Universidade da Maturidade veio estabelecer uma separação dos estados depressão/solidão e contribuir com o aprendizado de um viver melhor.

ACS - Nasceu em Milagres/CE sexo, masculino, 56 anos, ensino médio, cinco filhos, casado. “A motivação para estar na UMA é para que eu tenha mais conhecimento, experiência na terceira idade e conviver com ela. A UMA contribuiu para que eu me tornasse uma pessoa mais entendida a respeito do idoso, da criança e do jovem, de maneira geral estes conhecimentos vieram somarem minha vida. E recomendaria a UMA por ser um local onde a gente se sente vivo e alegre, e aprendendo mais, conhece mais pessoas. É uma **felicidade** sem igual”.

IDR - Nasceu em Filadélfia/TO sexo, feminino, 72 anos, quatro filhos e cinco netos. “Entrei na UMA e encontrei motivos para permanecer, que foi: aperfeiçoar conhecimentos, pois cada dia é melhor que o outro. Das disciplinas em destaque é do

Meio Ambiente e do Trânsito. Recomendaria a UMA a outras pessoas porque além de deixar o sedentarismo lá a gente se desenvolve em tudo por tudo.”.

AFS- Nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, 63 anos, nível superior, aposentada, três filhos, seis netos. “Busquei a Universidade da Maturidade porque gosto de tudo que belo e bom. A UMA é a melhor oportunidade para envolver as pessoas que querem continuar estudando e participando de várias atividades inovadoras, buscando sempre aprender mais e também contribuir com outras pessoas [...]”.

AFS argumenta: “Todas as aulas foram de suma importância, assim como as palestras”. Não necessita falar qual foi a melhor, pois todas contribuíram para o meu crescimento pessoal, intelectual, cultural [...] onde tive oportunidade de falar da minha infância que foi linda, apesar da família humilde (10 irmãos), mas com uma boa formação dentro dos princípios cristãos e valores éticos [...] “Todas as disciplinas contribuíram para o aprendizado [...]”.

A respeito da contribuição da UMA para o desenvolvimento da cidadania do velho no Estado do Tocantins, **AFS** respondeu: “A UMA contribui muito para melhorar a qualidade de vida principalmente do velho, proporcionando-lhe a valorização pessoal, social enquanto ser humano, elevando a sua autoestima.”.

“A Universidade da Maturidade é o lugar certo para quem quer e deseja prolongar sua juventude “pós 60”. E desfrutar de uma velhice sadia é sabedoria de poucos. Ainda existem muitas pessoas que se acham incapazes, por falta de informação e incentivo da família, mas aos poucos vamos resgatando essas pessoas para conosco fortalecer os acadêmicos da UMA, lembrando-se do nosso slogan “É preciso saber viver”! Sendo forte como o nosso símbolo “Ipê Amarelo”.

Conhecimento, valorização pessoal e felicidade aqui, mostram-se fatores de sustentabilidade à permanência na UMA, que aponta ser um *locus* de aquisição de conhecimentos e crescimento pessoal para a vida dos adultos e velhos participantes do Programa.

SAD- Nasceu em Filadélfia/TO, 55 anos, cursou até a (7ª série) viúva, três filhos. Relata: “Primeiramente busquei a Universidade da Maturidade, porque eu estava muito triste e sem vontade de sair de casa, mas ao entrar na UMA me sentir mais animada e com mais objetivo para a vida. A UMA faz com que o velho se sinta valorizado como pessoa que está aprendendo e, **aprender é muito preciso em qualquer idade**. Recomendaria a UMA porque aqui aprendemos muita coisa que utilizamos no nosso dia a dia, como palestras sobre saúde e a socialização que é fator positivo para a sociedade.”.

MLBA- Nasceu em Babaçulândia/TO, 75 anos, aposentada, Licenciada em Letras. “Fui motivada a buscar a UMA aqui no Tocantins por querer integrar-me nesse grupo onde busco conhecimentos e retribuo com uma troca recíproca. Acho o máximo. [...] A contribuição da UMA para o desenvolvimento da cidadania do velho no Tocantins foi um acontecimento muito proveitoso, pois veio trazer um conhecimento numa coletividade onde os **direitos de cada um são garantidos, a partir do cumprimento dos deveres** dos demais componentes. A UMA é como fonte inesgotável que sempre está jorrando água e renovando os terrenos áridos, onde brota constantemente novas raízes”.

Diante das expressões e sentimentos de prazer dos acadêmicos a respeito da contribuição da UMA para suas vidas, pode-se perceber que, partindo da compreensão de que a universidade democrática e aberta para todos, reconhece e valoriza a heterogeneidade humana, proporciona condições, acesso e aprendizagem aos adultos e velhos para a realização de sonhos, forma pessoas mais alegres e felizes.

Por outro lado, a UMA é percebida como um espaço de integração, ressocialização e de fortalecimento do “velho”, onde inibe o excesso de pressão e desconforto da solidão caracterizada pelas dores e perdas no decurso da vida. Oportuniza o resgate da identidade e dignidades nos seus novos projetos de vida no envelhecer.

FIGURA 12- EXPRESSÃO DA HETEROGENEIDADE HUMANA NA UMA



Fonte: Sousa, Domingas Monteiro/2013.

Na Universidade da Maturidade, a introdução da equipe de profissionais de áreas diversificadas, contribui para a sensibilização e mudança de atitude tanto daqueles quanto dos acadêmicos, dos recursos e estratégias que potencializam suas habilidades.

Nesse sentido a atuação de profissionais de áreas diferentes permite uma diversidade de conhecimento e, conseqüentemente maior possibilidade de se executar os objetivos propostos pelo Programa, além de proporcionar trocas de saberes e experiências entre a equipe técnica e os acadêmicos, pode promover autonomia e participação na sociedade.

ASSIS-RISTER (2013, p. 212) adverte:

É necessário resgatar a identidade e dignidade do velho, bem como propiciar a ele a continuidade de seus projetos de vida e aprendizagem de acordo com suas capacidades e desejos. Enfatizamos a necessidade de reflexão dos órgãos públicos competentes da Universidade para a implementação de ações relativas ao processo de educação e comunicação, centrados no investimento efetivo para o desenvolvimento da pessoa idosa.

Nesse sentido, a Universidade da Maturidade abre a possibilidade de manter a missão e um padrão de excelência no atendimento aos adultos e velhos que na complexidade de suas vivências, buscam participar de uma vida social ativa, conquistando todos os espaços negados, (por valores etários), por meio do processo de uma educação gerontológica e de um conjunto de elementos geradores de uma sociabilidade intergeracional mais prazerosa e efetivado o exercício pleno dos direitos e de cidadania.

4.3.2 Amostra dos sujeitos

A pesquisa foi realizada com 50 acadêmicos (41) feminino e (09) masculino, que participam da primeira turma do Programa UMA, da Universidade Federal do Tocantins – UFT campus de Araguaína/TO. A idade dos respondentes variou de 53 a 75 anos, respectivamente. A amostra procedeu pela necessidade de mensurar as atitudes sociais dos respondentes em relação à efetividade de mudanças pessoais advindas da participação dos adultos e velhos participantes do Programa.

Em relação aos docentes, a UMA/Araguaína registra o quantitativo de 20 professores subdivididos nas categorias: Cedido (10), Voluntários (10) profissionais de

outras instituições parceiras (05) Professores e Técnicos da UFT. (05). Dentre estes participaram da pesquisa (07) cedidos, (05) da UFT e (03) voluntários de outras instituições, perfazendo um total de 15 respondentes.

Dos gestores da UFT, participaram da pesquisa: (01), reitor (01), vice-reitora (04) pró-reitor (Graduação, Avaliação e Planejamento, Assuntos Estudantis e Comunitários e, Extensão e Cultura); (03) diretores de Campus (Araguaína, Arraias e Tocantinópolis); (03) coordenador de curso (Educação para o Campo, Pedagogia e Ciências Sociais) (05) diretor técnico administrativo (Esporte, Tecnologia da Informação, Comunicação, Administração, Ação em Saúde – Psicólogo) e (01) Presidente do Centro Acadêmico.

4.3.3 Instrumento

A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário, contendo perguntas fechadas. Sendo que às respostas favoráveis foram atribuídos valores mais altos. Ou seja, o valor dos itens decresceu em combinação com a nota de desfavorabilidade atribuída pelos respondentes aos respectivos itens. Assim, quanto maior foi a favorabilidade do respondente ao item mencionado, maior foi o valor atribuído ao item.

De acordo com Barros e Lehfeld (2000), a utilização de questionário possibilita ao pesquisador abranger maior número de pessoas, facilitando a tabulação e o tratamento dos dados. Por outro lado, o indivíduo pesquisado tem mais tempo para refletir sobre as questões, além da garantia de anonimato.

O questionário foi apresentado sob a forma da Escala de Likert, aqui utilizada com cinco gradações: a) **Discordo Totalmente** (DT = -5) b) **Discordo Parcialmente** (DP = -4), c) **Sou Neutro** (SN = -3), d) **Concordo Parcialmente** (CP = -2), e) **Concordo Totalmente** (CT = 1) Esta forma de escala foi utilizada para mensurar a efetividade de mudança de comportamento dos adultos e velhos participantes da UMA diante do envelhecer.

No questionário, as questões oferecidas para os participantes do Programa UMA foram as do quadro a seguir.

QUADRO 8- DETERMINANTES PARA MENSURAR A EFETIVIDADE DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DOS ADULTOS EVELHOS PARTICIPANTES DA UMA.

A minha participação na UMA aumentou minha capacidade de relacionamento social.
A Universidade me ofereceu a possibilidade de ampliação do círculo de amizade.
A UMA me fez construir uma imagem positiva do envelhecimento.
A solidão é umas das razões alegadas para a procura pela UMA.
Participar da UMA me fez descobrir novos interesses enquanto ser no mundo.
A UMA oferece aos seus participantes, instrumentos necessários para a recuperação da cidadania.
Frequentar a UMA me permitiu compreender melhor os significados das vantagens da velhice à vida cotidiana.
AUMA proporcionou uma nova relação entre as diferentes gerações.
Seus projetos de vida mudaram positivamente após o ingresso na UMA.
Seus sonhos foram vislumbrados mais concretamente após as aulas frequentadas.

4.3.4 Coleta dos dados

Para proceder à coleta dos dados a pesquisadora, de posse da anuência da coordenação geral do referido Programa, e, após explicar o conteúdo e a importância da pesquisa, solicitou-se a participação de voluntários para o preenchimento do questionário.

O questionário foi aplicado pessoalmente, durante o período de aula ministrada pela pesquisadora que tem vínculos com o Programa. Momento em que se concentrava o maior número de voluntários para a pesquisa. Os docentes responderam de acordo a frequência de suas aulas. Para os gestores, a coleta procedeu na ocasião de um evento organizado pela reitoria da UFT (Reitoria Itinerante) no campus de Tocantinópolis/TO.

4.3.5 Análise dos dados.

Os dados foram analisados descritivamente, com base nos resultados apresentados às perguntas fechadas (TABELA- 4). O Checklist foi utilizado para mensurar as atitudes sociais dos respondentes em relação à efetividade de mudanças pessoais advindas da participação dos adultos e velhos participantes do Programa. (TABELA - 5) determinantes das avaliações dos docentes envolvidos com o programa. (TABELA - 6) determinantes da participação dos acadêmicos da uma, na percepção dos gestores (reitores, pró-reitores e diretores...) que acompanham o desenvolvimento do programa.

4.3.6 Resultados determinantes das questões na UMA/UFT

Na TABELA 4, para facilitar a visualização e a interpretação dos resultados, as questões originalmente avaliadas como “Discordo Totalmente (DT) = -5”, “Discordo Parcialmente (DP) = -4” e “Sou Neutro (SN) = -3 atingiu o menor grau de favorabilidade em relação às Determinantes à efetividade de mudanças pessoais advindas da participação dos adultos e velhos participantes do Programa UMA. Entre as questões consideradas: A solidão é umas das razões alegadas para a procura pela UMA. (4), teve destaque por receber pontuações em todos os itens (A,B,C,D,E).

Dentre os elementos avaliados como maior favorabilidade e que atribuem grau de importância semelhante para a mudança de comportamento dos acadêmicos da UMA, considerou-se: A minha participação na UMA aumentou minha capacidade de relacionamento social; (01), Frequentar a UMA me permitiu compreender melhor os significados das vantagens da velhice à vida cotidiana; (07), Seus sonhos foram vislumbrados mais concretamente após as aulas frequentadas, (08). Que alcançaram o maior valor atribuído ao item “Concordo Totalmente” (CT) = 1(TABELA 4).

Além disso, os resultados mostram as questões: A Universidade me ofereceu a possibilidade de ampliação do círculo de amizade (02); A UMA me fez construir uma imagem positiva do envelhecimento (03); Participar da UMA me fez descobrir novos interesses enquanto ser no mundo (5); A UMA oferece aos seus participantes, instrumentos necessários para a recuperação da cidadania (6); Seus projetos de vida mudaram positivamente após o ingresso na UMA (09), atribuem grau de importância semelhante quanto a construção dos acadêmicos relacionada ao envelhecimento (TABELA 4).

TABELA 4- DETERMINANTES À EFETIVIDADE DE MUDANÇAS PESSOAIS ADVINDAS DA PARTICIPAÇÃO DOS ADULTOS E VELHOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA UMA.

Nº	Questões	DT	DP	SN	CP	CT	Total
01	A minha participação na UMA aumentou minha capacidade de relacionamento social.	-	-	-	-	50	50
02	A Universidade me ofereceu a possibilidade de ampliação do círculo de amizade.	-	-	-	02	48	50
03	A UMA me fez construir uma imagem positiva do envelhecimento.	-	-	-	01	49	50
04	A solidão é umas das razões alegadas para a procura pela UMA.	04	03	01	06	36	50
05	Participar da UMA faz-me descobrir novos interesses enquanto ser no mundo	01	-	-	-	49	50
06	A UMA oferece aos seus participantes, instrumentos necessários para a recuperação da cidadania.	-	-	01	02	47	50
07	Frequentar a UMA me permitiu compreender melhor os significados das vantagens da velhice à vida cotidiana.	-	-	-	-	50	50
08	AUMA proporcionou uma nova relação entre as diferentes gerações	-	-	-	02	48	50
09	Seus projetos de vida mudaram positivamente após o ingresso na UMA	-	-	-	01	49	50
10	Seus sonhos foram vislumbrados mais concretamente após as aulas frequentadas	-	-	-	-	50	50

Nas questões apresentadas aos professores da UMA em relação ao trabalho docente e a metodologia do Programa, assim como a relevância da capacitação dos profissionais na área da gerontologia, verificou-se que o grau de favorabilidade alcançou maior índice na avaliação, com maior desfavorabilidade apenas na questão (06) “Recebeu apoio para

participar desse projeto por meio do seu colegiado” item Sou Neutro (SN = -3). Considerou-se que os respondentes, cedidos pela SEMED para a UMA em sua maioria ainda trabalham em outras instituições de ensino. Enquanto outros não dependem de anuência de outros colegiados. Já os professores parceiros de outras instituições e profissionais liberais (voluntários) que ministram aulas no Programa consideraram favorabilidade nas questões em sua integridade.

TABELA 5- DETERMINANTES DAS AVALIAÇÕES DOS DOCENTES ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA

Nº	Questões	DT	DP	SN	CP	CT	To tal
01	Participar do Programa UMA possibilitou a realização de um trabalho docente novo e instigante.	-	-	-	-	15	15
02	A coordenação da UMA nos oferece apoio para realização do trabalho no projeto.	-	-	-	-	15	15
3	A metodologia da UMA revelou-se adequada e demonstra fatores que interfere na mudança de comportamento dos acadêmicos	-	-	-	-	15	15
04	A coordenação da UMA incentiva a capacitação dos docentes inseridos no programa	-	-	-	-	15	15
05	O curso de pós-graduação em Gerontologia Social fortalece a carreira acadêmica	-	-	-	-	15	15
06	Recebeu apoio para participar desse projeto por meio do seu colegiado.	-	-	04	-	11	15
07	Ficou evidente o desejo de ingressar numa universidade dentro da sala de aula pelos adultos e velhos	-	-	-	-	15	15
08	A Andragogia como Pedagogia utilizada nas suas aulas conseguiu realizar um diálogo efetivo com seus alunos.	-	-	-	01	14	15
09	Como docente você incentivou a efetivação das Políticas Públicas da sua cidade.	-	-	-	02	13	15
10	A teoria e a prática da Gerontologia modificou sua escala de valores pela vida	-	-	-	02	13	15

Os resultados da Tabela abaixo foram considerados significativos, tendo em vista a percepção dos respondentes quanto a melhoria da participação dos adultos e velhos e como parte importante na comunidade universitária; Ter currículo adotado e adequado para o público atendido; Impacto das ações da UMA na efetividade da garantia de direitos dos cidadãos maduros; e o fortalecimento da Extensão da UFT por meio da expansão da UMA em todos os campus.

TABELA 6 - DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DA UMA, NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES (REITORES, PRÓ-REITORES, DIRETORES...) QUE ACOMPANHAM O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA.

Nº	Questões	DT	DP	SN	CP	CT	TOT AL
01	A UMA colabora para a melhoria da participação dos adultos e velhos na comunidade universitária.	-	-	-	-	-18	18
02	Os adultos e velhos participantes da UMA são parte importante da comunidade universitária.	-	-	-	-	18	18
03	Os participantes da UMA se integram cada vez mais em outros projetos e atividades oferecidos pela UFT.	-	-	-	1	17	18
04	Os participantes da UMA ocupam um espaço na Universidade que poderia ser melhor aproveitado pelos estudantes jovens.	-	-	03	04	11	18
05	A UFT realiza diversas atividades interessantes em decorrência da existência da UMA.	-	-	-	05	13	18
06	A UFT como espaço de socialização, abre espaços para a convivência entre gerações.	-	-	-	1	17	18
07	As ações da UMA impactaram na efetividade na garantia de direitos dos cidadãos maduros	-	-	-	-	18	18
08	A expansão em pesquisas ficou evidente após a criação da UMA	-	-	1	-	17	18
09	O currículo adotado é adequado para o público atendido	-	-	-	-	18	18
10	A expansão da UMA para todos os campus da UMA fortaleceu a Extensão da UFT	-	-	-	-	18	18

4.3.7- Discussão

No que concerne aos resultados da Tabela 5 (Acadêmicos), a participação na UMA à capacidade de relacionamento social, a construção de uma imagem positiva do envelhecimento, descobrimento de novos interesses enquanto ser no mundo, recuperação da cidadania, compreensão dos significados da velhice no cotidiano, relação de entendimento entre as diferentes gerações, e mudanças de projetos de vida. São fatores evidenciados nas percepções positivas em relação aos aspectos psicossociais decorrentes da participação dos respondentes na Universidade da Maturidade/ UFT/Araguaína.

Simone de Beauvoir (1976) já disse que o processo de envelhecimento não depende somente dos fatores biológicos, mas também dos processos sociais e psicológicos, que envolvem a vida de um indivíduo.

Diante disso percebeu-se que a fase de vida dos respondentes é uma fase que não deve ser desconsiderada ou vista como linha de chegada. As mudanças ocorrem na proporção em que as oportunidades lhes são oferecidas.

A relevância de projetos e programas, que objetivam gerar conhecimentos e com isso proporcionar autonomia de diversas ordens para essa faixa etária. Reafirma o resultado positivo das questões: (01) que aponta a participação na UMA como aumento da capacidade de relacionamento e a (08) que proporciona uma relação intergeracional entre os participantes do Programa. Neri, (1998) percebe-se que tais projetos ampliam e possibilitam novas experiências, representando para os idosos uma forma de socialização.

Cachioni (1998) diz que a participação de idosos neste tipo de projeto, possibilita a disseminação de uma ideologia sobre a velhice desprovida de preconceitos colaborando para uma concepção do envelhecimento bem sucedido baseado no bem estar subjetivo de seus participantes.

Os resultados comungam com a pesquisa de Rahal (1994), a qual demonstrou que os idosos possuem grande interesse de participar desse tipo de projeto, especialmente porque proporciona a possibilidade de estabelecer novas amizades e o estreitamento das ligações afetivas [...].

Sob o enfoque da Tabela 5 (docentes), os resultados indicam favorabilidades em todos os sentidos relacionados aos profissionais que atuam no Programa, com destaque à capacitação profissional na área da Gerontologia Especialização *Lato Sensu* e o apoio técnico por parte da coordenação para a realização das atividades, no sentido de fomentar

a efetiva participação crítica dos acadêmicos e, como docente trocar experiências com os envolvidos no processo, elevando a perspectiva de fortalecer relações mais qualitativas e incentivar a efetivação das Políticas Públicas ao segmento.

Na Tabela 6 mostra que a participação dos acadêmicos da UMA na universidade, o currículo adotado ser adequado para a população de adultos e velhos atendidos pelo Programa, a UMA também fortaleceu a expansão da pesquisa e extensão na UFT, o que mais especificamente, parece representar um espaço fértil para a socialização e difundir as reflexões a respeito do envelhecimento para as futuras gerações.

No entanto, torna-se necessário considerar as opiniões emitidas pelos respondentes, nos seus diferentes graus de avaliação para que a primazia pela qualidade nas ações e serviços proporcionados pela Universidade da Maturidade seja cada vez mais qualitativo e contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o crescente número de velhos na sociedade e uma difusão maior da compreensão do processo de envelhecimento, a presença daqueles nas universidades abertas tornou-se uma realidade consolidada. As ações que vem sendo desenvolvidas com e para esse público têm demonstrado resultados significativos no que se refere à arte de ressocialização, de melhoria da qualidade de vida e de promoção da cidadania.

Os sistemas de assistência, de amparo e proteção ao velho, anteriormente incipientes ou inexistentes, o deixavam à mercê da sociedade ou da própria vida. Na contemporaneidade, houve grandes modificações nesses sistemas com a criação das leis 10.741/03 e a 8.842/94 que normatiza os direitos às pessoas com 60 anos acima e dá suas diretrizes.

No século XIX surgiram pensões a determinadas profissões, consideradas insalubres. Na década de 1960, houve uma mudança ao trato do velho, principalmente com o advento das instituições para o segmento. Na década de 1970, foram criados os benefícios não contributivos para os trabalhadores carentes e, na década de 1980, a Administração Pública, cedeu espaço para a propagação dos conselhos, comitês e comissões de assessoria em prol da população envelhecida.

Com a Constituição Federal de 1988, a Previdência Social tornou-se um seguro social, e a Assistência Social deixou o caráter assistencialista para tornar-se uma política pública não contributiva e de direito. No seu artigo 230, a Constituição Federal coloca como dever da família, da sociedade e do Estado amparar os idosos, assegurando a sua participação social, defesa a sua dignidade e o seu bem estar, garantindo o direito à vida.

Já as questões voltadas à velhice e ao processo de envelhecimento concebem um desafio para estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, pela evidência da velhice como fenômeno social e do envelhecimento como um evento natural e mundial que atinge todas as camadas sociais da sociedade contemporânea.

Diante da visibilidade do envelhecer como fenômeno social, torna-se imprescindível que as universidades na função de critérios subsidiários da política da educação, contribuam com propostas de planejamento e definições de políticas de acesso à realidade dos cidadãos brasileiros.

Dos inúmeros motivos e benefícios resultantes da participação dos velhos nas Universidades da Terceira Idade e nesse sentido, em consequência da heterogeneidade de motivações e interesses presentes nos projetos e programas para velhos, insurgidas das

particularidades das trajetórias de vida, torna-se necessário avançar na criação e implementação de metodologias que valorize as experiências dos velhos e os potencialize com o conhecimento.

Nesta dissertação, procurou-se conhecer os benefícios realizados na Universidade da Maturidade para a implementação das políticas públicas sociais no Estado do Tocantins, assim como, reconhecer o caminho metodológico da UMA/UFT desenvolvido nos polos do Tocantins; conhecer o perfil dos acadêmicos da UMA.

O campo de pesquisa foi o Programa Universidade da Maturidade - UMA polo de Araguaína e os participantes do estudo foram acadêmicos, professores, gestores (reitor, pró-reitores, diretores da UFT) que vivenciam a metodologia do objeto estudado.

Com base na sistematização e resultados obtidos com a metodologia usada no Programa Universidade da Maturidade, a respeito da investigação sobre a percepção dos acadêmicos, gestores (reitor, pró-reitores, diretores da UFT e docentes do polo da UMA/Araguaína), envolvidos no Programa Universidade da Maturidade sobre a sua metodologia e se esta demonstra efetividade na mudança de comportamento dos seus participantes diante do envelhecer. Notificou-se:

A Universidade da Maturidade como Programa de Extensão voltado para adultos e velhos, tanto contribui para a mudança de comportamentos dos seus participantes, para a percepção de si enquanto ser no mundo, como a sua metodologia adotada para a obtenção das metas ao funcionamento da tecnologia enfatizou a comunidade envolvida, inicialmente pela preparação de recursos humanos por meio de um curso de pós-graduação *latu sensu* em gerontologia, com a finalidade de capacitar profissionais para atuar junto ao Programa Universidade da Maturidade.

Com a expansão da UMA no Estado Tocantins e em outros estados, suscitou também a necessidade de oferecer formação e capacitação aos profissionais para trabalhar o processo de envelhecimento. Nesse sentido, a UMA comunga conteúdos gerontológicos em projetos intergeracionais que permeiam escolas, universidades especificamente no curso de Graduação de Pedagogia em Palmas e no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Com o intuito de catalisar estas reflexões, esta pesquisa propôs, objetivando: mensurar os determinantes referentes à mudança de comportamento oriundas da participação dos adultos e velhos “acadêmicos” da Universidade da Maturidade/UFT/Araguaína.

Os resultados obtidos têm revelado que os participantes das atividades do Programa, demonstram interesse em reconstruir sua imagem como “Cidadãos de Primeira Classe”, já disse (Dra. Neila) que buscam a garantia de seus direitos sociais e ocupação de seus espaços na sociedade.

Nucleações de velhos, em suas mais diversas formas e nas universidades abertas tornaram-se uma realidade bem consolidada. As ações que estão sendo desenvolvidas com pessoas de 45 anos acima têm resultado em significativas alternativas de ressocialização, de melhoria da qualidade de vida e de promoção da cidadania.

Considerando que participam desses projetos e programas, pessoas independentes com potencial de autonomia, ou seja, que ainda não foram afetados de modo significativo por barreiras ou limites que inviabilizam sua participação na vida social, investir nos cuidados adequados com esse segmento é, concretamente, fazer prevenção de forma transparente. Essa é a ação preconizada tanto pela Política Nacional do Idoso quanto pelo Estatuto do Idoso.

Quanto à participação dos adultos e velhos, uma vez que os oportuniza a viverem coletivamente novas experiências, com a promoção de mudança em seu estilo de vida, abre um leque para integração e ressocialização daqueles na sociedade.

Quanto ao Serviço Social, fundamenta-se a discussão na importância da intervenção do Assistente Social na efetivação da garantia de direitos do velho em cumprir o seu comprometimento na eliminação de todas as formas de preconceito, impulsionando assim o respeito à diversidade. Atua na prática, garantindo a cidadania dos usuários dos serviços sociais e aos velhos, por meio de projetos e programas sociais, de forma que a real cidadania seja efetivada.

Por meio de suas ações o Serviço Social tem um compromisso com a consolidação dos direitos e da defesa dos cidadãos.

Os direitos preconizados na Política Nacional do Idoso, Lei 8.842/94 e no Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03, evidencia a premente necessidade de intervenção do Serviço Social, na forma do seu princípio pautado no projeto ético político profissional, consolidando o compromisso e concretização da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Diante do exposto, apreende-se que o processo do envelhecimento nos aspectos humanos ou demográficos amplia possibilidades de estudos e pesquisas com representação intelectual, social e política, assim como é congruente a necessidade de

perfiar e efetivar políticas sociais com caráter que contempla a realidade social dos sujeitos que envelhecem.

Por outro lado, sugere-se a inclusão do tema do envelhecimento populacional na agenda das escolas e universidades, estas na tríade ensino pesquisa e extensão, com base na ausência de uma política abrangente em âmbito nacional que concentra estudo e discussão na área.

Afere-se, portanto, que as atividades sócio-política e cultural, desenvolvidas nas Universidades da Maturidade, se constituem um laboratório em que a realidade emanada das relações humanas, torna-os cada vez mais ativos e dotados de habilidades.

Percebeu-se nessa pesquisa, que os participantes da Universidade da Maturidade-UMA/UFT, aprenderam a reconhecer que a vida é uma superação constante. Que independente da faixa etária que se encontra segue o caminho e não se entrega à ausência de perspectivas, ao contrário, torna-se descobridor de si mesmo, dos seus caminhos e da sua lucidez.

Em concordância aos resultados apresentados nesta pesquisa, registra-se aqui, a fala do Magnífico reitor da Universidade Federal do Tocantins, Prof. Dr. Márcio Silveira. Na celebração dos sete anos do Programa Universidade da Maturidade. Ele disse: “A Universidade da Maturidade é um projeto de extensão que recebeu o prêmio de Atitude Cidadã em 2008, foi ovacionado nas cidades de Fátima e Santarém em Portugal no I e II Congresso Internacional do Envelhecimento Humano em 2009 e 2011. Foi referência de Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil em 2012 e 2013 e permitiu que a Prosa. Dra. Neila Barbosa Osório, autora do programa recebeu títulos de cidadania da cidade de Arraias, Palmas e do Estado do Tocantins”.

“Abriu linhas de pesquisa no Mestrado em Educação da UFT. Este revista concretiza uma das nossas propostas de incentivo a ações multicampi na realização de iniciativas que promovam a vida e divulguem o conhecimento provindo das diversas áreas. Mais uma vez a Universidade da Maturidade se destaca neste tipo de iniciativa levando à comunidade a discussão da educação ao logo da vida uma temática atual, necessária e de interesse intergeracional”.

“Escrita de maneira clara e ilustrada com fotos dos eventos nacionais e internacionais da UMA/UFT, esta revista aborda uma temática da história de vida de todos nós, tanto dentro quanto de fora da academia. Finaliza dizendo: assinalo que é para mim gratificante apresentar esta obra onde seus autores expressaram não só seu saber,

mas registraram sua ação permeada de sua afetividade. A eles, e aos leitores, minhas saudações”.

Segundo a Magnífica vice-reitora da UFT, Professora do curso de Pedagogia, Isabel Cristina Auler Pereira, “**A Universidade da Maturidade engrandece a Universidade Federal do Tocantins**”. É sempre com muita emoção que vemos a participação alegre e calorosa dos nossos ‘estudantes’ da UMA em todos os momentos da universidade. Podemos afirmar que **a UMA também mudou a UFT** e tem sido um exemplo para outras instituições nacionais e internacionais. Trouxe para o ambiente acadêmico o aprofundamento teórico sobre o envelhecimento, gerou pesquisas, monografias e dissertações de mestrado. Temáticas como as políticas sociais voltadas para o idoso, saúde preventiva, renovação cultural, afetividade, corpo e envelhecimento, sexualidade na vida adulta são temas que “**UMA**” – **Um Projeto que engradece a UFT!** Passaram a permear o cotidiano das salas de aula graças ao projeto da Dra. Neila Osório, que de maneira tão brilhante tem atraído milhares de velhos para a Universidade e instigado o conhecimento científico. UMA sempre! E, como dizemos com frequência: “UMA – A Universidade do Presente e do nosso futuro”!

REFERÊNCIAS

_____. **Plan Internacional de acción sobre el envejecimiento 1982**. Madrid (Espanha): Assembleia Mundial sobre el Envejecimiento, 2002.

_____. As vicissitudes da pesquisa e da teoria no campo da política social. In: Ser social Revista do programa de pós-graduação em política Social/ Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, n. 9, jul-dez de 2001.

_____. Envejecimiento Activo: um marco político. In Revista Española de Geriátria y Gerontología. Madrid: Ediciones Doyma, S. L.; vol. 37, agosto de 2002, p. 74-105.

_____, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Trabalho social com o idoso**. Disponível em: <http://www.sesc-ce.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=114&limitstart=1>, acesso em: 09 de janeiro de 2013.

_____. Lei nº. 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências [acesso em 2012 março 01]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm.

_____. PASINATO, MT. O envelhecimento Populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. M. **Os Novos Idosos Brasileiros. Muito além dos 60 anos?** Brasília: IPEA, 2004.

_____. *Assembleia Mundial sobre envelhecimento*: resolução 39/125, Viena, 1982.

_____. Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

_____. Estatuto do Idoso (2003): **Lei 10.741 de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso- Brasília**: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

_____. Estatuto do Idoso (2003): **Lei 10.741 de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso- Brasília**: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

_____. **Lei 8842/94: fazendo da velhice um exercício de participação e cidadania**. Porto Alegre, LBA, 1994.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96.

_____. *Plano de ação internacional para o envelhecimento, Madrid 2002*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2003.

_____. Velhice e direitos sociais. In: PAZ, Serafim et al. *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: CBCISS-ANG/RJ, 2000.

_____. (Org.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. /Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

_____. HARTZ, Z.M. A; BUSS, P.M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.5, nº1, pp.7-18, 2000.

_____. *Identidade existencial na velhice: mediações do Estado e da universidade*. Passo Fundo: Universidade Passo Fundo, 2000.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. (1990) o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito.

_____. *Envelhecimento e gerações*. 13 p. Trabalho apresentado no Ciclo de Palestras e Vivências Para a Terceira Idade, 2004, SESC Alagoas.

_____. **Gerontologia: educação e longevidade**. Passo Fundo: Editora Imperial, 1999.

_____. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p1 – 36 jun. 2000.

<<http://portal.palmas.to.gov.br/detalhar/idosos-dos-cras-recebem-certificado-de-inclusao-digital-8344/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ALMEIDA, 1990 ALMEIDA, A.M. O; CUNHA, G.G. Representações Sociais do Desenvolvimento Humano. *Psicologia*.

ALVES J. A. A conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento e o paradigma de Huntington. *Revista da Abep*, v. 12, p. 1-2, 1995.

ANDRADE, Carmen Maria. **Uma pedagogia para a velhice: O desafio da Construção de um trabalho com idosos no Brasil**. Porto Alegre, PUC/RS. Tese Doutorado, 1996.

ARAGUAÍNA (TO). **Lei nº 2.207, de 24 de março de 2004**. Dispõe sobre a criação do conselho municipal dos direitos do idoso e dá outras providências. Araguaína, 2004.

ARENDET, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ASSIS-RISTER, Mara Cleusa Peixoto. PEDAGOGIA DO ENVELHECIMENTO E A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS NO PERÍODO POSTERIOR AOS 50 ANOS DE IDADE. In: Manzini, Eduardo José (org.), Educação especial e inclusão: temas atuais. São Carlos: Marquezine & Manzini, ABPEE; 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA (ANG). Políticas para a 3ª idade nos anos 90. Março de 1990.

B456s Benaion, Noval. A Subordinação Reiterada: **imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**/Naval Benaion. - Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1997.

BARROS, A.J.; LEHFELD, N.A.S. **fundamentos de metodologia científica**. 2. Ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

BEAUVOIR, S. de. *A Velhice*. Trad. de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v, 2).

BELSKY, Jane. **Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BENEVIDES, Mª Victoria. Cidadania e Direitos Humanos. IEA/USP. Texto disponível em <www.iea.usp.br/artigos> Acesso em 17 de ago. de 2013.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política**. Tradução de Carmem Varriale *et al.* 5. ed. Brasília: UnB, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas sociais no Brasil. In: NERY, A. L. et al. As múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas: Alínea, 2003, p.79-104.

BORGES, Maria Claudia Moura. **Os Idosos e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil**. In: SIMON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso.

BOSI, Ecléa. Memórias e sociedade: Lembrança dos velhos/Ecléa Bosi. – 3. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- BOTH, Agostinho. Currículo, qualidade de vida. In; **Espaço Pedagógico**. Passo Fundo: Revista, vol. 4 nº1, 1997.
- BRASIL, Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994: dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**. Brasília (DF); 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasileiros não idosos. Campinas, SP: Unicamp, 1991.
- CACHIONI, M. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa universidade para a terceira idade**: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento*: Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.03.
- CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cad. Saúde Pública**, v.19, n.3, p. 725-733, 2003.
- CASTRO, M. H. G. de. Interesses, organizações e políticas sociais. In: Caderno de pesquisa nº 14. Unicamp, 1989.
- CAVALCANTE, LARA. SETAS entrega 486 cartões do idoso em Araguaína. Disponível em: <<http://setas.to.gov.br/noticia/2011/5/6/setas-entrega-486-cartoes-do-idoso-em-araguaina-nesta-segunda-9/>>, acesso em: 12 de fevereiro de 2013.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Saber Envelhecer e A Amizade*. Trad. Paulo Novaes. São Paulo: LP&M editores, 1997.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CONAE 2014: Conferência Nacional de Educação: documento – referência/elaborado pelo Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013]. 96 p.: il.
- CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. **Lei 8.842/94: fazendo da velhice um exercício de participação e cidadania**. Porto Alegre, LBA, 1994.
- CORIN, E. Définisseurs culturelsetrepères individuels: Le rapport au corps chez les personnesagées. **International Journal of Psychology**. New York, v. 20, p. 471-500, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. Revista de Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, v. 1, n. 1, p. 145 – 165 1997.

DAGNINO, E. (Org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP, 1999.

ESTATUTO DO IDOSO: Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

EVELIN, Heliana Baía (Org.). *Velhice Cidadã: um processo em construção*/Organizado por Heliana Baía Evelin. Belém: EDUFPA, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social?* São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRA, Luiz A. M. Cidadania das crianças, adolescentes e portadores de deficiência e sua implicação nas empresas. *Rev. FAE*, Curitiba, v.7, n.2, p.47-57, jul./dez.2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_05.pdf>

FERRER CERVERÓ, Virgínia. La crítica como narrativa de las crisis de formación. In: LARROSA, Jorge. *Déjame que te cuente*. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

GOLDMAN, Sara Nigri. As dimensões sócio-políticas do envelhecimento. *PY*, Lúcia [et al]. *Tempo de Envelhecer*. Rio de Janeiro: NAU editora, 2004. p. 61-82.

GOYAZ, M. Vida ativa na melhor idade. *Revista da Universidade Federal de Goiás*.

GROISMAN, Daniel. Velhice e história: perspectivas teóricas. *Cadernos do IPUB*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.46-53. 1999.

HADDAD, Eneida. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/10/em-dez-anos-mundo-tera-mais-de-1-bilhao-de-idosos-diz-onu.html>.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>.

<http://www.uniterci-senectus.ufpa.br/index.htm>.

IANNI, Otávio: *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1971.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2004. Rio de Janeiro, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). I seminário Regional sobre o Idoso na Sociedade Brasileira. São Paulo: Superintendência Regional de São Paulo, 1976.

LARA, Cavalcante. Mais 130 cartões do idoso são entregues em Palmas. Disponível em: <<http://setas.to.gov.br/noticia/2011/6/1/mais-130-cartoes-do-idoso-sao-entregues-em-palmas/>>. Acesso em 30 ago. 2013.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1986.

MARSHAL, T. H. Cidadania, classe social e status. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MERCADANTE, Elisabeth. Aspectos antropológicos do envelhecimento. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org). *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 2002.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL (MAS). Política Nacional do Idoso (documento preliminar). Brasília; Secretária Nacional de Promoção Social/SENPROS, 1990.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Relatório Nacional Brasileiro sobre o Envelhecimento da população Brasileira. Disponível em <www2.mre.gov.br/relatório_envelhecimento.doc>. Acesso em 18/01/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PNAS/ 2004. NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS.

Disponível <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em 08 de set. de 2013.

MONTEIRO, J. V. Fundamentos da política pública. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

MORAGAS, Ricardo. Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida/ Ricardo Moragas Moragas; 3. ed. - São Paulo: Paulinas, 2010. – (Coleção gerontologia)

NÉRI, A. L.; Cachioni, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: Néri, A. L.; reconstrução da autonomia de homens e mulheres na terceira idade. *Gerontologia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 27-33, 1998.

NERI, Anita L. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo, 2007.

NASCIMENTO E SILVA, L. G. do. Política social para o idoso. In Seminário Nacional sobre Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil. Brasília: 04/10/1976.

NASCIMENTO, Eliane. UNIVERSITY OF MATURITY: "A" methodology attention to the human aging process in Federal University of Tocantins. Tradução Resumo/2013.

NASCIMENTO, Milton Meira. Rousseau: da servidão à liberdade, In: EEFORT, Francisco (Org.). Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2001p. 01.

OMS. Envelhecimento ativo: uma política de saúde, Brasília: Organização Pan – americana da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. A ONU e as pessoas Idosas. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-idosas/>> acesso em: 20 de janeiro de 2013.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. *Envelhecimento ativo*: uma política de saúde. Brasília, 2005. 60 p.

OSÓRIO, Augustin Requejo. **Os idosos na sociedade atual**. In: OSÓRIO. A. R. e PINTO, F.C. (Coord.) **As pessoas idosas**: Contexto Social e Intervenção Educativa. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

OSÓRIO, Neila Barbosa. **Universidade da Maturidade/Universidade Federal do Tocantins: A sensibilização do Ser Humano acima de 45 anos para um Envelhecimento Digno e Ativo**. Palmas - Tocantins, 2006.

OSÓRIO, Neila Barbosa; NETO, Luiz Sinésio, **Histórico da UMA: Pioneira do Estado do Tocantins**, 2006.

PAIVA, Silvana Vieira de Carvalho. Programas voltados para os idosos. Disponível em: <<http://www.cuidardeidosos.com.br/os-programas-sociais-voltados-para-o-idoso-dependente/>>, acesso em: 15 de janeiro de 2013.

PAPÁLIA, Diane. et al **Desenvolvimento humano**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PEIXOTO C. Entre o Estigma e a Compaixão e os Termos Classificatórios: Velho, Velhote, Idosos, Terceira Idade... . In: Moraes MLB, organizadora. *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro (RJ): Ed. FGV; 1998. p. 69-84.

PEQUENO, Marconi. Ética, Educação e Cidadania. Educação em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosófico. 2001.

PEREIRA, P. A. P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Formação em Serviço Social, Política e o Fenômeno do Envelhecimento. Comunicação apresentada, em Mesa Redonda, no Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil, realizado nos dias 11 e 12

de maio de 2005, sob os auspícios do Ministério da Educação (MEC) - SESu / CAPES. Brasília, 12 de maio de 2005.

PIERSON, C. *Beyond the Welfare State?* Cambridge: Polity Press, 1991.

Portal Globo G1. Disponível em: <<http://notapajos.globo.com/lernoticias.asp?id=51829>>. Acesso em 15 jul. 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1996.

R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 207-242, jan./dez. 2001).

RAHAL, E.R.L. Faculdade da terceira idade de São José dos Campos: reflexos na vida de seus alunos. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 8, p. 52-69, 1994.

REIS, L. C. “Avaliação de projetos como instrumentos de gestão”. “In: Apoio à Gestão”. Rio de Janeiro; site da RITS, 1999; Artigo.

Revista Quadrimestral de Serviço social, ano XXIV – nº 75 – setembro 2003.

RICO, Elizabeth Melo (org.) (1998). *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em debate*.

São Paulo: Cortez/instituto de Estudos Especiais, 1998.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: O Linguístico e Seu Entorno**. UERJ, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 19.^a ed. Petrópolis (RJ). Vozes, 1997. 267p. Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

RUA, M. das G. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Programa de Apoio a Gerência Social, BID/INDES, 1997.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. **Envelhecimento**. Disponível em: http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-9282003000200006&lng=pt, acesso em: 23 de dezembro de 2012.

SAÚDE, Organização Mundial de. **Instrumentos de avaliação da qualidade de vida**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol1.html#1>>, acesso em: 25 de janeiro de 2013.

SAUDE, Secretaria de Estado da. **O Tocantins sorrindo melhor**. Disponível em <http://www.saude.to.gov.br/atencaoprimaria/downloads/bucal/Cartilha_Saude_Bucal.pdf>, acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO TOCANTINS. **Atenção primária: área técnica da saúde do idoso**. 2009. Disponível: http://www.saude.to.gov.br/atencaoprimaria/idoso_nossa_equipe.php?obj=idoso&status=abre. Acesso em: 26 de janeiro de 2013.

SESC SP. *O século da terceira idade*. São Paulo: SESC SP, 2003.

SILVA, Alysson Neto da. **A importância dos projetos sociais**. Disponível em: <http://www.faculdadevertice.com.br/programasocial/index.php?option=com_content&view=article&id=34&catid=4&Itemid=8>, acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

SILVA, Anderson Fontes da. **INTERSETORIALIDADE: debate sobre um novo modelo para gestão de políticas públicas**. Campos dos Goytacazes, 2006. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social de Campos, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SILVA, M.C. **O Processo de Envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas**. Textos sobre Envelhecimento, v. 8, n. 1, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Vanessa. **Velhice e envelhecimento: qualidade de vida para os idosos inseridos nos projetos do Sesc-estrito**. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial287076.pdf>>, acesso em: 19 de fevereiro de 2013.

SINESIO, Neila B. O. **Universidade da Melhor Idade: uma proposta Salesiana para velhos**. Campo Grande: Editora UCDB, 1999.

SOUZA, D. J. M. de. Serviço Social na Terceira Idade: **Uma Práxis Profissional**. Disponível em: www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/153.pdf. Acesso em: 02 out. 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil/Solange Maria Teixeira**. – São Paulo: Cortez, 2008.

THEODORO, Inês. **IDOSOS DOS CRAS RECEBEM CERTIFICADO DE INCLUSÃO DIGITAL**. Disponível em: TOCANTINS, Conexão. Centro de Convivência do Idoso de Araguaina inicia suas atividades nessa sexta. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/02/09/centro-de-convivencia-do-idoso-de-araguaina-inicia-suas-atividades-nessa-sexta>>, acesso em: 11 de novembro de 2012.

TREMÉIA, Carlos. VIEIRA, Clarice. TASCÁ Samira. **Vida à terceira idade**. SENSU: Pós Graduação em /Universidade de Caxias do Sul. v. 1. n. 1 (1998). Caxias do Sul: UCS, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. 1928 – T759i **introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação/ Augusto Nivaldo Silva Triviños**. – 1. ed. – 21. Reimpr. – São Paulo: atlas, 2012. “Debate”. São Paulo, Cortez.

TURISMO, Ministério do. **Viaja Mais Melhor Idade.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/promocao_comercializacao/viaja_mais_melhoridade.html>, acesso em: 26 de fev. de 2013.

turismosocial@sescto.com.br. ou www.sescto.com.br.

VELHO, G. **Desvio e divergência:** uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VIANA, A. L. Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais sobre políticas públicas. In: Ciências sociais e saúde. Ana Maria Conesque (org.) São Paulo: HUCITEC/BRASCO, 1997, p. 205-214.

WIKIPEDIA. **Demografia.** Disponível em : <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia>> . Acesso em 15 set. 2013.

ZIMERMAN, Guite I. Velhice: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

APÊNDICES:**APÊNDICE 1**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL**

Data: / /2013

Instituição/Unidade/Departamento: Programa de Pós Graduação em Serviço Social

Fonte (Instituição) Universidade Federal do Pará.

Pesquisador Responsável: Heliana Baía Evelin Soria/Neila Barbosa Osório. Domingas Monteiro de Sousa.

Este é o roteiro da entrevista semiestruturada de obtenção de dados da pesquisa-UNIVERSIDADE DA MATURIDADE: “UMA” metodologia de atenção ao processo de envelhecimento humano na Universidade Federal do Tocantins. É um instrumento relevante cujos dados serão utilizados na produção da dissertação relacionada com a Universidade da Maturidade no Estado do Tocantins. Nesse sentido considera-se importante a sua participação que contribuirá para ampliar o conhecimento acerca das repercussões sobre o trabalho da UMA junto aos velhos na universidade, nas dimensões do enfrentamento, superações e desafios. Este instrumento somente será compartilhado com você e ressaltamos que será garantido o anonimato.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1- Conte-me sobre você: Nome? Onde nasceu? Idade? Escolaridade? Profissão? Família?
.....
- 2- Conte-me quais os motivos que o levaram a buscar a Universidade da Maturidade, aqui no estado do Tocantins?
.....
- 3- Você se lembra das disciplinas que cursou na UMA? Fale-me um pouco sobre ela, o que elas representaram para você, ou melhor, qual a contribuição para sua vida?
.....
- 4- Você se recorda de uma atividade realizada na UMA que foi marcante para você, que contribuiu para alguma mudança em sua vida?
.....
- 5- Você realmente acredita que as ações metodológicas da UMA podem contribuir para a mudança de comportamento do velho? Houve essa mudança em seu comportamento como cidadão?
.....
- 6- Fale-me em que a UMA contribui para o desenvolvimento da cidadania do velho no estado do Tocantins e Amazônia Legal.
.....
- 7- Você recomendaria a UMA para um amigo? Por quê?
.....
- 8- Como foi a receptividade ao ingressar na UMA?

APÊNDICE 2-

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Fonte: (Instituição) Universidade Federal do Pará.

Pesquisadoras Responsáveis: Prof^a. Dr^a. Heliana Baía Evelin Soria

Prof^a. Dr^a. Neila Barbosa Osório

Aluna: Domingas Monteiro de Sousa.

Para a construção do protocolo de coleta de dados será utilizado o Método de Checklist, combinado à Escala Likert de mensuração. Esta escala permitirá proceder à mensuração das respostas atribuídas aos itens do Checklist propostos para as atitudes sociais dos respondentes em relação à efetividade de mudança de comportamento dos velhos participantes da UMA diante do envelhecer. Projetado com pontuações favoráveis e desfavoráveis em relação aos itens, o Checklist poderá oferecer meio estatístico apropriado à mensuração de atitudes sociais, bem como à percepção de mudanças dessas atitudes nos seus respondentes.

Às respostas favoráveis serão atribuídos valores mais altos. O valor dos itens decrescerá em combinação com a nota de desfavorabilidade atribuída pelos respondentes aos respectivos itens do Checklist. Assim, quanto maior a favorabilidade do respondente ao item mencionado, maior será o valor atribuído ao item. Dessa forma, ficam estabelecidos os itens,

- a) Discordo Totalmente (**DT**),
- b) Discordo Parcialmente (**DP**)
- c) Sou Neutro (**SN**)
- d) Concordo Parcialmente (**CP**)
- e) Concordo Totalmente (**CT**).

Os valores deste Checklist estarão, doravante, atribuídos da seguinte forma.

- a) DT= -5
- b) DP= -4
- c) SN= -3
- d) CP= -2
- e) CT= 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

ASSIM, PARA OS REITORES E GESTORES FORAM FEITAS OS SEGUINTE QUESTIONAMENTOS.

Nº	QUESTÃO	A	B	C	D	E	TOTAL
00 1	A UMA colabora para a melhoria da participação dos adultos e velhos na comunidade universitária.						
00 2	Os adultos e velhos participantes da UMA são parte importante da comunidade universitária.						
00 3	Os participantes da UMA se integram cada vez mais em outros projetos e atividades oferecidos pela UFT.						
00 4	Os participantes da UMA ocupam um espaço na Universidade que poderia ser melhor aproveitado pelos estudantes jovens.						
00 5	A UFT realiza diversas atividades interessantes em decorrência da existência da UMA.						
00 6	A UFT como espaço de socialização, abre espaços para a convivência entre gerações.						
00 7	As ações da UMA impactaram na efetividade na garantia de direitos dos cidadãos maduros.						
00 8	A expansão em pesquisas ficou evidente após a criação da UMA.						
00 9	O currículo adotado é adequado para o público atendido.						
11 0	A expansão da UMA para todos os campi da UMA fortaleceu a Extensão da UFT						

Araguaína _____/_____/_____

BIBLIOGRAFIA

LIKERT Rensis. (1932) **Técnica para a medida de atitudes ArchPsico**. Vol. 22, No. 140.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

PARA OS DOCENTES ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA UMA SERÃO REQUERIDAS RESPOSTAS PARA AS QUESTÕES ABAIXO.

Nº	QUESTÃO	A	B	C	D	E	TOTAL
00 1	Participar do Programa UMA possibilitou a realização de um trabalho docente novo e instigante.						
00 2	A coordenação da UMA nos oferece apoio para realização do trabalho no projeto.						
00 3	A metodologia da UMA revelou-se adequada e demonstra fatores que interfere na mudança de comportamento dos acadêmicos.						
20 4	A coordenação da UMA incentiva a capacitação dos docentes inseridos no programa						
50 5	O curso de pós-graduação em Gerontologia Social fortalece a carreira acadêmica						
60 6	Recebeu apoio para participar desse projeto por meio do seu colegiado.						
70 7	Ficou evidente o desejo de ingressar numa universidade dentro da sala de aula pelos adultos e velhos.						
80 8	A Andragogia como Pedagogia utilizada nas suas aulas conseguiu realizar um diálogo efetivo com seus alunos.						
90 9	Como docente você incentivou a efetivação das Políticas Públicas da sua cidade.						
01 0	A teoria e a prática da Gerontologia modificaram sua escala de valores pela vida.						

Araguaína _____/_____/_____

BIBLIOGRAFIA

LIKERT Rensis. (1932) **Técnica para a medida de atitudes ArchPsico**. Vol. 22, No. 140.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL

PARA OS ACADÊMICOS, PARTICIPANTES DO PROGRAMA UMA, FORAM OFERECIDAS AS QUESTÕES A SEGUIR.

Nº	QUESTÃO	A	B	C	D	E	TOTAL
00 1	A minha participação na UMA aumentou minha capacidade de relacionamento social.						
00 2	A Universidade me ofereceu a possibilidade de ampliação do círculo de amizade.						
00 3	A UMA me fez construir uma imagem positiva do envelhecimento.						
40 4	A solidão é umas das razões alegadas para a procura pela UMA.						
50 5	Participar da UMA faz-me descobrir novos interesses enquanto ser no mundo.						
60 6	A UMA oferece aos seus participantes, instrumentos necessários para a recuperação da cidadania.						
70 7	Frequentar a UMA me permitiu compreender melhor os significados das vantagens da velhice à vida cotidiana.						
80 8	AUMA proporcionou uma nova relação entre as diferentes gerações						
90 9	Seus projetos de vida mudaram positivamente após o ingresso na UMA						
11 0	Seus sonhos foram vislumbrados mais concretamente após as aulas frequentadas						

Araguaína ___/___/_____

BIBLIOGRAFIA

LIKERT Rensis. (1932) **Técnica para a medida de atitudes Arch Psico.** Vol. 22, No. 140.